

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL  
MESTRADO**

**ALEX RODRIGUES TEIXEIRA**

**COOPERATIVISMO:  
Uma Análise comparativa entre a perspectiva de Marx e a proposta do MST**

**CUIABÁ – MT  
AGOSTO/2014**

**ALEX RODRIGUES TEIXEIRA**

**COOPERATIVISMO:**

**Uma Análise comparativa entre a perspectiva de Marx e a proposta do MST**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social, na área de concentração: Política Social, Estado, Sociedade e Direitos Sociais, tendo como linha de pesquisa: Política social, Estado, direitos e movimentos sociais, oferecido pelo Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Política Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Marluce Aparecida Souza e Silva

CUIABÁ-MT  
AGOSTO/2014

### **Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.**

R696c RODRIGUES TEIXEIRA, ALEX.  
COOPERATIVISMO: : Uma Análise comparativa entre a  
perspectiva de Marx e a proposta do MST / ALEX RODRIGUES  
TEIXEIRA. -- 2014  
109 f. ; 30 cm.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Marluce Aparecida Souza e Silva.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato  
Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-  
Graduação em Política Social, Cuiabá, 2014.  
Inclui bibliografia.

1. Cooperativismo.. 2. Ideologia.. 3. Consciência de Classe.. 4.  
Emancipação Humana.. 5. Movimentos Sociais.. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.**

**ALEX RODRIGUES TEIXEIRA****COOPERATIVISMO:****Uma Análise comparativa entre a perspectiva de Marx e a proposta do MST**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social, na área de concentração: Política Social, Estado, Sociedade e Direitos Sociais, tendo como linha de pesquisa: política social, Estado, direitos e movimentos sociais, oferecido pelo Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Política Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Marluce Aparecida Souza e Silva

Aprovado em 19/ agosto / 2014

**BANCA EXAMINADORA**

Professora Doutora Marluce Aparecida Souza e Silva

Orientadora - UFMT

Professor Doutor Benedito Dias Pereira

Membro da Banca - UFMT

Professor Lazaro Camilo Joseph Recompensa

Membro da Banca - UFSM

Dedico a presente dissertação a minha família, em especial minha esposa Dáunia Arrais, que sempre esteve presente nessa caminhada, aos meus pais, José Rodrigues e Ana Teixeira, que apesar de todas as dificuldades vividas conseguiram educar e encaminhar seus filhos, a minha filha Ana Laura Rodrigues, uma de minhas fontes de inspiração e a toda classe trabalhadora brasileira que, apesar da exploração e da expropriação, continuam acreditando que um dia conseguiremos alcançar um país justo e igualitário.

Agradeço a todos que de algum modo contribuíram para conclusão deste trabalho, em especial à minha orientadora Marluce Aparecida Souza e Silva que sempre esteve disponível, me apresentando valiosas considerações e a meu sogro Luiz Carlos Malheiros Neves que não mediu esforços para auxiliar nos momentos finais desta dissertação.

Não poderia esquecer dos companheiros do MST que se dispuseram a me receber com simplicidade e honestidade, lembrando aqui do senhor Axé, Coordenador regional do movimento em Mato Grosso e do Senhor Celestino Persch, coordenador da Cooperoeste.

*A emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstracto; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política.*

*Marx (1843, p. 30)*

## RESUMO

O presente trabalho constitui-se numa análise comparativa entre cooperativismo na perspectiva de Marx e a proposta desenvolvida pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST. Os objetivos são: contextualizar a formação, organização e estruturação do MST à partir do método e teoria de Marx, analisar o cooperativismo e suas concepções contraditórias, bem como, a estruturação da proposta teórica do MST e como se dá sua aplicação na prática, visando ao final compará-la com a perspectiva de Marx. Para tanto, desenvolvemos uma ampla pesquisa bibliográfica e também de campo, visando compreender a proposta do movimento na teoria e na prática. Identificamos que a estruturação e a formação do movimento se deram conforme os postulados do método e em alguns pontos da teoria marxiana e que sua organização e expansão pelo Brasil ocorreram entre 1979 aos dias atuais, em meio às dificuldades e ambiguidades próprias do sistema capitalista de produção. Procuramos demonstrar algumas concepções e um pouco da história do cooperativismo, dentre as quais, as visões que enxergam no cooperativismo uma via para se chegar ao socialismo, a qual foi contraposta por concepções que consideram-no como um instrumento para precarização do trabalho. Realizamos uma análise da proposta teórica e prática do MST, através de uma ampla revisão bibliográfica e também uma pesquisa de campo em um assentamento em Mato Grosso e em duas cooperativas em Santa Catarina. Ao final desenvolvemos uma análise comparativa entre a concepção e a perspectiva de Marx sobre o cooperativismo e as confrontamos com o modelo do MST, onde constatamos que esse último foge aos postulados do autor.

**Palavras chaves: Cooperativismo. Ideologia. Consciência de Classe. Emancipação Humana. Movimentos Sociais.**

## ABSTRACT

This paper presents a comparative analysis between cooperatives in the perspective of Marx and the proposal developed by the Landless Workers' Movement - MST. The objectives are: to contextualize the training, organization and structuring of the MST from the method and theory of Marx, analyze the cooperative and its contradictory conceptions, as well as the structuring of the theoretical proposal the MST and how is its application in practice, aiming the end compare it with Marx's perspective. We develop an extensive bibliographical and field research also aimed to understand the proposal of the movement in theory and practice. We found that the structure and the formation of the movement is given as the postulates of the method and at some points of Marxist theory and its organization and expansion in Brazil occurred from 1979 to the present day, in the midst of difficulties and the ambiguities of the capitalist system of production . We demonstrate some concepts and some of the history of cooperatives, among which, the visions they see the cooperative a way to get to it, which was opposed by conceptions that consider it as a tool to precarious work. An analysis of theoretical and practical proposal MST, through an extensive literature review and also a search field on a settlement in Mato Grosso and two cooperatives in Santa Catarina. At the end we have developed a comparative analysis between the design and Marx's perspective on cooperative and confront the model of MST, where we see that the latter flees to the postulates of the author.

**Key words:** Cooperative. Ideology. Class Consciousness. Human Emancipation. Social Movements.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ABRA - Associação Brasileira da Reforma Agrária  
ACI - Aliança Cooperativa Internacional  
BNCC - Banco Nacional de Crédito Cooperativo  
CCA - Centrais Cooperativas dos Assentamento  
CIMI - Comissão indigenista Missionária  
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil  
CNC - Conselho Nacional de Cooperativismo  
CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil  
COOPCAL - Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Terra Livre  
COOPERUNIÃO - Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste  
COOPEROESTE - Cooperativa Regional do Extremo Oeste  
COOPTAR - Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata  
CPA - Cooperativa de Produção Agropecuária  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias  
EMPAER – Empresa Mato-Grossense de Pesquisa Assistência e Extensão Rural S/A  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
LOC - Laboratório Organizacional do Campo  
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MS - Mato Grosso do Sul  
MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra  
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil  
OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras  
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária  
PPGPS - Política de Social da Universidade Federal de Mato Grosso  
PROCERA - Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
SCA - Sistema Cooperativista dos Assentados  
UDR - União Democrática dos Ruralistas  
UNE - União nacional dos estudantes

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>		<b>12</b>
<b>1</b>	<b>A FORMAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST.....</b>	<b>16</b>
1.1	A FORMAÇÃO DO MST À LUZ DA TEORIA DE MARX.....	16
1.2	AS BASES DA FORMAÇÃO E OS OBJETIVOS DO MST QUE ESTRUTURAM SUA ORGANIZAÇÃO.....	36
1.3	A ESTRUTURAÇÃO DO MST EM MEIO ÀS AMBIGUIDADES NOS GOVERNOS CIVIS BRASILEIROS.....	40
<b>2</b>	<b>O COOPERATIVISMO COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL PARA O MST.....</b>	<b>47</b>
2.1	A HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO E SUA CONCEPÇÃO COMO ALTERNATIVA PARA SUPERAR O CAPITALISMO.....	47
2.2	O COOPERATIVISMO VISTO COMO PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	51
2.3	A PROPOSTA TEÓRICA DE COOPERATIVISMO NO MST .....	55
2.4	AS EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS DE COOPERATIVISMO NO MST.....	64
2.4.1	<b>Resultado da pesquisa no Assentamento 28 de Outubro.....</b>	<b>64</b>
2.4.2	<b>Resultado da pesquisa na Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste – Cooperoeste.....</b>	<b>67</b>
2.4.3	<b>Resultado da pesquisa na Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste Cooperunião.....</b>	<b>73</b>
2.4.4	<b>Pesquisas de outros autores sobre o cooperativismo no MST.....</b>	<b>75</b>
<b>3</b>	<b>ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O COOPERATIVISMO NA PERSPECTIVA DE MARX E A PROPOSTA DO MST.....</b>	<b>80</b>
3.1	A PERSPECTIVA E CONCEPÇÃO DE COOPERATIVISMO EM MARX E COMPARATIVOS COM A PROPOSTA DO MST.....	80
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>		<b>100</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>		<b>103</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>		<b>107</b>
<b>LISTA DE TABELAS</b>		

1 DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS DO EXTREMO OESTE – SC ..... **68**

**ANEXOS**

DVD COMEMORAÇÃO 15 ANOS COOPEROESTE

## INTRODUÇÃO

Nosso estudo tem como abordagem o cooperativismo na perspectiva de Marx, tendo como lócus o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Para chegar ao debate sobre o cooperativismo buscamos compreender a história do MST e retomar a luta pela terra no Brasil, entendendo que ele é um movimento socialista fundado e ancorado em bases teóricas marxista, que, ao longo de seu desenvolvimento, se vê diante de vários gargalos que impedem que seu objetivo principal, de construir uma sociedade justa e igualitária, seja alcançado.

Em meados da década de 1980, devido a constatação de que apenas a conquista da terra não era suficiente para atingirem seus objetivos, o MST estrutura uma proposta teórica de cooperativismo, visando superar os gargalos que impediam o bom desenvolvimento de seus assentados, indicando sua aplicação em todos os assentamentos do movimento. As linhas mestras dessa proposta foram alicerçadas a partir de formulações de autores marxistas, a exemplo de Clodomir de Moraes, intelectual do próprio MST, entretanto, há entendimentos de outros autores que tal proposta foge à perspectiva de Marx sobre o assunto.

A hipótese então é a de que o modelo de cooperativismo adotado pelo MST, apesar de ter tido como base a teoria marxista, pode ter se afastado da teoria socialista, fazendo com que na prática seus componentes mantenham e repitam o modo de produção capitalista e dessa forma longe de alcançar seus objetivos de transformação social.

Desta forma, nosso objetivo principal é analisar comparativamente o cooperativismo na perspectiva de Marx com a proposta teórica e sua aplicação na prática no MST. Para estruturar e dar embasamento às análises, estabelecemos como objetivos específicos, a contextualização da formação do MST à luz da teoria de Marx, sua organização e estruturação, a comparação do cooperativismo a partir de duas visões paradoxais, com a primeira, entendendo que é uma via para se chegar ao socialismo, mas de outro norte, a segunda, compreendendo que é um meio para elevar a precarização do trabalho e por último uma análise mais aprofundada da proposta teórica do MST, de sua aplicação prática e da perspectiva de Marx sobre o assunto.

Nossa proposta visa compreender o processo de formação, de luta, resistência e conquistas da classe trabalhadora em meio a um sistema explorador e expropriador, com vista, a identificar propostas alternativas, que visem um novo projeto societário com igualdade e justiça social.

Não obstante, nosso trabalho busca ser pertinente ao programa de pós-graduação em Política de Social da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGPS da UFMT), visto que, também está diretamente nas diretrizes de busca por soluções e reflexões teóricas no âmbito do pensamento social e pelo aprofundamento no conhecimento para o enfrentamento de desafios emergentes que demandem a intervenção profissional.

Em relação ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o estudo almeja e por isso se justifica, pelo objetivo de compreender a base teórica e prática do cooperativismo implantado no movimento, realizando um comparativo com a perspectiva de Marx sobre o assunto, onde propomos entender se a proposta segue as linhas pensadas pelo autor.

Dessa forma nossa pesquisa se justifica por inúmeros motivos, dos quais, o principal é o conhecimento conquistado em cada etapa, sendo que, uma das motivações preponderantes é pelo fato de fazermos parte da classe trabalhadora, filho de outrora trabalhadores rurais que sofreram na pele a exploração e a expulsão do campo e pelas dificuldades sofridas durante todo o caminhar.

A fundamentação teórica de nossa pesquisa baseia-se em três categorias, quais sejam movimentos sociais, onde procuramos demonstrar o surgimento, a estruturação política, social e de produção do MST, o cooperativismo, onde analisamos algumas concepções sobre o modelo para ao final realizarmos um comparativo com a perspectiva de Marx sobre o assunto e a emancipação humana, que engloba desde a compreensão do materialismo histórico e dialético, passando pela importância da consciência de classe e a necessidade do homem buscar a emancipação humana para que qualquer projeto de sociedade igualitária ocorra de forma concisa e, nesse sentido, demonstramos a seguir os passos desenvolvidos.

Na primeira seção demonstramos o método de Marx onde o autor conclui que o homem começa a observar e a criar a consciência de todas as perdas e se vê forçado a revoltar-se contra a desumanidade gerada no desenvolvimento das forças produtivas e na relação de produção que é privada. Nesse contexto, apresentamos alguns dos conflitos ocorridos no país desde o descobrimento até a formação do MST, que são exemplos do processo dialético, que estrutura a teoria marxiana. Posteriormente, desenvolvemos um levantamento histórico mais detalhado sobre o desenvolvimento do movimento até sua estruturação e territorialização em todo o país, demonstrando as dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora quando reagem a um modelo perverso.

Ainda na primeira seção procuramos demonstrar que o MST em sua organização, segue as linhas de pensamento de autores marxistas, que são verificadas em diversos pontos de seus objetivos, tais como, o enfrentamento ao sistema capitalista de produção, a batalha

contra qualquer forma de dominação, a busca por uma sociedade justa e igualitária, a luta de classe, tendo a classe trabalhadora como vanguarda no processo. E, tendo como base, teorias marxistas, o movimento lança seus objetivos e se organiza de forma a evitar o corporativismo, priorizando a formação política de seus componentes e com organograma desenhado para que todos estivessem aptos a opinar nos rumos do movimento. Demonstramos alguns princípios do movimento, quais sejam, organização política, divisão de tarefas, disciplina, formação, luta de massa e sua estruturação orgânica.

Procuramos também demonstrar as dificuldades e as ambiguidades vividas pelo movimento a partir dos governos civis brasileiros que fazem parte de um lado, do jogo orquestrado pela burguesia com intuito de manutenção do poder e de outro por seguimentos da classe trabalhadora na disputa pelo mesmo. Nesse sentido, pode se perceber que a pressão e as tentativas de destruição do movimento são elevadas a cada governo, desde 1985, onde o auge ocorre no período de 1990 a 2002 nos governos neoliberais de Collor a FHC, mas também é verificado que, apesar do movimento ter renovado suas esperanças com a vitória nas eleições do Partido dos Trabalhadores (PT), a situação altera-se apenas nas questões relacionadas à violência no campo e em algumas políticas de incentivo a agricultura camponesa, mas insuficientes para retirar a subalternidade em relação ao agronegócio. E ao final é apresentada a capacidade da classe dominante em difundir suas ideologias e como é difícil a luta por uma sociedade justa e igualitária.

Já na segunda seção discorreremos sobre as concepções de cooperativismo, iniciando com breve histórico de como surgiu o modelo coletivo até as visões de Rui Namorado e Paul Singer que consideram que este é uma via para se chegar ao socialismo. De outro norte, apresentamos a visão de autores como Ricardo Antunes, Germer e outros, que entendem o cooperativismo como meio de elevação da exploração capitalista sobre a classe trabalhadora, sendo para eles um novo modo de precarizar o trabalho. Após apresentação das análises sobre o cooperativismo, apresentamos a proposta teórica desenvolvida por intelectuais oriundos do MST, a qual ganha forma e começa ser aplicada a partir de 1989 nos assentamentos em algumas regiões do país. O modelo foi uniformizado para implantação em todos os assentamentos do movimento visando a resistência e à minimização da pobreza no campo e se estrutura através de cooperativas e sistemas que tem como objetivo organizar o processo de produção, havendo inclusive, a fundação de uma confederação para contrapor ao sistema tradicional. Foi apresentada também a teoria de organização no campo que é a base da proposta do MST.

Ainda na segunda seção apresentamos os resultados da pesquisa de campo que visa compreender as experiências práticas de cooperativismo no MST, no assentamento 28 de Outubro de Campo Verde no Mato Grosso, na Cooperativa Regional do Extremo Oeste – Cooperoeste, de São Miguel do Oeste e na Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste – Cooperunião, localizada também no extremo Oeste, ambas de Santa Catarina.

Na terceira seção desenvolvemos a análise comparativa entre o cooperativismo na perspectiva de Marx e a proposta do MST, onde iniciamos com a demonstração da concepção e posteriormente enfatizamos a perspectiva marxiana sobre o assunto. A partir daí desenvolvemos análises comparativas entre os postulados do autor e a proposta teórica e prática do MST. No desenvolvimento da análise comparativa fez-se necessário a indicação de alguns termos necessários à compreensão da teoria, tais como, consciência de classe, análise da totalidade, ideologia e emancipação humana para ao final sistematizarmos nossas considerações finais.

## 1 A FORMAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA - MST

Na análise sobre a formação e estruturação do MST é necessário compreender que sua formação e o seu surgimento faz parte da batalha pela terra, que remontam inclusive ao modelo de capitâneas hereditárias implantadas desde o “descobrimento” do Brasil.

Dessa forma, antes de apresentarmos propriamente a história que leva ao surgimento do MST, precisamos analisar o materialismo histórico e dialético de Marx, visando estabelecer um paralelo do método com a formação do movimento.

### 1.1 A FORMAÇÃO DO MST À LUZ DA TEORIA DE MARX

Para discorrermos sobre a formação do MST tendo a teoria marxiana sob pano de fundo, é necessário lembrar o conceito de comunismo que, para Marx (1981, p. 46), é o movimento real que supera o atual estado de coisas, e as condições deste movimento resultam de premissas atualmente existentes e não um estado de coisas que deve ser estabelecido ou um ideal pelo qual a realidade tenha de se regular. Ou seja, o comunismo não é algo dado ou uma fórmula pronta e acabada, mas sim um movimento de transformação que supera o modo de produção atual, o capitalismo.

E, nesse contexto, a primeira premissa exposta por Marx (1981) é que para os seres humanos existirem e manterem-se vivos, tendo condições de “fazer história”, necessitam comer, beber, vestir e habitar, etc.. Assim, o primeiro ato do ser humano é a produção dos meios para satisfação dessas necessidades, e dessa forma, quando os homens produzem seus meios de vida, também produzem sua vida material.

*[...] temos de começar por constatar a primeira premissa de toda a existência humana, e portanto, também, de toda a história, ou seja, a premissa de que os homens têm de estar em condições de viver para poderem “fazer história”. Mas da vida fazem parte sobretudo comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. O primeiro acto histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que este é um acto histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos.(MARX, 1981, p.36)*

Nesse sentido, Marx (1981, p. 22,23) diz que a produção, o que e como produzem coincidem com o que os homens são e dessa forma, estes são dependentes das condições materiais da sua produção. Então, a produção das ideias e representações da consciência estão

ligadas com a atividade e a relação material dos homens que, conseqüentemente, é desenvolvida no processo real de vida.

Para chegar a um método científico, Marx rompe e inverte o que a filosofia alemã dizia sobre a consciência, em especial com Hegel, demonstrando que não é a consciência que determina a vida e sim a vida real que determina a consciência, a qual detalhava da seguinte forma:

*Em completa oposição à filosofia alemã, a qual desce do céu à terra, aqui sobe-se da terra ao céu. Isto é, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou se representam, e também não dos homens narrados, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente activos, e com base no seu processo real de vida apresenta-se também o desenvolvimento dos reflexos [Reflexe] e ecos ideológicos deste processo de vida. Também as fantasmagorias no cérebro dos homens são sublimados necessários do seu processo de vida material empiricamente constatável e ligado a premissas materiais. A moral, a religião, a metafísica, e a restante ideologia, e as formas da consciência que lhes correspondem, não conservam assim por mais tempo a aparência de antinomia. Não têm história, não têm desenvolvimento, são os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio material que, ao mudarem esta sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência. No primeiro modo de consideração, parte-se da consciência como indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos vivos reais e considera-se a consciência apenas como a sua consciência. (MARX, 1981, p. 29)*

Num tom irônico Marx (1981, p. 30) sintetiza: *lá onde a especulação cessa, na vida real, começa, portanto, a ciência real, positiva, a representação da atividade prática, do processo de desenvolvimento prático dos homens. Cessam as frases sobre a consciência, o saber real tem de as substituir.*

Sob o aspecto histórico, Marx (1981, p. 36), diz que o homem na produção da própria vida e da alheia, através do trabalho e procriação, respectivamente, realiza uma dupla relação, sendo de um lado como relação natural e de outro como relação social entendida como a cooperação de vários indivíduos. O resultado disso é que um determinado modo de produção, ou fase industrial, está sempre ligado a um determinado modo de cooperação, ou fase social, e este modo da cooperação é ela própria uma força produtiva. E a quantidade das forças produtivas acessíveis aos homens condiciona o estado da sociedade, e dessa forma a história da humanidade tem de ser sempre estudada e tratada em conexão com a história da indústria e da troca.

Essas são as premissas básicas de Marx, e a partir delas, ele conclui que o homem possui consciência, entretanto, não é uma consciência pura. Ela (a consciência) é desde o início um produto das relações sociais, e sempre será enquanto existirem homens.

*A consciência, naturalmente, começa por ser apenas consciência acerca do ambiente sensível imediato e consciência da conexão limitada com outras pessoas e coisas fora do indivíduo que se vai tornando consciente de si; é, ao mesmo tempo, consciência da natureza, a qual a princípio se opõe aos homens como um poder completamente estranho, todo-poderoso e inatacável, com o qual os homens se relacionam de um modo puramente animal e pelo qual se deixam amedrontar como os animais; é, portanto, uma consciência puramente animal da natureza. (MARX, 1981, p.39)*

Marx (2006, p. 40), explica que a consciência originária se dá pelo fato do homem perceber e ter a necessidade de se relacionar com os indivíduos à sua volta, sendo assim o começo da consciência de que vive de fato numa sociedade. Por isso, ele considera que é tão animal como a própria vida social desta fase. O desenvolvimento e formação desta consciência se dão com aumento da produtividade, da multiplicação das necessidades e do aumento da população, dessa forma, se desenvolve a divisão do trabalho, que originalmente inicia com o gênero, depois a divisão natural do trabalho em virtude da disposição física, de necessidades, etc., porém, só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão do trabalho material.

Marx então detalha a divisão do trabalho, que faz com que o homem considere que a consciência seja algo diferente da práxis existente, conforme o trecho a seguir:

*A partir deste momento, a consciência pode realmente dar-se à fantasia de ser algo diferente da consciência da práxis existente, de representar realmente alguma coisa sem representar nada de real — a partir deste momento, a consciência é capaz de se emancipar do mundo e de passar à formação da teoria "pura", da teologia, da filosofia, da moral, etc., "puras". E mesmo quando esta teoria, teologia, filosofia, moral, etc., entram em contradição com as relações vigentes, isso só pode acontecer pelo facto de as relações sociais vigentes terem entrado em contradição com a força de produção existente [...] (MARX, 1981, p. 40)*

Nesse contexto, Marx (1981, p. 41) conclui que a força de produção, o estado da sociedade e a consciência, cairão em contradição entre si, tendo em vista, que a realidade espiritual e material, o prazer e o trabalho, a produção e o consumo, cabem a indivíduos diferentes. Com a divisão do trabalho surge a contradição entre o interesse de cada um dos indivíduos ou de cada uma das famílias e o interesse comunitário de todos os indivíduos. É por isso, que o interesse comunitário assume uma forma autônoma como Estado separado dos interesses reais dos indivíduos e do todo, e ao mesmo tempo como comunidade ilusória, mas

sempre sobre a base real das famílias ou das classes, as quais uma domina todas as outras.

Na obra intitulada *Crítica a Economia Política*, Marx (2004) sintetiza que o resultado geral é que na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social, dessa forma, o modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual.

Não obstante, as ideias da classe dominante em qualquer época, constituem as ideias predominantes na sociedade, sendo esta a classe que possui o controle e a propriedade dos meios de produção, determinando assim o conteúdo e a produção intelectual, conforme a seguir demonstramos:

*As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal [ideell] das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias do seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensem; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica, é evidente que o fazem em toda a sua extensão, e portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e a distribuição de ideias do seu tempo; que, portanto, as suas ideias são as ideias dominantes da época. (MARX, 1981, p. 59)*

E para atender os interesses dessa classe, as ideias assumem cada vez mais uma forma universal, pois de acordo com Marx (1981), cada nova classe que toma o poder no lugar de outra, visando apenas realizar o seu propósito, apresentam o seu interesse como o interesse geral de toda a sociedade, ou seja, em determinada época as ideias da classe dominante se tornam a expressão ideal e aparecem e são apresentadas como as únicas racionais e universalmente válidas.

*A classe revolucionante entra em cena desde o princípio, já que tem pela frente uma classe, não como classe, mas como representante de toda a sociedade, ela aparece como a massa inteira da sociedade face à única classe, a dominante. E consegue-o porque, a princípio, o seu interesse anda realmente ainda mais ligado ao interesse comunitário de todas as demais classes não dominantes, porque sob a pressão das condições até aí vigentes ele não pôde ainda desenvolver-se como interesse particular de uma classe particular. (MARX, 2004, p. 60)*

Um detalhe importante a ser observado sobre o método de Marx, ao contrário do que muitos interpretam, é que o método ocorre apenas nas revoluções tipicamente proletárias, conquanto, é verificado também nas dissidências das classes que dominam o capital, com diferença que em qualquer dessas revoluções o modo da atividade permanecerá inalterado, sendo apenas uma questão de modificação da distribuição desta atividade, ou seja, de uma nova repartição do produto do trabalho a outras pessoas. E, nesse sentido, Marx (1981, p. 60) diz que no seio das classes dominantes quando há uma cisão, podem até chegar a certa oposição e hostilidade entre elas, mas que por si própria desaparece em todas as colisões práticas em que a própria classe fica em perigo, desaparecendo então a aparência de que as ideias dominantes não seriam as ideias da classe dominante e teriam um poder distinto do poder desta classe, senão vejamos:

*Esta contradição entre as forças produtivas e a forma de intercâmbio, que, como vimos, já várias vezes ocorreu na história até aos nossos dias sem, contudo, pôr em perigo a base da mesma, teve todas as vezes de rebentar numa revolução, assumindo então, ao mesmo tempo, várias formas secundárias, como totalidade de colisões, como colisões de diferentes classes, como contradição da consciência, luta de ideias, etc., luta política, etc.(MARX, 1981, p. 79)*

Marx (1981, p. 49,50) demonstra que nas revoluções que não são proletárias, a exemplo da burguesa, é aproveitado indivíduos das demais classes, inclusive do proletariado, porém, esse fato os leva ao mais decidido antagonismo a todas as outras classes devido à produção de uma classe que constitui a maioria de todos os membros da sociedade que tem de suportar todos os fardos da sociedade sem poder participar das vantagens desta.

*A sua vitória aproveita também, por isso, a muitos indivíduos das demais classes que não se tornam dominantes, mas apenas na medida em que permite a estes indivíduos subirem à classe dominante. Quando burguesia francesa derrubou o domínio da aristocracia, tornou desse modo possível a muitos proletários subirem acima do proletariado, mas apenas na medida em que se tornaram burgueses. Cada nova classe, por isso, instaura o seu domínio apenas sobre uma base mais ampla do que a da até aí dominante, pelo que, em contrapartida, mais tarde também o antagonismo da classe não dominante contra a agora dominante se desenvolve muito mais aguda e profundamente. Por ambas as razões é determinado o facto de que a luta a travar contra a nova classe dominante por seu turno visará uma negação mais radical, mais decidida, das condições sociais até aí vigentes do que fora possível a todas as classes que anteriormente procuraram dominar.(MARX, 1981, p. 61)*

E para manter o controle e a ordem dominante, de acordo com Marx (1981), a burguesia institui na sociedade suas ideologias, formando uma consciência social ou falsa

consciência, que faz com que os membros da sociedade acreditem que o produto social do trabalho (as riquezas produzidas) que é fruto da cooperação dos diferentes indivíduos, apareça não como a união de esforços destes, mas como uma força alheia que existe fora deles, da qual, devido a divisão do trabalho, já não podem dominar e que, pelo contrário, percorre uma série peculiar de fases e etapas de desenvolvimento independente da vontade e de seus esforços.

Nesse contexto, Marx (2004, p. 80,81) diz que o trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e acaba tornando-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento de valor do mundo dos objetos. Dessa forma, o trabalho não cria apenas objetos, mas também se produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria. E assim, o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, acaba se tornando um ser estranho, uma força independente do seu produtor. A execução do trabalho aparece tanto como uma perversão que o trabalhador se condiciona a ponto de passar fome. O trabalhador é despojado das coisas mais essenciais não só da vida, mas também do trabalho. A apropriação do objeto aparece como alienação a tal ponto que quanto mais objetos o trabalhador produz tanto menos pode possuir e tanto mais fica dominado pelo seu produto, o capital.

E prossegue Marx (2004, p. 81) dizendo que todas as consequências decorrem do fato do trabalhador ser relacionado com um objeto estranho que ele mesmo produziu. Pois está claro que, baseado nesta premissa, quanto mais o trabalhador se desgasta no trabalho tanto mais poderoso se torna o mundo de objetos por ele criado em face dele mesmo, tanto mais pobre se torna a sua vida interior, e tanto menos ele se pertence a si próprio. O trabalhador acaba por colocar a sua vida no objeto, e dessa forma, não mais lhe pertence, porém, ao objeto e conseqüentemente quanto maior for sua atividade, tanto menos ele possuirá. O que incorporou ao produto de seu trabalho não lhe pertence e a vida que ele deu ao objeto volta-se contra ele como uma força estranha e hostil.

Então, Marx (2004) desmitifica o modo de produção capitalista, onde o trabalho humano produz maravilhas para os ricos e privação para o trabalhador, palácios para poucos e casas de palhas para muitos. Ele substitui os operários por máquinas, jogando uma parte a um gênero bárbaro de trabalho e convertendo outros em máquinas. Produz inteligência, porém também estupidez e cretinice para os trabalhadores.

E ao final, Marx indaga, que se o produto do trabalho comunitário é estranho aos seus produtores (os trabalhadores), a quem esse trabalho e produto são devotados e destinados?

A resposta lógica demonstrada por Marx, é que se o produto do trabalho não pertence

ao trabalhador, mas o enfrenta como uma força estranha, isso só pode acontecer porque pertence a outro homem que não o trabalhador. Se sua atividade é para ele um tormento, ela deve ser uma fonte de satisfação e prazer para outro. Não os deuses nem a natureza, mas só o próprio homem pode ser essa força estranha acima dos homens. Ao alienar sua própria atividade, ele outorga ao estranho uma atividade que não é deste.

Nesse sentido, Marx (2004), diz que, em consequência do trabalho alienado e estranhado, o trabalhador cria a relação com outro homem que não trabalha e que está de fora do processo. Isso porque o capitalista (homem que não trabalha) possui a propriedade dos meios de produção, ou seja, a propriedade privada, e dessa forma, Marx infere que ela é, portanto, o produto, o resultado inevitável, desse trabalho, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo.

Então, Marx (1981, p. 49,50), resume seu método, dizendo que no desenvolvimento das forças produtivas atinge-se um estágio no qual se produzem forças de produção e meios de intercâmbio que, sob as relações vigentes (propriedade privada), só causam desgraça, que já não são forças de produção, mas forças de destruição (máquinas e dinheiro).

Dessa forma, no sistema capitalista, o homem se perde a si próprio, estranhando-se daquilo que ele próprio produz e, conseqüentemente, quanto mais produz riquezas, mais pobre se torna, chegando ao ponto de se tornar uma mercadoria, acabando por não lhe pertencer mais, sendo propriedade daquele que possui o capital e nessas condições e das expropriações e explorações advindas dessa relação, a sociedade, o mundo vai se resumindo no seu extremo mais perverso e desumano e assim diz Marx:

*[...] constatamos que o trabalhador baixa à condição de mercadoria e à de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência (Macht) e à grandeza (Grosse) da sua produção [...] (MARX, 2004, p. 79).*

*O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria se cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenvelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt). O trabalho não produz somente mercadoria; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria [...] (MARX, 2004, p. 80).*

Nessas perspectivas, o homem começa a observar e a criar a consciência de todas as perdas e se vê forçado a revoltar-se contra essa desumanidade gerada no desenvolvimento das forças produtivas e na relação de produção que é privada, ou seja, tudo que os homens produzem coletivamente vão parar nas mãos de poucos e em consequência disso desenvolve-se cada vez mais uma grande penúria, uma pobreza que, em determinado momento, mesmo

com toda ideologia dominante, não é mais possível negar nem encobrir. Consequentemente, os homens percebem que para se libertar e voltar a “ser humano” terá de suprimir suas próprias condições de vida e para isso, tem de abolir todas as condições de vida desumanas na sociedade, ou seja, revolucionar.

Nesse sentido, o método materialista histórico e dialético utilizado por Marx percorre necessariamente o processo aspiral de sustentação de uma tese (relação de produção que gerará o conflito, capitalismo), de uma antítese (socialismo) e da síntese (comunismo).

Nesse ponto é necessário destacar um fator fundamental observado por Marx para que o socialismo seja possível, que se resume na frase: revolução de trabalhadores conscientes sem utopias prontas e acabadas.

Marx ao dizer que, o socialismo só seria possível a partir da revolução da classe trabalhadora consciente, induz que numa observação de perdas sem a consciência de classe, as mudanças seriam em vão e não implicariam em transformações sociais nos moldes socialistas. Assim como a análise de Lukács (1960) referindo-se a “falsa consciência” de classe, a qual não é capaz, em razão de sua própria natureza, de tomar uma forma plenamente clara e de influenciar conscientemente os acontecimentos históricos.

Nesse sentido, a consciência observada em todo processo material, histórico e dialético deve ser necessariamente de classe e entendida no seu sentido mais amplo, englobando os aspectos sociais, econômicos e políticos. Pois, no desenvolvimento das forças produtivas a classe trabalhadora desenvolverá uma consciência capaz de observar e perceber as perdas, porém, se essa observação não for através da consciência plena de classe, será enviesada pelas ideologias da classe dominante, de ditadores, ou mesmo de grupos da própria classe trabalhadora, que almejam apenas o poder e dessa forma, será uma consciência de utopias prontas e acabadas, não implicando, qualquer revolução nesses moldes, em transformações sociais.

O destaque e a observação necessária é que o processo dialético da tese, antítese e síntese, só terá seu percurso sequencial e lógico, quando a classe trabalhadora alcançar a consciência de classe no sentido mais amplo, pois do contrário, o processo poderá ser suspenso.

Isso parece muito próximo ao observarmos as reflexões fundamentadas da conceituada pesquisadora Behring (2011, p. 109) que ao analisar a evolução histórica dos movimentos sociais no Brasil chega à conclusão de que sempre acontece no país uma modernização conservadora e esta é sempre uma espécie de eterno retorno e esse retorno permanecerá

insistente enquanto os trabalhadores não constituírem um movimento contra hegemônico radicalmente democrático, socialista e fundado numa vontade nacional popular.

Ou mesmo da análise de Pereira (2011, p. 125) ao pontuar que as modificações não são produtos de processos naturais que se realizam independentemente da vontade, pois, para que haja transformação das forças produtivas, é necessária a participação consciente das classes subalternas.

Realizada essa sucinta análise sobre o método de Marx, seguiremos com o histórico da formação do MST, e verificaremos a proximidade entre a teoria marxiana com as lutas travadas pela classe trabalhadora brasileira até formação do movimento.

De acordo com Fernandes (2000, p. 25-34), as lutas camponesas sempre estiveram presentes na história do Brasil, sendo que os conflitos sociais no campo não são novidades de nosso tempo. A história da formação do Brasil é marcada pela invasão do território indígena, pela escravidão e pela produção capitalista, e nesse contexto, a luta de resistência começa com a chegada do colonizador europeu há mais de 500 anos.

*As ocupações de terras realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e por outros movimentos populares, são ações de resistência frente a intensificação da concentração fundiária e contra a exploração, que marcam uma luta histórica na busca contínua da conquista da terra, de trabalho, a fim de obter condições dignas de vida e uma sociedade justa. (FERNANDES, 2000, p. 19)*

Nesse período, o processo de contradição segue seu curso normal, onde o desenvolvimento das forças produtivas e conseqüentemente das relações de propriedade existente, geram inúmeros conflitos desde o “descobrimento do Brasil”, entretanto, percebe-se que a consciência desenvolvia-se a partir de uma liderança messiânica e só a partir de 1930 que os movimentos sociais começam a ganhar escopo de classe e os trabalhadores esboçam o início de sua organização no país.

De acordo com Morissawa (2001, p. 86), no período de 1888 até a década de 1930, as lutas pela terra eram realizadas através da fé, onde os seguidores de um líder messiânico o acompanhavam nos enfrentamentos à ordem dominante, são exemplos Canudos e a Guerra dos Contestado.

Não obstante, a partir de 1930 ocorre um grande descontentamento do proletariado, pois o sistema capitalista vive uma de suas piores crises de superprodução e com isso, a opressão que já era grande sobre os trabalhadores se torna demasiada, levando essa classe a perceber que não há alternativa senão a de rebelar contra a ordem dominante.

O operariado parecia pronto para a revolução, mas sem a consciência de classe plena,

serve como trampolim para a burguesia assumir sua parcela no poder, antes dominado pela oligarquia rural.

De acordo com Brum (2002), com o levante de 1930, rompe-se o domínio absoluto das oligarquias rurais e do coronelismo na política brasileira e abre-se o processo de ascensão do liberalismo burguês urbano, e ainda, com a aceleração do processo de industrialização, o empresariado adquire crescente presença na sociedade brasileira, forçando sua participação na vida política do país, porém, o movimento dos trabalhadores tem reduzida participação nas transformações sociais do período.

Nos anos subsequentes o movimento operário de acordo com Behring (2011, p. 109), torna-se maduro e concentrado com maior organização política e consciência de classe e em 1946 fruto desse novo rearranjo, consegue-se uma Constituição das mais democráticas do país, chegando a tirar o partido comunista da ilegalidade.

Vejam também que de acordo com Fernandes (2000, p. 33), há a formação das Ligas Camponesas a partir de 1945, ano em que acaba a ditadura do governo Vargas. Tal movimento representou uma forma de organização política de camponeses proprietários, parceiros, posseiros e meeiros que resistiram contra a expropriação, a expulsão da terra e ao assalariamento, sendo criadas em quase todos os estados com apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Conforme o autor, essa organização tinha como definição a luta pela reforma agrária radical, visando acabar com o monopólio dos latifundiários e em suas ações ao mesmo tempo em que resistiam na terra, passaram também a realizar ocupações.

Para Behring (2011, p. 110), o reposicionamento das forças políticas e das classes e a intensa disputa de projetos deparam-se com uma base material também em ebulição, com o desenvolvimentismo dentro de uma estratégia de substituição de importação. Esse processo de salto para diante na economia capitalista brasileira acirra a luta de classes, pois implica o aumento numérico e a concentração da classe trabalhadora, com suas consequências em termos de maior organização política e consciência de classe.

De 1947 a 1964 há dois fatos que se relacionam entre si e que demonstram a proximidade com os postulados de Marx, quais sejam, a elevação da opressão, com a expropriação e expulsão de milhares de camponeses do campo e a elevação das desigualdades sociais, tornando assim, a vida em sociedade insuportável, o que leva os trabalhadores a perceberem, a tomarem consciência de que não havia outra alternativa senão o enfrentamento direto, através da resistência no campo, bem como, a invasão do latifúndio. E de outro norte, no seio da própria classe dominante também surge contradições, todavia, há um realinhamento dessas classes possuidoras do capital, quando percebem que seu projeto de

dominação se encontrava em risco, e assim, utilizando a máquina do Estado, reprimem e massacram os trabalhadores, senão vejamos.

Com o cenário de melhor organização política e desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora, em 1961, assume a presidência Jânio Quadros, apoiado por partidos de direita e com João Goulart como vice, que contava com o apoio do proletariado. Jânio Quadros inicia com ideias que contrariavam os setores conservadores e os Estados Unidos da América (EUA), o que leva a burguesia a promover diversas agitações e pressões, culminando com a renúncia do presidente, assumindo o seu vice João Goulart, com poderes limitados, tendo em vista, o parlamentarismo misto implantado no país, mas que, posteriormente, através de um plebiscito popular é devolvido a plenitude dos poderes ao presidente.

De acordo com Brum (2002), João Goulart opta em seguir a política que contrariava a classe dominante da época.

Com a organização política da classe trabalhadora e com uma consciência de classe com desenvolvimento mais conciso, os movimentos sociais conseguem disputar e ter acesso ao controle central do Estado brasileiro, gerando um arcabouço de projetos que poderiam favorecer às transformações sociais, porém, esses esboços contrariavam as aspirações dos grupos dominantes da época, provocando dessa forma, confronto do governo com os interesses multinacionais e com a classe dominante do país.

Assim, os grupos dominantes no país, após perceber que naquele momento havia sucumbido à influência da classe trabalhadora no controle do Estado e vendo a real possibilidade de ocorrer transformações sociais favoráveis aos operários no país, se une com os interesses do capital norte-americano e resolve a disputa com a implantação da ditadura militar.

Nesse sentido, como bem demonstrado por Behring (2011), esse período fica marcado pela expansão lenta dos direitos e o dilema presente na situação de crise de hegemonia é resolvido no dia 31 de março de 1964, pela violência militar.

E repete-se o que disse Marx (1981, p. 60), que *no seio desta classe [a dominante] pode a cisão da mesma chegar a uma certa oposição e hostilidade entre ambas as partes, mas que por si própria desaparece em todas as colisões práticas em que a própria classe fica em perigo.*

A partir da implantação do regime militar no Brasil, de acordo com Brum (2002), viram-se os maiores absurdos cometidos contra a liberdade, pois, se proibiram qualquer tipo de oposição, utilizando-se das formas mais violentas de repressão àqueles que não

concordavam, sendo extintos os partidos políticos, o Congresso Nacional com o poder concentrado na cúpula militar.

Vale enfatizar que a tomada do poder pelos militares em 1964, com a destituição do presidente João Goulart, é realizada através do alinhamento dos interesses dos latifundiários, empresários, banqueiros e inclusive os interesses de países imperialistas como os Estados Unidos da América (EUA). Os militares, com claras intenções de proteger os interesses da burguesia, aniquilaram os movimentos camponeses, perseguiram os trabalhadores, humilhando-os, assassinando-os e os exilando, buscando assim, destruir todo o processo de desenvolvimento das organizações dos trabalhadores.

Nesse contexto, de acordo com Fernandes (2000, p. 41), o golpe militar significou também a impossibilidade dos camponeses ocuparem seu espaço político para promoverem seus direitos e participar das transformações fundamentais da organização do Estado brasileiro. Então, o golpe exprimiu um retrocesso para o País e os projetos de desenvolvimento implantados pelos governos militares levaram ao aumento da desigualdade social. Suas políticas aumentaram a concentração de renda, conduzindo a imensa maioria da população à miséria, intensificando a concentração fundiária e promovendo o maior êxodo rural da história do Brasil. No campo, o avanço do capitalismo fez aumentar a miséria, a acumulação e a concentração da riqueza. Este processo transformou o meio rural com a mecanização e a industrialização, simultaneamente a modernização tecnológica de alguns setores da agricultura.

Os acontecimentos ocorridos com o golpe militar traduz como a classe dominante é capaz de contra reagir de forma violenta e esmagadora quando percebe que seus interesses de acumulação e controle podem ser prejudicados.

De 1964 a 1967, de acordo com Pereira (2000, p. 136,137) as políticas sociais tornaram-se uma extensão da política econômica e a partir de 1967 até 1974 deixa de configurar um simples complemento ou extensão da economia para se afirmar com um meio importante de acumulação de riquezas.

Essa opção é vista no próprio modelo de crescimento econômico adotado, onde o discurso ideológico de elevar o bolo para depois dividir, demonstra claramente como o Estado é utilizado novamente pela classe dominante para obter seus interesses de acumulação, porém os resultados dessas políticas são gradativamente observados ao longo da década de 1970 pela classe trabalhadora, pois ao contrário do que é dito à época, ocorre é maior concentração de renda nas mãos da burguesia.

Com esse quadro de opressão e concentração de renda, observamos novamente a aplicação da teoria de Marx, onde a classe trabalhadora começa a esboçar uma nova reação de revolta, e inclusive, *os militares perceberam que precisavam se aproximar da sociedade para manter a governabilidade e a preocupação com a pobreza tomou-se um tema recorrente no discurso oficial* (PEREIRA, 2000, p. 137).

Fernandes (2000, p. 41) cita que o pacto tácito entre os militares e a burguesia, por meio da violência e com a implantação de seu modelo de desenvolvimento econômico para o campo, priorizou a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa, oferecendo ainda, aos empresários subsídios, incentivos e isenções fiscais, impulsionando o crescimento econômico da agricultura e da indústria e enquanto arrojava os salários, estimulava a expropriação e a expulsão, multiplicando os despejos das famílias camponesas. Com essas políticas, agregaram-se novos elementos a questão agrária, aumentando e expandindo os conflitos, fazendo eclodir as lutas no campo. A insustentabilidade do modelo concentrador e a miséria em que foram colocadas as famílias camponesas produziram novos e intensos conflitos e em meados da década de setenta, a questão agrária começava a se tornar um dos principais problemas do governo autoritário.

Então, nesse período, a ação do capital, além de ter o componente autoritário e opressor com os militares, também ocorre através de políticas que elevam a acumulação do capitalista em detrimento da classe trabalhadora, que reage com diversos tipos de movimentos sociais, inclusive com guerrilhas armadas.

E repete-se o descontentamento da população com o regime e de acordo com Pereira (2000, p. 144), novas formas de canais de participação política se fortalecem, como é o caso da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), grupos formados a partir da igreja católica, a União Nacional dos Estudantes (UNE), grupos feministas, donas de casas, frações do empresariado e uma combativa classe operária, dentre outros, todos mobilizados em vista a democracia.

No início de 1980, observa-se que saímos dos últimos governos militares, os quais, de acordo Bayer (1996), optam pelo endividamento público do país e as consequências dessa opção é provocar uma crise de recessão, devido as políticas de ajuste para confrontar a crise da dívida externa, porém, não suficiente para conter o avanço inflacionário no início da década de 1980 e essa crise gera uma maior opressão sobre a população brasileira em especial as camadas mais pobres da sociedade, e aqui citamos um trecho do que disse Marx, para compreendermos os movimentos ocorridos a partir de 1980.

*Para que ela [a alienação] se torne um poder "insuportável", isto é, um poder contra o qual se faça uma revolução, é necessário que tenha criado uma grande massa da humanidade "destituída de propriedade" e ao mesmo tempo em contradição com um mundo existente de riqueza e cultura, o que pressupõe um grande aumento da força produtiva, um grau elevado do seu desenvolvimento. (MARX, 1981, p. 45)*

Nesse sentido, o período de 1980 destaca-se como a década perdida para economia, todavia, para a classe trabalhadora é sem dúvida o período histórico com maior avanço relacionado ao enfrentamento direto contra a ordem dominante e também pela reorganização dos movimentos sociais e participação direta na disputa política pelo controle do Estado.

Na visão de Telles (1999), viu-se nos anos de 1980 de um lado o espetáculo de uma pobreza talvez jamais vista na história republicana, mas, de outro a reorganização dos movimentos sociais com o fortalecimento dos sindicatos e as aspirações por uma sociedade mais justa e igualitária.

Berhing (2011, p. 109) pontua que o movimento operário e popular nesse período foi um ingrediente político decisivo da história do país, que ultrapassou o controle das elites. Sua presença e sua ação interferiram na agenda política ao longo dos anos de 1980 e pautaram alguns eixos na Constituinte, a exemplo da reafirmação das liberdades democráticas, impugnação da desigualdade descomunal e afirmação dos direitos sociais, reafirmação de uma vontade nacional e da soberania, com rejeição das ingerências do FMI, direitos trabalhistas e reforma agrária.

E concordamos com Telles (1999) ao dizer que ficou demonstrada a importância dos movimentos sociais, não porque sejam portadores de alguma virtude política intrínseca, mas pela constituição no terreno conflituoso da vida social, de arenas públicas nas quais os conflitos ganham visibilidade e os sujeitos coletivos se constituem como interlocutores válidos, trazendo para o debate questões e temas antes silenciados ou considerados não pertinentes.

Não obstante, surge nesse período, de acordo com Telles (1999), o paradoxo entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade bruta das desigualdades.

Talvez, como disse Lenin (1979, p. 46), se a totalidade da classe operária estivesse plenamente consciente e habituada a reagir contra todo abuso, toda manifestação de arbitrariedade, de opressão e violência, quaisquer que sejam as classes atingidas, os resultados pudessem ser outros.

E nesse contexto é que surge O MST, pois conforme veremos a seguir ele é fruto do modelo opressor implantado na ditadura militar, se desenvolve na década de 1980 e se estrutura a partir de 1990.

Mas antes de continuarmos estabelecendo o paralelo da formação do MST com o método de Marx é necessário esclarecermos a citação do termo camponês, ao qual fizemos referência ao longo do texto anteriormente mencionado.

A necessidade de esclarecimento surge pela contradição que muitos enxergarão entre o sujeito revolucionário que Marx entendia ser o único capaz de levar a sociedade ao socialismo, o proletariado, e o camponês, que em muitos trechos de sua obra o autor não considerava como vanguarda para as revoluções socialistas, tendo em vista, possuírem a propriedade privada, muitas vezes a autossuficiência, coisas que os impediam de desenvolver a consciência de classe, item fundamental para qualquer revolução socialista. Vejamos a seguir trecho do 18 do Brumário, onde o autor demonstra que o camponês não conseguiria constituir um movimento próprio:

*Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. (...) São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um parlamento, quer através de uma convenção. Não podem representar-se, têm que ser representados. Seu representante tem, ao mesmo tempo, que aparecer como um senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva.*

*[...] é evidente e igualmente comprovado pela história de todos os países modernos que a população agrícola, devido à sua dispersão numa área muito ampla e pela dificuldade de elaborar um acordo entre uma boa parte dela, jamais pode tentar executar com êxito um movimento por conta própria; ela necessita do impulso inicial da gente mais unida, mais esclarecida e mais impressionável das cidades. (Marx, 1978: 114-115)*

Ora, para não cairmos nessa contradição, afinal estamos falando do método de Marx, precisamos contextualizar o termo camponês utilizado, pois, não se trata mais de proprietários de seu pedaço de terra, como o camponês que Marx se refere no trecho anterior, pelo contrário, conforme exemplificado, trata-se do próprio proletariado surgido a partir de camponeses expropriados e expulsos pelo latifúndio de suas terras, que engrossam as fileiras da massa de trabalhadores urbanos.

E isso nos parece muito próximo da análise do próprio Marx e de Engels no manifesto comunista, onde empreendem esforços para demonstrar como surge o proletariado, senão vejamos.

*A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos e, com isso, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural. (Marx, 1999, p. 14)*

*Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado. (Marx, 1999, p.18)*

*As camadas inferiores da classe média de outrora, os pequenos industriais, pequenos comerciantes e pessoas que possuem rendas, artesãos e camponeses, caem nas fileiras do proletariado. [...] Assim, o proletariado é recrutado em todas as classes da população. (Marx, 1999, p. 20)*

Então, vejamos que não há contradição em utilizarmos o método de Marx para explicarmos o surgimento do MST e para não surgir mais dúvida citamos a seguir um trecho de Engels onde evidencia o que é o proletário:

*O proletariado é aquela classe da sociedade que tira o seu sustento única e somente da venda do seu trabalho e não do lucro de qualquer capital; [aquela classe] cujo bem e cujo sofrimento, cuja vida e cuja morte, cuja total existência dependem da procura do trabalho e, portanto, da alternância dos bons e dos maus tempos para o negócio, das flutuações de uma concorrência desenfreada. Numa palavra, o proletariado ou a classe dos proletários é a classe trabalhadora do século XIX. (Engels, 1914, p. 1)*

Então, o termo camponês utilizado tanto no texto anterior como nos posteriores, nada mais é que o proletariado forjado no desenvolvimento das forças produtivas e nas relações de produção e propriedade existentes e, parafraseando Engels, é a classe trabalhadora brasileira e dessa forma, não contradiz qualquer postulado de Marx.

Então, Morissawa (2001, p. 92,93) diz que o MST é a ponta do novelo que ficou perdido desde o aniquilamento das Ligas Camponesas pelos militares em 1964. Para ela, os dois movimentos constituíram um movimento independente, nascido a partir das lutas que se travavam pela terra e defendiam uma reforma agrária. Na década de 1970 houve a estimulação e a modernização da lavoura, o Estatuto da Terra não passa do papel e o governo incentivou fortemente o grande agricultor, as máquinas substituem milhares de trabalhadores, elevando consideravelmente a produção, assim, rapidamente os assalariados do campo, os arrendatários e parceiros foram expulsos dos latifúndios, grandes hidrelétricas foram construídas, a exemplo de Itaipu, desapropriando pequenos proprietários e grande parte da população expulsa dos campos foi se aglomerando nos centros urbanos.

Com o mesmo entendimento, Stedile (2012, p. 17-18) considera que a mecanização da lavoura e a introdução de uma agricultura com características mais capitalistas expulsaram do campo, de uma maneira muito rápida, grandes contingentes populacionais. Sendo que, num primeiro momento, essa massa populacional migrou para as regiões de colonização, especialmente Rondônia, Pará e Mato grosso. No entanto, logo começaram a vir notícias dessas regiões de que camponeses não conseguiam se reproduzir como camponeses e dessa forma, a perspectiva de ir para o norte logo se desfez. E de outro norte, havia também um grande contingente dessa população expulsa do campo que foi para a cidade.

Para Stedile (2012, p. 19, 20), os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída – o êxodo rural para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso os obriga a tomar a decisão de tentar resistir no campo e a buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gera o MST, uma base disposta a lutar, considerada herdeira e seguidora das Ligas Camponesas, porque aprenderam com sua experiência histórica e ressurgiram com outras formas.

De acordo com Morissawa (2001, p. 123), o início do MST ocorreu em 7 de setembro de 1979 com a ocupação da Fazenda Macali, Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Já para Stedile (2012, p. 26) o surgimento do MST ocorreu em vários momentos, todavia, no Rio Grande do Sul, foi na ocupação da Macali.

Na visão de Stedile (2012, p. 20-23), o MST surge do trabalho das Igrejas Católicas e Luterana, a partir do surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, em Goiânia (GO), a qual foi fator fundamental para a reorganização das lutas camponesas. A CPT aplicou a Teologia da Libertação na prática, trazendo para o movimento uma contribuição importante sob o prisma ideológico. Pela Teologia da Libertação a igreja modificava seu estilo de realizar

um trabalho messiânico, onde convencia o camponês de não ir à luta, pois dessa forma teria sua terra no céu, para a organização da luta dos camponeses, visando resolver os problemas aqui na terra. A CPT é uma força que contribuiu para a construção de um único movimento, de caráter nacional.

Apesar da grande importância da CPT, Stedille (2012, p. 24) não desvincula o surgimento do MST com a situação política do Brasil na época e dessa forma, o movimento se constitui como um movimento social a partir do momento em que coincide com um processo mais amplo de luta pela redemocratização, onde a luta pela reforma agrária soma-se às greves operárias e à luta pela democratização da sociedade.

De acordo com Fernandes (2000, p. 49), o MST é fruto do processo histórico de resistência do campesinato brasileiro, pois mesmo com a repressão à organização camponesa no regime militar, a luta pela terra persiste em todo país com forte auxílio da Igreja Católica através da Comissão Pastoral da Terra.

A origem do MST apesar de ter como marco histórico a ocupação da gleba Macali, em ronda Alta no Rio Grande do Sul em setembro de 1979 pode ser compreendida, de acordo com Fernandes (2000, p. 50), por um conjunto de ações que duraram um período de no mínimo quatro anos. Sendo que de 1979 a 1984 ocorreu o que o autor chama de gestação, a qual inicia com diversas ocupações pelo país nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, bem como, com as reuniões e os encontros que culminam com a fundação oficial em 1984.

Todo processo, de acordo com Fernandes (2000, p. 51) inicia-se com a expulsão pelos índios Kaingang de 1800 famílias de colonos que viviam como rezeiros na reserva indígena de Nonoai. Dessa forma, houve uma dispersão da maior parte dessas famílias que passaram a vagar pelos municípios do Rio Grande do Sul. Nesse contexto, os camponeses começam de forma isolada e sem organização a ocupar algumas áreas de terra, mas foi somente a partir da orientação de alguns padres pertencentes a CPT, que as famílias começam a se organizar e em 1979 cerca de 1100 famílias reuniram-se em assembleia para definirem em conjunto sobre aceitar um projeto do governo que propunha assentar o movimento em terras do Mato Grosso e outros Estados ou lutar pela terra no Rio Grande do Sul. Decidiram inicialmente levar um abaixo assinado ao governador reivindicando o assentamento no próprio Estado e se não fossem atendidos, ocupar a fazenda Sarandi, que eram terras públicas. O governador na época conseguiu no termo popular “empurrar com a barriga”, informando que iria resolver a situação, porém, como nada ocorria, no dia 7 de setembro de 1979 o movimento ocupa a fazenda.

No outro dia, de acordo com Fernandes (2000), a brigada militar do Estado estava acampada próximo a área, mas a resistência dos trabalhadores, dispostos ao enfrentamento direto, consegue fazer com que o governo resolvesse parcialmente a situação, com assentamento uma parte das famílias, pois a área disponível não comportava todos.

A ocupação da fazenda Macali registra o marco inicial do MST, porém foi a partir da segunda ocupação na Fazenda Annoni em 1980, composta pelas famílias que não couberam nas áreas invadidas de Macali, bem como, das manifestações dos acampados da Annoni, que o movimento começa a ganhar força e ter o apoio de parte da sociedade na esfera nacional, mas a truculência do governo insiste em tentar desestruturar o movimento, porém sem sucesso tendo em vista que se espalhava por todo Brasil.

Assim, o movimento se desenvolve simultaneamente em diversos Estados brasileiros, sendo as principais:

Em 1980 em Santa Catarina com a ocupação, resistência até a desapropriação pelo governo federal da fazenda Burro Branco.

Em 1981, no Paraná, diversas foram as ocupações, dentre as quais, a ocupação com o confronto em 1980 com a polícia militar e jagunços da empresa Giacometti Marodim que era proprietária de um latifúndio de 95.000 hectares, em Quedas do Iguaçu e a fazenda Anoni, no município de Marmeleiro em 1982, dentre outros.

Em São Paulo as ocupações e resistências, ocorreram em 1980 na fazenda primavera na região de Andradina, em 1982 na fazenda Pirituba em Itapeva e Itaberá e a principal que foram os diversos conflitos ocorridos no Pontal do Paranapanema, região com mais de 1.100.000 hectares de terras devolutas griladas por latifundiários, que foi um dos palcos dos maiores confrontos e violência do país, que inclusive, devido a expansão do movimento de ocupações pelos sem-terra, culminou com a criação da União Democrática Ruralista (UDR) para a defesa de seus interesses e privilégios, entre os latifundiários da região com outros de todo país. E no município de Sumaré.

No Mato Grosso do Sul em 1979 ocorreram diversas ocupações com consequentes repressões violentas pelos latifundiários nos municípios de Naviraí, Itaquiraí e outros municípios, sendo que no Estado apesar de não conseguirem conquistas com assentamentos e desapropriação, iniciaram o ponto de partida da luta pela terra e pela reforma agrária.

As lutas nesses Estados, de acordo com Fernandes (2000, p. 75), representou a gestação do MST, onde a CPT foi peça fundamental ao promover sua articulação, criando espaços de socialização política entre os trabalhadores de todo o País.

A partir de 1981, a CPT começa a promover debates e encontros entre as diversas lideranças da luta pela terra no país sendo o primeiro encontro realizado em Medianeira no Paraná em 1982.

De acordo com Fernandes (2000, p. 75-79), no primeiro encontro os agricultores chegam a conclusão de que o modelo econômico da época, apenas representa os interesses dos latifundiários, dos grileiros e grandes empresários em detrimento dos trabalhadores, reafirmam a importância do enfrentamento e deliberam pela necessidade de ampliar o movimento com a formação de comissões de sem terras nos sindicatos, aumentando a articulação e solidariedade com outros movimentos sociais, promovendo outros encontros estaduais e regionais e criando boletins informativos em todos os Estados.

A partir deste encontro, realizam outros diversos e em janeiro de 1984 a comissão regional sul organizou em Cascavel o primeiro encontro nacional. O evento se dá entre os dias 20 a 22 de janeiro de 1984, nas dependências do Seminário Diocesano, estando presentes trabalhadores rurais de 12 estados, participando também a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Abra (Associação Brasileira da Reforma Agrária), Cimi (Comissão indigenista Missionária) e a Pastoral Operária de São Paulo. Durante o evento funda-se então o Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra de alcance nacional voltado à luta pela reforma agrária.

Vejamos então, que a opressão característica do modelo capitalista de produção, leva a classe trabalhadora a reagir e optar pelo enfrentamento. E essa reação do proletariado, a partir de 1930, se desenvolve e ganha musculatura, com a maior organização do operariado e dos camponeses, entretanto, os capitalistas brasileiros percebem esse fortalecimento do movimento operário e se unem para evitar qualquer tipo de transformação social que pudesse prejudicar seus interesses de acumulação e em todos os períodos encontram meios, principalmente através do aparato militar do Estado, para massacrar os movimentos sociais. Mas, o processo dialético é dinâmico e nos demonstra que quanto maior a reação dos capitalistas, maior será a reação do proletariado e é nesse contexto que o MST surge no fim da década de 1970.

Então os acontecimentos ocorridos no país a partir de 1930 até o surgimento do MST comprovam a proximidade com o método de Marx e ao analisarmos uma passagem do manifesto comunista, verificaremos ainda mais essa correlação, senão vejamos:

Marx (1999, p. 20-23) disse que o proletariado passa por diversos estágios, sendo que no início lutam por questões puramente econômicas, posteriormente, unem-se num ramo de trabalho, numa localidade contra o empregador direto e vão formando uma massa dispersa por

todo o país, a coesão maciça dos operários não é nesse início fruto da sua própria união, mas da união da burguesia, a qual, para atingir os seus interesses utiliza o proletariado. Dessa forma, todo o movimento histórico num determinado momento está concentrado nas mãos da burguesia e por isso são estes os maiores beneficiados. Com o desenvolvimento da indústria o proletariado não apenas se multiplica, mas concentra-se em massas, a sua força cresce e assim vão adquirindo consciência dela. As situações precárias de trabalho tornam-se cada vez mais semelhante, o desenvolvimento da tecnologia deixa-os cada vez mais inseguros e as revoltas operárias tomam cada vez mais forma de classe, criam associações de trabalhadores, travam batalhas e muitas vezes conquistam vitórias, porém transitórias. O principal resultado das suas lutas não é o êxito imediato, mas a união dos operários. De outro norte, as colisões entre a própria burguesia também com o progresso da indústria, com a concorrência interna e externa, a faz obrigada a apelar para o proletariado, a recorrer à sua ajuda, e dessa forma, arrasta-os para o movimento político. E ainda, setores da classe dominante são lançados no proletariado ou pelo menos ficam ameaçados nas suas condições de vida e uma parte dessa classe se desliga e se junta à classe trabalhadora, porém, em sua maioria não são revolucionários, mas conservadores e reacionários, pois, ou buscam travar a roda da história ou a fazê-la andar para trás. As lutas locais, por toda a parte com o mesmo caráter, convertem-se numa luta nacional, entretanto, a organização dos proletários em classe se fragmenta em diversos momentos, devido a concorrência entre os próprios operários, mas sempre renasce, mais forte, mais sólida, mais poderosa, mas, na avaliação da guerra civil na França, o autor (1953, p. 78) deixa claro que é imprescindível que os trabalhadores tornem-se donos de seus próprios destinos, tomando o poder, porém não podendo limitar-se simplesmente a se apoderar da máquina do Estado tal como se apresenta e servir-se dela para seus próprios fins.

## 1.2 AS BASES DA FORMAÇÃO E OS OBJETIVOS DO MST QUE ESTRUTURAM SUA ORGANIZAÇÃO

Verifica-se que o movimento em sua organização segue as linhas de pensamento de autores marxistas, as quais são verificadas em diversos pontos de seus objetivos, tais como, o enfrentamento ao sistema capitalista de produção, a batalha contra qualquer forma de dominação, a busca por uma sociedade justa e igualitária e a luta de classe tendo a classe trabalhadora como vanguarda no processo.

E tendo como base, teorias marxistas, lançaram seus objetivos e se organizaram de forma a evitar o corporativismo, priorizando a formação política seus componentes e com

organograma desenhado para que todos estivessem aptos a opinar nos rumos do movimento, conforme a seguir expomos.

A partir do primeiro encontro nacional, de acordo com Fernandes (2000, p. 83), o MST define os objetivos gerais, quais sejam, lutar pela reforma agrária, por uma sociedade justa, fraterna e pelo fim do capitalismo, integração à toda categoria de trabalhadores rurais e a posse da terra para quem nela trabalha e vive. Definiram também os objetivos específicos de dar prosseguimento aos encontros, envolver os sindicatos nas lutas, articular as lutas do campo com as da cidade, solidarizar-se com as lutas dos índios e sensibilizar a opinião pública para os direitos fundamentais do povo do campo. E como prioridade a ocupação em latifúndios e nas terras devolutas. Nas estratégias foi estabelecido que os sem-terra mais organizados dariam suporte àqueles mais dispersos, visando a formação e articulação regional. Na organização estrutural definiram por criar comissões municipais, regionais e estaduais, e apesar de abrirem a possibilidade de negociarem com governos que tivessem compromissos com a luta popular, optaram pela autonomia política, recusando propostas que significassem controle e manipulação.

No mesmo sentido, Stedile (2000, p. 33) coloca que na essência, o MST tem como bandeira três reivindicações prioritárias, quais sejam: a terra, reforma agrária e mudanças gerais na sociedade, com a característica fundamental, de ser um movimento popular, onde pode participar todos os componentes da família, seja idoso, mulher, jovem, afastando o sectarismo, tendo em vista, que qualquer pessoa que queira lutar pela reforma agrária pode fazer parte. E essa amplitude, de acordo com o autor, propiciou ao movimento criar seus quadros intelectuais próprios, pois, para ele, se o movimento tivesse se fechado, teria caído facilmente no corporativismo, nos interesses apenas individuais. A consistência de um movimento orgânico e a capacidade de interpretar a sociedade de forma maior é, segundo ele, devido justamente ao caráter popular do movimento, que se abriu para outras profissões, sem discriminar, mas também sem perder as características de um movimento de trabalhadores rurais.

Importante ressaltar o componente sindical do MST que, de acordo com Stedile (2000, p. 36), está ligado ao sentido cooperativo, pois é na possibilidade de conquistar um pedaço de terra que uma família se motiva a ir para uma ocupação e permanecer por um período, depois ela passa a lutar pelo crédito para a produção, estrada, etc.. Não obstante, o elemento político é formado posteriormente, onde os componentes aprendem que a luta pela terra não pode se restringir ao seu caráter corporativo, *se uma família lutar apenas pelo seu pedaço de terra e perder o vínculo com uma organização maior, a luta pela terra não terá futuro*

(Stedile 2012, p. 37). E dessa forma, para o autor, é necessária a compreensão de que a luta pela terra, pela reforma agrária, apesar de ter uma base social camponesa, somente será levada adiante se fizer parte da luta de classes.

Os princípios organizativos do MST, de acordo com Fernandes (2000, p. 85, 86), foram elaborados a partir das experiências e das leituras da história na luta. E por meio desses fundamentos que os sem-terra criaram uma prática política diferenciada dos outros movimentos sociais, conquanto, tais princípios na verdade foram inspirados em outras organizações históricas, a exemplo da Liga Camponesa. Tendo como referência os princípios de lutar contra o capital na construção de uma sociedade sem exploração, pela terra e pela reforma agrária, para que a terra esteja a serviço de toda a sociedade, pela dignidade humana com a justa distribuição da terra e da riqueza produzida, e buscar sempre a justiça com base nos direitos humanos e lutar contra toda forma de dominação e pela participação efetiva da mulher.

Em relação à organização política optaram pela direção coletiva, prevalecendo a lógica da participação, excluindo o modelo presidencialista, que de acordo com Stedile (2012), leva a dois possíveis caminhos, o da traição, quando o dirigente é cooptado e o da repressão do Estado e dos latifundiários, sendo exemplo os assassinatos. E por isso, as instâncias de poder devem ser compostas por coletivos e nunca por cargos individuais. E cabe aqui destacar o princípio da vinculação com a base, que para o autor, por mais alto nível que tenha um dirigente, por mais estudado que seja, por mais combativo e lutador, se não tiver o pé no chão, se não mantiver atividades e vínculos com a sua base social, não irá longe.

Na divisão do trabalho ou divisão de tarefas, Stedile (2012) coloca que a escolha foi pela adaptação às aptidões pessoais, permitindo que se incorpore cada vez mais pessoas, fazendo com que a organização cresça. De acordo com Fernandes (2000, p. 86), esse princípio propicia a descentralização administrativa, sendo menos burocrático possível, mantendo a autonomia de decisão para cada frente de luta.

A disciplina também é outro princípio organizativo importante, pois, de acordo com Stedile (2012), se não há um mínimo pela qual as pessoas respeitem as decisões das instâncias, não se constrói uma organização.

E o estudo que é um dos princípios norteadores para o desenvolvimento da organização. *Se tu não aprenderes, não basta a luta ser justa. Se não estudares, consequentemente nem tu nem a organização irão longe* (Stedile, 2012, p. 38).

A formação de quadros orgânicos da organização, de acordo com Stédile, como intelectuais, dirigentes, organizadores, técnicos, etc. é fundamental para o futuro de qualquer organização social.

A luta de massas é outro princípio norteador, pois conforme Stedile (2012) se se contentarem com uma organização de fachada, sem poder de mobilização, ou ficar de conchavos com o governo ou esperando pelos seus direitos, só porque eles estão escrito na lei, não conquistarão absolutamente nada.

Nesse contexto e de acordo com Stedile (2012, p. 112), o MST cria uma nova concepção sobre o significado de trabalhador rural, pois é entendido como qualquer profissional que trabalha em função do meio rural, seja, um veterinário, agrônomo, economista, motorista, pequeno agricultor, advogado, sendo que os resultados são distribuídos entre todos. Inclusive na cooperativa, ao englobar uma indústria, os trabalhadores que nela desenvolvem sua atividade também são rurais.

De acordo com Fernandes (2000, p. 95), a construção do MST em cada Estado parte da organização de uma estrutura básica, composta de coordenação, direção, secretaria e setores, onde é concebida a partir das práticas das organizações camponesas históricas e das experiências vivenciadas pelo movimento. Assim, criam, ao longo de várias etapas, suas instâncias de representação que são a direção e a coordenação estaduais e as coordenações de assentamentos e acampamentos.

No seu nascimento, a partir do primeiro encontro nacional, há uma articulação de lutas para romper com o isolamento das diferentes práticas de resistências e a partir daí, a comissão regional sul, destaca-se no desenvolvimento de trabalhos para organização de um movimento de amplitude nacional, conforme Fernandes (2000, p. 96).

Ao longo da caminhada, apesar dos reveses, o movimento foi crescendo e ganhando força na luta contra a violência dos latifundiários, do aparato militar do Estado e do modelo neoliberal que a cada ano se desenvolvia mais no país.

Em 1985 realizam o primeiro Congresso Nacional do MST, onde é eleita a coordenação nacional com representantes de 12 estados. A decisão do 1º Congresso é de não fazer pacto com o novo governo civil, tendo como convicção que a reforma agrária só avançaria se houvesse ocupação e lutas de massas.

No período de 1985 a 1990, conforme Fernandes (2000) o MST se territorializa por vários estados, tornando-se um movimento nacional.

*Ocupação por ocupação, estado por estado, lutando pelo direito à terra por meio de negociações e enfrentamentos, os sem-terra espacializaram a luta, construindo o Movimento, desde seu nascimento à sua consolidação, dimensionando e transformando as suas realidades. Assim, prosseguiram com o processo de formação do MST, ressocializando famílias de trabalhadores excluídos pela territorialização do capital e do latifúndio, lutando pela reforma agrária e pela transformação da sociedade. (FERNANDES, 2000, p. 170)*

A organização do MST, de acordo com Fernandes (2000, p.184,185) é composta pelas seguintes instâncias: Congresso Nacional, que é realizado a cada cinco anos e tem como objetivo definição das linhas estratégicas; o Encontro Nacional, que ocorre de dois em dois anos para avaliar, reformular e aprovar linhas políticas e o plano de trabalho das atividades; a Coordenação Nacional, composta por dois membros dos assentamentos, um membro do sistema cooperativista e dois membros dos setores de atividades todos de cada estado, são responsáveis pelo cumprimento das deliberações do congresso e encontro nacional; a direção nacional, composta por membros indicados pela coordenação nacional, responsáveis em acompanhar e representar os estados e trabalhar a organicidade; encontros estaduais, realizados uma vez por ano para avaliar as linhas políticas, as atividades e as ações do movimento; as coordenações estaduais; direções estaduais; coordenações regionais; coordenações de assentamentos e acampamentos e clubes de base.

### 1.3 A ESTRUTURAÇÃO DO MST EM MEIO ÀS AMBIGUIDADES NOS GOVERNOS CIVIS BRASILEIROS

Na década de 1980, em que pese, ter se elevado a violência no campo, de a reforma agrária não ter saído do papel, de os latifundiários terem se tornado ainda mais influente no governo e no país com a criação da União Democrática dos Ruralistas (UDR), percebe-se que os componentes do MST, conquistaram nesse período não só a terra, através do enfrentamento, mas também construíram as bases estruturais de uma das mais fortes organizações de trabalhadores no Brasil e nesse sentido, Fernandes diz:

*Desse modo não cabe aos sem-terra a alusão de que a década de 1980 foi uma década perdida. Ao contrário, por meio de suas lutas mantiveram a reforma agrária na pauta política. Essa questão ocupou espaços no campo e na cidade, espacializando a luta pela terra. (FERNANDES, 2000, p. 198)*

A partir de 1985, de acordo com Fernandes (2000, p. 195,196), na “nova república democrática”, o primeiro governo civil após a ditadura sinaliza para novas possibilidades de realização da reforma agrária, sendo que em maio um grupo compostos de trabalhadores e

intelectuais apresentaram uma proposta de reforma agrária ao Congresso Nacional. Essa proposta teve uma série de adulterações, tendo doze versões, sendo posteriormente, a partir dessas alterações, pelo então presidente José Sarney, decretado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que devido as desfigurações é inviabilizado, havendo inclusive o controle pelos ruralistas.

De acordo com Morissawa (2001, p. 141), no novo governo civil, a executiva nacional do MST consegue audiência com então ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro e com o Incra e apresentam proposta de mudanças imediatas e profundas na estrutura fundiária brasileira, sendo que o governo firma promessa de que a polícia não será mais utilizada contra os trabalhadores, a violência no campo combatida e os agricultores participariam na elaboração do PNRA. Porém, de acordo com a autora, após o anúncio do PNRA, há várias reações contrárias dos empresários rurais, fazendeiros e latifundiários. E ao contrário das promessas, ocorre inclusive a elevação na violência contra os trabalhadores rurais.

Diante da inoperância do governo, de acordo com Morissawa (2001, p. 142,143), o MST decide continuar com o enfrentamento, e no final de 1985 mais de 11.000 (onze mil) famílias estavam acampadas em 11 estados brasileiros. Todavia, uma forte contrarreação ocorre por parte dos latifundiários, tendo em vista, que a forte pressão exercida sobre o governo faz com que, em 1986, Sarney nomeie tanto no ministério da justiça como na da Agricultura dois grandes proprietários de terras, e ainda é inaugurada a sede nacional da UDR em Brasília, que inicia uma campanha para desmoralizar a Igreja e as entidades que apoiam os Sem-terra e a arrecadar fundos para eleger representantes na Constituinte, realizando ainda, a repressão com despejos de acampados. E nesse contexto, as enrolações com a reforma agrária se sucedem e o MST conclui que todos os 70 assentamentos existentes no Brasil são fruto da decisão e opção pelo enfrentamento através das ocupações organizadas nacionalmente.

Conforme Coleti (2005, p. 2), a luta pela terra no Brasil fica polarizada, entre o MST, de um lado, e a UDR, de outro, com o PNRA e o processo constituinte no centro do embate. E dessa forma, o aparelho de Estado não pôde mais ignorar a existência de uma questão agrária no país, sendo que, tanto os proprietários rurais como os Sem-terra apresentam-se na cena política como verdadeiras forças em confronto nos níveis político e ideológico.

Devido a esse quadro de promessas não cumpridas, elevação da violência no campo e maior organização dos latifundiários, a executiva nacional do MST, de acordo com Morissawa (2001, p. 143) decide dar prioridade a organização do movimento, impulsionando a construção de direções políticas nos níveis municipal e estadual, fortalecendo a articulação

em todo país, formando lideranças, priorizando a autonomia dos trabalhadores, participando dos sindicatos, da direção da Central Única dos trabalhadores e também da política partidária.

Apesar de toda organização no início de 1987, de acordo com Morissawa (2001, p. 144), a situação dos assentamentos é crítica e emerge a consciência de que a conquista da terra é apenas o começo da luta, pois a pressão dos latifundiários e do próprio governo, com grande violência, visa provar através de uma campanha midiática, o fracasso dos assentamentos e que a reforma agrária não é viável.

Nesse momento que a cooperação aparece como uma possibilidade concreta para a resistência e a manutenção da terra, sendo aprofundada a discussão sobre o assunto e formada uma equipe da comissão nacional dos assentados para cumprir essa finalidade.

De acordo com Fernandes (2000, p. 198), em 1989 de 1,4 milhão de famílias cadastradas no PNRA, apenas 84.852 são assentadas, sendo certo que esse número é resultado das ocupações da terra e do derramamento de sangue, que é característico de período, pois mais de 585 pessoas foram assassinadas, mostrando que a democracia da nova República estava ainda mais violenta que os vinte anos de ditadura militar.

A partir de 1990, apesar de todas as dificuldades, o MST se constitui no maior movimento de massas do país, realizando o seu 2º Congresso Nacional, com a participação de mais de 5 mil delegados de 19 estados, de diversas entidades e organizações populares e sindicais, dentre elas, a CUT, a CPT, a CNBB, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), a UNE (União nacional dos estudantes) e uma considerável presença de parlamentares e delegados de organizações camponesas da América Latina e da África.

De acordo com Stedile (2012, p. 72), com a vitória de Collor nas eleições de 1990, a direita se sente vitoriosa, alterando a correlação de forças. Nos dois primeiros anos do governo Collor, de acordo com Fernandes (2000, p. 199,200), o MST vive o pior momento de sua vida, pois ocorre uma escalada de repressão, com repressão da polícia e como consequência as ocupações diminuem significativamente. Porém, apesar da ofensiva neoliberal, o MST já está com as raízes estruturadas, o que permite a intensificação da resistência. É a partir desse momento que o movimento preocupa-se mais com a organicidade e com a construção do sistema cooperativista dos assentados, o que culmina com a fundação da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, CONCRAB.

Desde o início dos anos de 1990, o MST estabelece a sua estrutura, multidimensionada e em movimento, compreendida pelas formas de organização social ampla.

De acordo com Coleti (2005, p. 3), o MST surge e consolida-se nacionalmente na década de 1980, entretanto, é nos anos 90, no contexto da implementação das políticas

neoliberais, que ele se transforma na maior expressão política da luta pela terra e pela reforma agrária e no movimento social popular o mais importante do Brasil.

Tendo em vista que a política neoliberal adotada no Brasil com auge no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), busca a implantação do Estado mínimo no país, privilegiando a iniciativa privada, desde o agronegócio até o capital financeiro, em detrimento da classe trabalhadora, o MST, de acordo com Coletti (2005), define em seu III Congresso Nacional, realizado em julho de 1995, continuar a luta pela reforma agrária e combater a política neoliberal do governo, denunciando de forma veemente, as dificuldades da pequena produção familiar no contexto de vigência do ajuste neoliberal.

De acordo com Coletti (2005, p. 5) na década de 1980, o MST é praticamente o único movimento que ocupava terras no Brasil, entretanto, na década de 1990, principalmente depois do governo FHC, as ocupações e os acampamentos se elevam e deixam de ser apenas do MST, passando a ser utilizados por outros movimentos sociais atuantes no campo, porém nenhum com presença nacional e força política comparável à do MST.

As estatísticas do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA, 2010, p. 9) vão de encontro com as afirmações de Coletti, pois, no período de 1989 a 1993, houve 429 ocupações, média de 86 por ano, já no período de 1994 a 1998, são 1.725 ocupações, média de 345 por ano, com destaque para o ano de 1996 em diante, tendo em vista, haver mais de 400 ocupações por ano. Sendo que a partir de 1996 o MST responde por 57% das ocupações de terra no país.

A violência contra as ocupações continuam em nível crescente no governo FHC, tendo destaque o massacre de Corumbiara em Rondônia em 1995 e de Eldorado dos Carajás no Pará em abril de 1996, ambas são ações de desocupação pela polícia que terminam com a morte de dezenas de trabalhadores rurais.

Tais conflitos, de acordo com Coletti (2005, p. 6,7), juntamente com a marcha nacional por reforma agrária, emprego e justiça, que chega em Brasília em 1997, colocam o MST no centro do debate político e exigem do governo respostas, que são dadas através de divulgação de números superestimados de assentamentos rurais realizados e pelas medidas de combate a crescente capacidade de mobilização do MST, dentre elas, a restrição das verbas públicas destinadas aos assentamentos, a extinção do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA) e sua substituição pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF A) que, além de cobrar juros maiores, estabelece um limite menor de crédito, a implementação da chamada reforma agrária de mercado, através do Banco da Terra, que substitui a desapropriação por interesse social pela compra e venda de terras, a

reforma agrária pelo correio, lançada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, no final de 2000, com uma propaganda intensa na mídia, segundo a qual bastaria ao trabalhador inscrever-se numa agência do correio para receber, mais tarde, do governo, um lote de terra, sem qualquer mobilização ou luta, a proibição de vistoria, através de medida provisória, por dois anos, de imóveis ocupados pelos sem-terra e a criminalização das lideranças do MST.

Outro fator a ser considerado nesse período, conforme Coletti (2005) é o fato de os assentamentos realizados pelo governo FHC serem em sua maioria na Amazônia Legal, longe dos grandes centros distribuidores e consumidores, em regiões de infraestrutura precária, sendo assim, com grande possibilidade de insucesso.

A partir de 2003 com o novo governo de Luís Inácio Lula da Silva (Lula), conforme Fernandes (2013, p. 195), as esperanças do MST se renovam, entretanto, embora esse governo pratique diversas políticas de desenvolvimento da agricultura camponesa, estas não são suficientes para diminuir os níveis de subalternidade dos trabalhadores do campo ao agronegócio, pois, para fazer a reforma agrária, é preciso enfrentar sua própria base aliada, constituída de empresários e ruralistas.

Da mesma forma que nos governos anteriores, no de Lula, os assentamentos ocorrem sobre pressão dos trabalhadores rurais sem terra e esse fato remete aos limites da luta pela terra e às dificuldades que essa luta enfrenta no plano prático, pois as políticas vinculadas aos governos permitem que estes as controlem e direcionem de acordo com os interesses da classe dominante. O que necessariamente leva ao favorecimento do agronegócio<sup>1</sup> em detrimento da agricultura familiar dos assentamentos e do prosseguimento dessa política é verificada no atual governo Dilma. Um destaque importante a ser considerado é que o neoliberalismo falhou, enquanto modelo econômico, ao ser posto em prática, entretanto, seus fundamentos permanecem devastadores na mente da classe trabalhadora brasileira, inclusive no PT e em grande parte da classe trabalhadora, pois, em relação aos primeiros, apesar de serem críticos ferrenhos não conseguiram se desvincular desse modelo, já em relação ao segundo, o neoliberalismo impregnou de uma tão forte em suas mentes que impede o desenvolvimento de uma consciência de classe verdadeira.

Percebe-se então, que a partir do primeiro governo civil em 1985, as políticas adotadas de reforma agrária são com vistas a tentar encobrir a disputa antagônica pela terra entre os latifundiários e os trabalhadores Sem Terra. Porém, do lado da classe trabalhadora, ocorrem

---

<sup>1</sup> Esclarecemos que o termo Agronegócio, em que pese em sua concepção inicial se referir inclusive a agricultura familiar, é aqui utilizado como uma expressão atual sinônimo do grande produtor rural, o capitalista que domina e expropria a classe trabalhadora.

promessas que em sua maioria não são cumpridas, mas do outro lado, há o fortalecimento do poder dos ruralistas nas decisões do governo, o que leva, inclusive, à elevação da violência no campo. Já em 1990, no breve governo Collor, a direita se vê ainda mais fortalecida e o ataque à classe operária continua crescente, tanto que o MST vive seu pior momento, com maior repressão do aparato militar do Estado, com diminuição das políticas sociais e o início da ofensiva neoliberal. O governo FHC, a partir de 1994, consegue por em prática o projeto neoliberal, utilizando-se de várias estratégias para enfraquecer o MST, dentre as quais, uma campanha midiática induzindo a sociedade de que o movimento é composto de baderneiros e vagabundos que além de não quererem trabalhar, ainda, visam tomar a posse das terras daqueles que dela vivem, através, ainda, do fortalecimento do agronegócio, da restrição das verbas públicas destinadas aos assentamentos, da implementação de uma reforma agrária de mercado, substituindo a desapropriação pela compra de terras, do incentivo aos trabalhadores para não participarem de qualquer mobilização ou luta e principalmente da criminalização das lideranças do MST. No Governo Lula, a partir de 2003, os trabalhadores do país renovam suas esperanças e em relação ao anterior diversas mudanças ocorrem, principalmente, no que tange a criminalização do MST e das políticas implantadas, favoráveis aos trabalhadores, todavia, as alianças com o empresariado do agronegócio e de outros setores visando a manutenção da “governabilidade”, demonstram a fragilidade da esquerda brasileira, inclusive no atual governo Dilma, não conseguindo resolver os problemas.

Nessa perspectiva, a reforma agrária capitalista, de acordo com Fernandes (2013, p. 193) é vista como uma política para pobres, como ajuda humanitária para os sem-terra, que, por meio de um pedaço de terra, devem se capitalizar para se integrarem ao capitalismo e se tornarem modernos. Sendo esse modo de pensar a forma utilizada para convencer a sociedade de que o agronegócio é o modelo moderno de desenvolvimento e o campesinato é uma forma residual, cuja sobrevivência está em questão em caso de não se unificarem nas relações capitalistas.

É também, parafraseando Marx, constatada a capacidade da classe dominante em difundir suas ideias como a expressão ideal, as únicas racionais e universalmente válidas, conseguindo não só manter o poder sobre o Estado, mas também elaborar um projeto neoliberal que olhado sob a ótica capitalista foi teoricamente fenomenal, tendo em vista que conseguem convencer a sociedade brasileira e até mesmo uma grande gama de intelectuais e, inclusive, a cúpula da esquerda politicamente organizada no Partido dos Trabalhadores, pois, em que pese serem críticos ferrenhos, ao tomarem o poder não se desvencilharam desse projeto.

Na visão de Coletti (2005, p. 12), com a reforma agrária, pode haver uma concentração geográfica dos assentamentos, o que pode gerar um poder econômico e político da pequena produção agrícola, capaz de se contrapor ao poder do agronegócio. Entretanto, ao longo do período de 1985 aos dias atuais, ocorre o contrário, pois a desvinculação entre os assentamentos não gera poder algum, não modificando a dinâmica econômica, nem tampouco a correlação política de forças entre as classes sociais.

Para Coletti (2005, p. 13), os setores agrícolas, considerados como não dinâmicos, pelo governo neoliberal de FHC e seguido posteriormente pelo governo Lula e Dilma, foram e são tratadas, nas melhores das hipóteses, através das chamadas políticas compensatórias como é o caso do Pronaf, demonstrando que na realidade, tais medidas, não passam de paliativas, pois minimizam alguns efeitos da crise desses setores e deixam, ao mesmo tempo, intactas as verdadeiras causas da crise.

Dessa forma, situamo-nos novamente no método marxiano, para compreendermos que o momento atual também se encaixa no movimento dialético, em que é iniciado a partir dos conflitos derivados das relações de produção e de propriedade existentes, onde há uma reação da classe trabalhadora diante da elevação da opressão que no auge de determinado período, não se pode esconder, nem encobrir. Todavia, essa reação é seguida por uma contrarreação dos capitalistas, que ao perceberem que seus interesses de acumulação podem ser prejudicados, se unem, inclusive com parte da própria classe trabalhadora, para acabar com aquela reação.

Nesse sentido, Teles (1999) diz que as ambiguidades mostram que é penoso o caminho de uma sociedade mais igualitária e democrática e que as conquistas se fazem com dificuldades sob o pano de fundo de uma gramática social e política regida por regras muito excludentes que repõem velhas hierarquias, criam outras e excluem do jogo as maiorias.

## 2 O COOPERATIVISMO COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL PARA O MST

Na primeira seção demonstramos a proximidade entre a formação do MST e o método de Marx, bem como, o processo de organização e desenvolvimento do Movimento na década de 1980 e é nesse período quando começam a se estruturar é que constatam que apenas a conquista da terra não é suficiente para alterar a realidade social e econômica de seus componentes, muito menos para a sonhada transformação social do país, e é a partir de então, que o cooperativismo surge como um instrumento possível para reverter essa situação.

Nesse sentido, um grupo de técnicos e teóricos do MST passam a estudar o assunto, o que culmina numa proposta de cooperativismo para o Movimento a nível nacional.

Assim, atentos ao objetivo principal da pesquisa, analisamos, a seguir, algumas concepções e a história do cooperativismo, bem como a proposta teórica e sua aplicação prática em alguns assentamentos do MST para na seção 3 analisarmos se o modelo implantado responde ou corresponde à perspectiva de Marx.

### 2.1 A HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO E SUA CONCEPÇÃO COMO ALTERNATIVA PARA SUPERAR O CAPITALISMO

Em meados do século XIX, a ciência cria as máquinas a vapor, dando início à Revolução Industrial. O progresso a partir daí eleva consideravelmente a produção e a substituição do homem pela máquina, iniciando então uma das características primordiais para o desenvolvimento e manutenção do sistema capitalista, que é a elevação do desemprego, com conseqüente diminuição do rendimento do trabalho humano.

Na visão de Namorado (2007, p. 15) é com a instituição do sistema capitalista de produção que surgem as sociedades de exploração, que projeta como fator de enriquecimento a distribuição desigual do produto social e uma hierarquia imposta que exprime e cristaliza essa desigualdade, juridicamente legitimada e politicamente protegida. Embora, a cooperação<sup>2</sup> apesar de subalternizada, não desaparece por completo, apenas permanece latente, manifestando-se ao longo dos séculos através dos mais diversos rostos e nos mais dispersos lugares.

Com vistas, em se proteger desse quadro, os trabalhadores percebem que individualmente não conseguem combater a exploração imposta pelo sistema e, dessa forma,

---

<sup>2</sup> A cooperação que citaremos ao longo do texto é relacionada à cooperação de trabalhadores e não da cooperação que o capitalista se utiliza para obter a mais valia relativa, em que Marx se referia no livro O Capital.

decidem se organizar coletivamente e começam a surgir os primeiros sindicatos e com o mesmo objetivo, na cidade de Rochdale na Inglaterra, 28 trabalhadores, a maioria tecelões, fundam em 21 de dezembro de 1844 a primeira cooperativa formal do mundo.

Os cooperados de Rochdale abrem caminho para um movimento que logo se espalha pela Europa e pelo mundo.

No Brasil, de acordo com Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2006), em 1881, já existiam mil cooperativas de consumo, com cerca de 550 mil associados e desde então, o cooperativismo se insere nas instituições em todo o mundo.

*Com 162 anos, o Cooperativismo já faz parte das instituições nacionais em todo o mundo. Trata-se de um movimento universal dos cidadãos em busca de um modelo mais justo, que permita a convivência equilibrada entre o econômico e o social. O desafio do setor cooperativista brasileiro é mostrar à sociedade que, por ser um movimento solidário, é capaz de implantar um modelo com fortes bases calcadas no conceito de sustentabilidade, ou seja, promover o desenvolvimento econômico, respeitando o meio ambiente e inserindo o ser humano na repartição das riquezas geradas no processo. (MAPA, 2006, p. 7)*

O cooperativismo se expande rapidamente no mundo a ponto de em 1895 as diversas cooperativas fundarem uma entidade com representação mundial, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), na Inglaterra, onde demarcam sete princípios, quais sejam adesão voluntária e livre, gestão democrática e livre, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade.

No Brasil, de acordo com MAPA (2006, p. 16), as primeiras iniciativas cooperativistas surgem em Minas Gerais com a formalização da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, no ano de 1889 e, a exemplo dos tecelões de Rochdale, os brasileiros também são cooperados de consumo e a partir da organização mineira, outras rapidamente surgem pelo País, sendo que uma boa parte das cooperativas são formadas por funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários, e outras são vinculadas a empresas, as quais estimulam a cooperação entre os funcionários.

Conforme o MAPA (2006, p. 16), é no início de 1900 que o cooperativismo começa a se difundir no Brasil. O movimento defende a educação cooperativista para estimular a solidariedade entre as pessoas, a união de todo o sistema na defesa dos interesses comuns e comprometimento com a justiça social, distinguindo-se entre o cooperativismo e a economia de mercado.

Em 1951, de acordo com o MAPA (2006, p. 22), é criado o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) que oferecia financiamentos para todos os ramos com o controle governamental e em 1964, ao ganhar a primeira política nacional de cooperativismo, o País oficializa também a intervenção estatal no setor com o Estatuto da Terra (Lei nº 4504). Posteriormente, em 1967, o País ganha o Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC, pelo Decreto-lei nº 60.957), ligado ao Incra e com a função de prover recursos ao movimento cooperativista.

De acordo com o MAPA (2006, p. 23), em 1970 é criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e formado um grupo de estudos para elaborar uma lei própria para o sistema, composto por representantes do cooperativismo e do governo, surgindo assim, a Lei do Cooperativismo de número 5.764/71, detalhando a classificação, a constituição e o funcionamento das sociedades cooperativas e determinando para a OCB o papel de representação de todo o movimento.

Para Namorado (2007, p. 15-29) a cooperação institui-se como eixo de um novo conjunto de organizações que intervieram na atividade econômica. Um novo tipo de empresa estruturada com base na cooperação entre os seus membros, instituindo um horizonte de resistência à globalização capitalista, vocacionada para uma ação contra-hegemônica, solidária, não predatória e emancipatória. Para ele, o cooperativismo não poderá produzir todos os seus frutos na vigência do sistema capitalista e por isso, para se alcançar plenamente um horizonte cooperativo é necessário ter-se chegado a um pós-capitalismo. Dessa forma, ele diz que o cooperativismo é uma síntese entre pragmatismo e utopia, entre a utilidade imediata e a alternatividade prospectiva. Para o autor, o cooperativismo pode ser visto como um trajeto para um horizonte socialista um processo de transformação endógena da sociedade em que as práticas cooperativas assumem a dupla face de procura do futuro e de uma das suas vivências antecipadas.

Na visão de Namorado (2007, p. 31) o cooperativismo harmoniza-se bem com o reformismo e é um elemento aproveitável por qualquer estratégia reformista, sendo esse mais um elemento de convergência entre o cooperativismo e o socialismo, reforçando-se a ideia de que o horizonte cooperativo é um elemento insubstituível de um horizonte socialista.

No Brasil um dos expoentes que tratam o cooperativismo como uma via para o socialismo, enxergando que poderá haver a ruptura com o sistema capitalista é Paul Singer. O autor monta uma proposta de Economia Solidária, onde a cooperativa de produção é um dos principais componentes.

De acordo com Pontes (2007, p. 92), a cooperativa de produção é uma associação de pessoas que tem como finalidade a produção coletiva de bens ou serviços e o retorno dos resultados de tal produção apropriado pelos próprios trabalhadores. Sendo que elas podem se apresentar sob três formas:

1 - Cooperativas de produção e/ou serviços que apresentam como finalidade apenas a venda dos produtos, resultado da produção de seus trabalhadores.

2 - Cooperativas mistas que possuem a finalidade preponderante a venda de produtos, que podem ser fruto da produção dos trabalhadores cooperados e de outros trabalhadores que convivem com os cooperados em uma relação de assalariamento, sendo que tais cooperativas agregam também às suas atividades compras em comum beneficiando seus cooperados na aquisição de bens ou serviços.

3 - Cooperativas integrais aquelas que se apresentam como uma organização social comunitária, em que a comunidade se organiza em cooperativa para produzir em conjunto, prioritariamente, os produtos para seu próprio consumo, comercializando o excedente.

De acordo com Singer (2002, p. 1), a solidariedade na economia só pode ser realizada se for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. O autor explica que o ponto principal de sua proposta é a associação entre iguais substituindo o contrato entre desiguais, pois na cooperativa de produção, a qual considera o protótipo da empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e o mesmo direito de voto nas decisões.

*Este é o seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. Ninguém manda em ninguém. E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual. Se ela for mal, acumular dívidas, todos participam por igual nos prejuízos e nos esforços para saldar os débitos assumidos. (SINGER, 2002, p. 2)*

Singer acredita que se toda economia fosse solidária, a sociedade seria muito menos desigual e coloca, a partir de sua visão econômica, que é normal que no desenvolvimento das cooperativas umas se saíam melhores que as outras, porém, através de impostos e subsídios e/ou crédito do poder estatal, as vantagens e desvantagens teriam de ser periodicamente igualadas para não se tornarem cumulativas.

Para Singer (2002, p. 2), a aplicação dos princípios da economia solidária une todos aqueles que produzem em uma única classe de trabalhadores, que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa, sendo o resultado natural a solidariedade e a igualdade, porém com mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.

Nesse sentido, de acordo com Singer, a economia solidária também é vista como um novo modo de produção, sendo o cooperativismo seu carro chefe, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual, diferenciando-se dessa forma, do modo de produção capitalista, onde o princípio básico é a propriedade individual.

## 2.2 O COOPERATIVISMO VISTO COMO PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

No debate teórico o cooperativismo surge como uma solução para a superação do sistema capitalista de produção, podendo, inclusive, levar a sociedade a um projeto de justiça e igualdade. Como visto, autores como Singer, através da economia solidária e Namorado, com seu modelo reformista, consideram o cooperativismo uma via que pode levar ao socialismo, entretanto, na prática alguns autores e contraditoriamente, o próprio Singer, percebem que o modo cooperativista de produção vem sendo utilizado pelos capitalistas para elevar a exploração sobre os trabalhadores e conseqüentemente acabam com a perspectiva de que o modelo leve às transformações sociais, senão vejamos:

Singer (2004, p. 4) diz que as cooperativas de trabalho apresentam autêntica tragédia para o trabalhador, pois milhões de postos de trabalho assalariado são transformados em postos de trabalho autônomo, individual, familiar ou coletivo e, em qualquer uma destas modalidades, o custo da força de trabalho cai acentuadamente, pois nelas não é mais necessário respeitar o salário mínimo, a jornada legal de trabalho, o descanso semanal e anual e todos os demais direitos que os trabalhadores conquistaram ao longo do século XX. Nesse sentido, elas são a forma conveniente de substituição de trabalho assalariado regular por trabalho contratado autônomo, sendo a contratação coletiva sob a forma de cooperativa a maneira mais conveniente.

*Esta é uma das origens do surto de cooperativas de trabalho. Empresas criam cooperativas de trabalho, com seus estatutos e demais apanágios legais, as registram devidamente e depois mandam seus empregados se tornarem membros delas, sob pena de ficar sem trabalho. Os empregados são demitidos, muitas vezes de forma regular, e continuam a trabalhar como antes, ganhando o mesmo salário direto, mas sem o usufruto dos demais direitos trabalhistas. Estas são as falsas cooperativas também conhecidas como cooperfraudes e outros epítetos. São cooperativas apenas no nome, arapucas especialmente criadas para espoliar os trabalhadores forçados a se inscrever nelas. (SINGER, 2004, p. 2)*

De acordo com Antunes (2011), nos dias atuais vivemos a erosão do trabalho contratado e regulamentado que dominou o século XX, sendo substituído pelas diversas formas de empreendedorismo, cooperativismo, trabalho voluntário.

*O exemplo das cooperativas talvez seja ainda mais esclarecedor. Em sua origem, elas nasceram como instrumentos de luta operária contra o desemprego, o fechamento das fábricas, o despotismo do trabalho etc; como tantas vezes Marx indicou. Hoje, entretanto, contrariamente a essa autêntica motivação original, os capitais criam falsas cooperativas como instrumental importante para depauperar ainda mais as condições de remuneração da força de trabalho e aumentar os níveis de exploração da força de trabalho, fazendo erodir ainda mais os direitos trabalhistas. As "cooperativas" patronais tornam-se, então, contemporaneamente, verdadeiros empreendimentos visando aumentar ainda mais a exploração da força de trabalho e a conseqüente precarização da classe trabalhadora. Similar é o caso do "empreendedorismo", que cada vez mais se configura como forma oculta de trabalho assalariado e que permite o proliferar das distintas formas de flexibilização salarial, de horário, funcional ou organizativa. (ANTUNES, 2011, p. 411)*

Antunes (2011) demonstra que atualmente há a desvirtuação do conceito de cooperativismo, pois apesar dele nascer como instrumentos de luta operária contra o desemprego e contra o despotismo do trabalho como indicava Marx, atualmente, no modelo capitalista de produção, criam-se falsas cooperativas como instrumento para depauperar ainda mais a renda do trabalhador, aumentando, dessa forma, a exploração da força de trabalho.

Não é difícil perceber como o capitalista utiliza-se desse instrumento para elevar ainda mais a exploração sobre os trabalhadores, pois, basta analisarmos o artigo 90 da lei das cooperativas (5764/71), onde diz que qualquer que seja o tipo de cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados. O significado de não existir vínculo empregatício demonstra que o trabalhador não terá nem mesmo os direitos garantidos na constituição federal e nas leis trabalhistas.

No plano teórico, Carvalho (2011, p. 13), contrapõe as ideias de Singer, dizendo que a difusão da economia solidária está relacionada a um rebaixamento do conceito de autogestão, pois a temática esteve relacionada a processos revolucionários significativos, como um modelo de organização da sociedade em clara oposição ao capitalismo, porém, a partir de 1970 tem-se início um processo de recuperação do modelo de Proudhon e das demais concepções acerca da democracia industrial como fundamentos basilares da teoria da autogestão. Sendo que de certo modo, essas leituras estiveram relacionadas ao esgotamento do modelo stalinista, pois seu fracasso justificou a consolidação de alternativas para a exploração e espoliação capitalistas para além do socialismo de Marx.

Para Carvalho (2011, p. 15) uma importante geração de teóricos se consolidou nesse momento, baseados nas concepções de Proudhon, Owen, Blanc, Fourier (e anarquistas, como Bakunin), desenvolvendo uma ampla literatura sobre a autogestão e na década de 1970, muitos combinaram elementos bastante ecléticos que persistem nos dias atuais nas formulações da economia solidária.

Na mesma linha de pensamento, Germer (2007, p. 52) pontua que a crise mundial iniciada nos anos de 1970 e a inflexão neoliberal que se seguiu a partir da década de 1980, produziram taxas elevadas de desemprego e índices crescentes de pobreza e no campo dos movimentos sociais, com os problemas momentâneos dos projetos socialistas, com a desagregação da União Soviética, difundiram-se propostas de reforma social com base na solidariedade mútua e no associativismo dos pobres, configurando em certo retorno às concepções limitadas da fase inicial das lutas operárias surgidas nas primeiras décadas do século 19. Para ele, os partidos de diversos matizes de centro-esquerda cresceram eleitoralmente como oposição aos governos neoliberais, porém ao serem eleitos demonstraram não possuir projetos alternativos concretos e procuraram encobrir esta deficiência com a instituição de políticas emergenciais de atendimento a desempregados e pequenos produtores autônomos e informais. Tais políticas combinadas com as iniciativas associativas espontâneas surgidas no movimento social constituíram uma corrente heterogênea de propostas e iniciativas concretas sob o título genérico de economia solidária.

*É significativo observar que, a partir desse momento, alterou-se o papel desempenhado no processo da luta de classes pelos projetos de emancipação dos trabalhadores, elaborados no início do século e restritos ao âmbito da produção, ignorando o papel determinante do poder social da classe proprietária concentrado no Estado. As propostas utópicas, baseadas no cooperativismo como eixo central converteram-se, a partir de então, objetivamente, em obstáculos ao avanço da luta pelo socialismo, uma vez que desviavam os esforços dos trabalhadores da esfera significativa da luta pelo poder de Estado, fator decisivo para a transformação social real. (GERMER, 2011, p. 57)*

De acordo com Carvalho (2011), alguns elementos permitem aproximar o socialismo utópico elaborado por Proudhon da economia solidária, como a seguir demonstramos:

*[...] em Proudhon, a organização coletiva do trabalho cria uma solidariedade de fato entre todos os trabalhadores, o que, por outro lado, aumenta a produtividade (as riquezas) e especializa as atribuições. O trabalhador coletivo (a sociedade econômica, a sociedade trabalhadora) e o trabalhador individual formariam um todo solidário e indissolúvel. Eles engendram-se mutuamente e estão submetidos às mesmas leis do trabalho. Do mesmo modo, a lei do funcionamento e da organização da sociedade*

*deduz-se mutuamente: a lei da função, tendo por base a especialização, está relacionada à competição, enquanto a lei da organização tem por base o equilíbrio através dos elementos solidários que a constitui. Assim, a sociologia econômica de Proudhon estaria relacionada ao desenvolvimento simultâneo entre a personalidade individual e a personalidade coletiva: o homem é tão mais livre quanto mais relacionamentos este tiver em sociedade. (CARVALHO, 2011, p. 14)*

Nesse sentido, Carvalho (2011) conclui que a noção de desenvolvimento, presente no interior do movimento da economia solidária, se caracteriza pela combinação da recuperação histórica do socialismo utópico de Proudhon, Owen, dentre outros, num contexto de novas tecnologias de gestão do trabalho a partir da reestruturação produtiva de finais do século XX.

Nas perspectivas até aqui analisadas, o cooperativismo proposto através da economia solidária, ao contrário de levar a classe trabalhadora a um novo projeto de sociedade igualitária (o socialismo), agrava ainda mais a exploração e expropriação, sendo dessa forma, um forte instrumento para manutenção e elevação da dominação da classe dominante. E, apesar de ser favorável ao capitalista, de acordo com Carvalho (2011), o projeto não se configura totalmente oriundo da classe dominante, pois, demonstra os problemas do capitalismo como um modo de produção baseado na exploração do homem pelo homem e pela destruição da natureza. Todavia, a economia solidária acaba sendo um projeto compatível ao discurso e prática neoliberal dominante.

*Longe de ser um espaço de desenvolvimento de pensamentos e políticas contestatórias, é um projeto inócuo do ponto de vista da batalha ideopolítica para o campo da esquerda. No entanto, para o capital, a economia solidária apresenta aspectos que podem ser bastante promissores. (CARVALHO, 2011, p. 15)*

O fato de os capitalistas se aproveitarem de uma análise deturpada de intelectuais da classe trabalhadora fica evidenciada na análise de Germer (2007, p. 58), onde demonstra que a classe proprietária e o Estado, em período anterior, se opuseram violentamente às propostas cooperativistas dos socialistas utópicos, entretanto, ao perceber o seu caráter limitado em relação à nova dimensão adquirida pela luta de classes na fase socialista, mudaram de posição e passaram a adotar algumas propostas cooperativistas. O resultado foi que se abriu uma disputa na própria classe trabalhadora, entre o caminho das lutas meramente econômicas (características do reformismo no campo marxista com Bernstein e Kautsky), concentradas no cooperativismo e autolimitadas pela ampla superioridade competitiva do grande capital, e as lutas na esfera superior da ideologia, da cultura e da política, visando à conquista do poder de Estado (representado pelo anarquismo de Proudhon, Bakunin e outros).

De acordo com Carvalho (2011), o processo envolve a desobrigação do Estado na oferta de empregos, o incentivo às atividades informais, a incorporação de distintas práticas de trabalho, onde a consequência é que a forma de trabalho assalariado com proteção da legislação trabalhista é substituída por contratos e formas de emprego cada vez mais precarizadas, incluindo aí as cooperativas de trabalho.

*Esse processo de precarização geral do trabalho se relaciona ao fato de que o capital dispõe da tão enaltecida “flexibilidade”. Contratos de trabalho e modalidades de emprego mais flexíveis permitem aos capitalistas uma ampla gama de opções: facilidade de contratar, demitir, subtrair ou anular direitos. Enquanto isso, por parte do trabalhador, a “flexibilidade” não garante opções mais “dinâmicas” de inserção no mercado de trabalho, mas significa um enrijecimento de sua condição por meio do aumento da exploração e vulnerabilidade social. (CARVALHO, 2011, p. 15)*

Nesse sentido, Carvalho (2011) conclui que as práticas da economia solidária não demonstram um projeto de sociabilidade diferenciado das relações sociais capitalistas, mas pelo contrário, devido a limitação no campo teórico e ideológico, a proposta é intrínseca às políticas macroeconômicas do capitalismo contemporâneo, que envolvem o incentivo ao empreendedorismo e à perda de direitos historicamente conquistados.

*A ideia de que as experiências de economia solidária, por constituírem novas relações sociais em contraposição às práticas econômicas e morais do capitalismo, podem formar, potencialmente, um microcosmo de implantes socialistas consiste na perspectiva mais “progressista” dentre as mais diversas visões presentes no interior desse movimento. Isso significa que embora existam discursos em disputa – que pretendem transformar ou conservar as relações capitalistas –, a economia solidária, em sua relação com uma totalidade mais abrangente, é um movimento que não apresenta alternativas reais frente à disputa entre projetos societários, para além do capitalismo. (CARVALHO, 2011, p. 16)*

Assim, Antunes, Carvalho e Germer possuem a compreensão de que os modelos cooperativistas atuais, incluindo a versão de economia solidária não são suficientes para levar a sociedade a um novo projeto societário justo e de igualdade entre os homens, ocorrendo o contrário, pois acaba sendo um instrumento para precarização do trabalho com a elevação da expropriação e da alienação da classe trabalhadora.

### 2.3 A PROPOSTA TEÓRICA DE COOPERATIVISMO NO MST

Como verificado na seção 1, a formação do MST se dá em decorrência do processo de contradição nas relações de propriedade e produção no Brasil na década de 1970, e ao longo

da década de 1980 após diversos embates e lutas conseguem expandir-se por praticamente todos os Estados brasileiros e, em diversos assentamentos, conquistam a tão sonhada terra.

Todavia, reflexo do modelo de “reforma agrária” implantado no país, as dificuldades permanecem, então, de acordo com Borges (2010), surge nesse período a cooperação, onde os componentes do MST se organizam em pequenos grupos coletivos para se ajudarem mutuamente, com o objetivo de se protegerem contra as adversidades vivenciadas pela escassez e pobreza no campo, sendo essas práticas isoladas e articuladas no contexto local de forma espontânea.

De acordo com Christoffoli (2000, p. 15), de 1979 a 1984 o principal objetivo do MST é a conquista da terra, havendo, de certo modo, uma visão ingênua de que apenas essa conquista asseguraria a independência de seus componentes e, dessa forma a discussão sobre produção coletiva é muito incipiente. A produção das famílias voltava-se basicamente para sua subsistência, havendo um nível de cooperação espontâneo, com envolvimento de mutirão e trocas de dias de serviços.

Para Stedile (2012, p. 97-102) as experiências práticas do movimento num primeiro momento demonstravam uma visão romântica da produção com o pensamento de que com a conquista da terra o assentado conseguiria criar seus filhos e progredir na vida com o boi e a enxada, tendo em vista, as experiências anteriores dos pequenos agricultores. Para ele, esse fato dificultava as discussões sobre como organizar a produção, pois não havia nenhuma disposição de cooperação, tendo em vista que as pessoas buscavam terra individualmente, mas, as principais lideranças se preocupam em debater teoricamente a importância da cooperação agrícola, sendo que na visão deles ocupar e distribuir terras simplesmente não resolve o problema.

Em meio a essa contradição entre o pensamento das lideranças do MST, que viam a necessidade da cooperação agrícola e o da base dos assentados, que insistiam em manter a forma individual de produção, é só após o início dos problemas que o movimento foi amadurecendo e começam as articulações e debates sobre o cooperativismo.

De acordo com Borges (2010, p. 158), após o ano de 1985, a organização coletiva nos assentamentos é estruturada por associações de trabalhadores, buscando melhorar, principalmente, a infraestrutura dos assentamentos. As associações tem o objetivo de viabilizar melhores condições relativas à compra de máquinas, insumos, ferramentas e acesso ao escasso crédito disponibilizado pelo Estado. Essa organização coletiva, através das associações, é a principal forma de cooperação agrícola adotada pelo MST até a Constituinte e na sucessão presidencial em 1989 (governo Collor).

No período 1984 a 1989, conforme Christoffoli (2000, p. 15), há um aumento do número de assentamentos e por consequência, o movimento começa a debater com mais ênfase a questão da produção, com conclusões de que a produção de subsistência não assegura o desenvolvimento econômico das famílias assentadas. É nesse momento que a cooperação se organiza em duas direções, a primeira através de pequenos grupos e associações de trabalho coletivo e a segunda com a formação de grandes associações para comercialização dos produtos dos assentamentos.

Após a vitória de Collor em 1989, o MST vive um de seus piores momentos, pois como já declaramos, os trabalhadores percebem que só a conquista da terra não é suficiente para a continuidade do movimento e para a manutenção do trabalhador na terra e, com o poder político, naquele momento ainda mais consolidado nas mãos dos ruralistas e empresariado, eles pensam num modelo que consiga atingir seus objetivos de transformação social, contrapondo a ofensiva capitalista.

Então, de acordo com Stedile (2012), um grupo de técnicos sistematiza e demonstra a necessidade da cooperação agrícola e, a partir de 1990, compreendem que de fato há a necessidade da cooperação para desenvolver melhor a produção, da introdução da divisão do trabalho, do acesso ao crédito e às novas tecnologias, permitindo e mantendo uma aglutinação social maior nos assentamentos.

E, nesse contexto, Stedile (2012) diz que no período de 1990 a 1993 o movimento vive um momento de crise, pois com a eleição de Collor acabam-se as políticas públicas para agricultura familiar, com o crédito, com a Emater e com a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias - Embrapa. Esse fato obriga o movimento a uma reflexão sobre as formas de cooperação e que o desenvolvimento já conquistado pelo MST era insuficiente para fazer frente à ofensiva do governo. Inicialmente pensaram em criar cooperativa de crédito, mas devido a diversos problemas desistiram e partiram para a criação de centrais de cooperativas gerais, onde podiam aglutinar as cooperativas de comercialização, as diversas formas de cooperação agrícola e as associações e dessas centrais fundaram em 1992 a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil - Concrab.

Na mesma linha, Scopinho (2007, p. 89) diz que as estratégias definidas pelo MST para estruturar seus assentamentos através do sistema cooperativista, variam, sendo que de 1990 a 1994, dois fatores são decisivos: o primeiro é o impacto da abertura da economia e do mercado, as mudanças na política agrícola, a entrada de produtos agropecuários e as restrições impostas na concessão de créditos e subsídios, aliados à política intensiva de exportação, que agravaram a crise na pequena agricultura e fez crescer o número de demandantes de terra no

país. De outro, a derrota da esquerda nas eleições de 1989 cria condições para o governo reprimir os movimentos populares e consolidar as reformas neoliberais e dessa forma, para o MST fica claro que a cooperação era a única forma de estruturar os assentamentos conquistados.

Foi num cenário político eminentemente perverso que, de acordo com Borges (2010), o movimento volta-se para a consolidação de um novo paradigma de organização da produção nos assentamentos rurais: o cooperativismo.

*Num período político de repressão à luta pela terra e estagnação das políticas de assentamento, o MST direcionou seus esforços para outra esfera de atuação: a organização da produção nos assentamentos rurais. O Movimento entendia o assentamento como uma extensão da luta pela terra e condição de resistência do trabalhador rural. [...] O MST via na cooperação a principal saída para a organização do trabalho e viabilidade econômica da produção. Orientado pela “teoria da organização no campo” – fundamentada em concepções kautskianas –, incentivou a criação de diversas cooperativas em todo o país. (BORGES, 2010, p.157)*

A proposta de cooperativismo do MST está baseada na produção mecanizada e na inserção no mercado e, conforme Borges (2010, p. 159), isso possibilita maior competitividade e produtividade, através da incorporação de novas técnicas e acesso a recursos financeiros com horizonte na produção em larga escala competindo diretamente com a produção dos grandes proprietários rurais.

De acordo com Borges (2010), o modelo cooperativista adotado pelo MST é uniformizado para os assentamentos rurais, centrado numa proposta organizacional com ênfase predominantemente econômica e associada a construção de uma estrutura político-organizacional pautada em objetivos que assegurem a minimização da pobreza no campo, através do desenvolvimento das relações de trabalho superiores àquelas tradicionalmente constituídas e, para alcançar esse patamar, estruturam o Sistema Cooperativista dos Assentados – SCA, responsável pela organização da produção, por meio da implantação de cooperativas, o qual estava ligado à implantação das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs).

*Para o MST, as CPAs eram consideradas uma forma avançada de organização, pois reunia as condições reais de ordenamento da produção (coletiva) e das estratégias de inserção no mercado. Isso viabilizaria economicamente os assentamentos e ao mesmo tempo consolidaria a organização coletiva, patamar superior das relações sociais para a transição socialista. (BORGES, 2010, p. 160)*

Isso está próximo da interpretação de Scopinho (2007, p. 89), onde diz que no período de 1990 a 1994, a Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) é vista, tanto, como uma estratégia para lidar com os poucos recursos financeiros disponíveis para enfrentar a crise da pequena agricultura, quanto, como uma opção política de desenvolvimento no campo, espécie de reduto de resistência não armada, onde os militantes poderiam abrigar-se, caso a repressão governamental contra as ocupações aumentasse.

De acordo com Borges (2010, p. 161) a partir de 1989 eleva-se o número de CPAs em todas as regiões do país. A partir daí, o MST articula seu modelo de cooperação agrícola em torno de uma estrutura de representação que englobava as dimensões de planejamento e gestão nos assentamentos. Com as CPAs em várias localidades, foram organizadas a nível estadual as Centrais Cooperativas dos Assentamento - CCAs, que articulam, num mesmo território, as diversas experiências, sendo responsável pela comercialização, a compra de insumos e máquinas, a logística, a obtenção de crédito, a implantação dos projetos agroindustriais, a busca de melhorias na infra-estrutura e a consolidação da matriz tecnológica. As CCAs são muito importantes para que o SCA consolidasse uma instância representativa que tenha sob seu controle as diversas experiências cooperativas do MST no território nacional.

Nesse período, de acordo com Scopinho (2007), mais de 40 CPA's foram organizadas no país, porém, por volta de 1993 uma grande parte delas entram em crise, ocasionando a elevação da evasão dos assentados. Para ela essa crise é atribuída, pela falta de trabalho e renda decorrentes, internamente, da ausência de planejamento e controle administrativo que considerasse também a lógica do mercado e, externamente, da ausência de incentivo econômico por parte do Estado, ou seja, de política agrícola que tornasse o crédito acessível para os pequenos.

As CPA's, de acordo com Borges (2010), são estruturadas em Assembleia Geral, sendo o órgão máximo de poder, onde participam todos os associados e suas decisões tem prioridade máxima e cumprimento obrigatório. O gerenciamento é realizado por uma coordenação, espécie de conselho de administração, o qual é responsável pelo encaminhamento das decisões tomadas pela assembleia, pelo cumprimento dos estatutos sociais da cooperativa e por propor estratégias. Cada CPA define a sua instância representativa, composta por um membro de cada setor de produção e serviço e desta instância é escolhido um Conselho Diretor ou uma Diretoria Executiva que tem a função de dirigir o dia-a-dia da cooperativa e representá-la externamente ao assentamento, sendo que tem autonomia limitada para a tomada de decisões, restringindo-se àquelas que não

necessitam passar por análises das instâncias superiores. Há ainda, o conselho fiscal que é composto por três titulares e três suplentes, sendo responsável pela fiscalização dos atos e da gestão da direção da cooperativa. O trabalho organiza-se internamente através dos setores, que congregam todos os associados da cooperativa, sendo a instância de base da estrutura da cooperativa. Cada cooperativa organiza os setores conforme as atividades que desenvolve, como os setores de grãos, animal, de máquinas e o setor administrativo.

Além das SCAs, CCAs e CPAs, o MST cria a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - CONCRAB, visando formalizar a organização de sua estrutura cooperativista e contrapor ao sistema tradicional representado pela Organização das Cooperativas do Brasil – OCB.

De acordo com Borges (2010), o objetivo da CONCRAB é dinamizar o projeto de cooperação agrícola do Movimento, com análises de comportamento econômico das cooperativas em todas as regiões do país. E a partir da formação da CONCRAB foi intensificada a implantação de CPAs, porém, após a detecção de problemas internos de organização e viabilidade econômica, são incorporadas novas ferramentas para suprir essas lacunas, em destaque o investimento na capacitação gerencial do assentado para lidar com as dificuldades na cooperativa. Em linhas gerais, a CONCRAB busca, fundamentalmente, coordenar e planejar as diretrizes e objetivos gerais para o desenvolvimento agropecuário das CCAs e das CPAs. Dentre suas tarefas, estão: projetos de viabilidade financeira; estratégias de otimizar as exportações da produção cooperativa; agro industrialização e agregação de valor aos produtos dos assentamentos; manter a coerência da organização cooperativa aos princípios político-ideológicos que conformam o MST. Quanto a esse último aspecto, a CONCRAB, de acordo com o autor, propicia uma intensa publicação de cadernos, cartilhas e informativos, que contem, em seu conteúdo, os elementos básicos para a organização das cooperativas, tanto dos aspectos ligados às relações humanas, como das estratégias de desenvolvimento econômico.

A base teórica da proposta de cooperativismo do MST é fundamentada a partir da teoria da organização no campo, elaborada por Clodomir de Moraes, um dos intelectuais do movimento.

De acordo com Borges (2010), esta teoria permeia todas as ações relativas ao cooperativismo estruturado pelo movimento e está presente nas práticas pedagógicas dimensionadas para capacitação e formação de novos agentes no espaço cooperativo, sendo que a implantação das cooperativas deve interagir com a luta pela transformação da sociedade através do avanço da cooperação no processo produtivo, com a inserção da produção em

escala, a utilização de recursos industrializados e divisão do trabalho. Sendo que, para ele, a teoria de Clodomir de Moraes se pauta, numa proposta cooperativista, que se baseia na mecanização, divisão do trabalho e produção em larga escala, utilizando-se da abordagem teórica conceitual de Karl Kautsky.

Borges (2010) lembra que o MST surge pela confluência entre a realidade agrária no país e a orientação teórica e ideológica do marxismo e assim, não seria possível compreender sua organização cooperativa sem relacioná-la à transição socialista. Nesse contexto, para ele, foram construídas e implantadas estratégias de formação de novos sujeitos, organizados em torno de modernas relações de trabalho.

*O novo sujeito “sem terra” superaria as contradições inerentes ao individualismo capitalista, aperfeiçoando-se no processo de trabalho coletivo dentro das cooperativas. Seria uma transformação das relações tradicionais de produção, pautadas por referências bastante diferenciadas em seu construto social.*

*As relações tradicionais ou camponesas foram os principais alvos da crítica do MST. Essa posição em relação ao campesinato esteve sempre articulada às concepções de organização do trabalho cooperativo. Os camponeses deveriam ser organizados a partir de uma outra racionalidade, voltada para o desenvolvimento econômico e integração mercantil. (BORGES, 2010, p. 164,165)*

A base teórica do cooperativismo do MST, orientada pela teoria de organização no campo, de acordo com Borges (2010), está vinculada às cooperativas atuarem como uma empresa capitalista, visando à produção de mercadorias, sua comercialização e organização do trabalho por meio da especialização de tarefas e indicam que as relações de trabalho no campo devem ser pautadas pelas mesmas condições do trabalho urbano, semelhantes à indústria.

*As CPAs buscavam aumento da produtividade e dos excedentes comercializáveis para sua entrada no mercado. A inserção na economia capitalista necessita crescentemente da especialização do trabalho e aperfeiçoamento técnico para ampliação da produção e, conseqüentemente, do mercado consumidor.*

*A implantação de agroindústrias reflete a necessidade cada vez maior de intensificar as estratégias de inserção mercantil, objetivando o aumento da produtividade em patamares mais elevados. A produção de mercadorias e a integração no mercado eram consideradas as principais formas de resistência alcançada pelas CPAs.*

*Nelas estariam articulados os elementos econômicos e políticos de organização da produção em patamares superiores. No trabalho coletivo e nas ações políticas (mobilização e luta) estariam os fundamentos de uma nova realidade.*

*A viabilidade econômica dos assentamentos dependia, segundo o MST, da maior competitividade de sua produção. Para isso, as cooperativas*

*deveriam produzir em larga escala, com altos níveis de produtividade, de acordo com uma racionalidade empresarial. (BORGES, 2010, p. 166)*

Outro aspecto importante e necessário para a consolidação do modelo cooperativista do MST, observado por Borges (2010), é a destruição dos vícios da cultura camponesa com a superação das bases tradicionais de organização, através do trabalho coletivo, que podem aproximar o campesinato das condições concretas das iniciativas proletárias. E dessa forma, a superação da sociedade capitalista se realizaria através das organizações coletivas do proletariado, consideradas formas superiores no interior do capitalismo.

De acordo com Moraes (1986), na organização tradicional da produção camponesa, o processo de trabalho era simplificado e individualista e por isso não permite a formação de uma Consciência Organizativa, mas só após as experiências operárias na grande empresa é que desenvolveriam tal consciência.

*São três os graus de consciência dos grupos sociais. O grau de Consciência Ingênua, de Consciência Crítica e de Consciência Organizativa. No primeiro caso, referente a Consciência Ingênua, os indivíduos se dão conta de seus problemas ou de sua miséria, mas não chegam a identificar os fatores responsáveis, ou seja as causas.(...) No segundo caso, a Consciência Crítica, os indivíduos já identificam os fatores responsáveis por seus problemas, por sua miséria. (...) Mas apenas os grupos com um grau de Consciência Crítica experimentam durante muitos anos a ineficácia de suas formas artesanais de organização, ou ainda quando recebem dos operários das grandes empresas a Consciência Organizativa, é que eles conseguem criar estruturas orgânicas eficientes e capazes de responder aos objetivos do grupo. (MORAIS,1986, p.25)*

Para Thomaz (2009, p. 12), a falta da consciência organizativa, na teoria da organização do trabalho, é verificada nas características camponesas, de autonomia de decisão sobre o próprio trabalho, na resistência em associar-se a um grupo devido o receio de perder a terra. Diante disso, a autora conclui que a teoria deixa clara a intenção de fazer o camponês perder sua identidade, interpretada como atrasada, e torná-lo operário do campo.

Na interpretação de Borges (2010, p. 167), na teoria de organização do trabalho, a sustentação da empresa cooperativa nos moldes econômicos capitalistas, será assegurada através da manutenção da unidade e da disciplina, visando manter a estrutura coletiva de trabalho gerada pelo desenvolvimento dos graus de consciência.

De acordo com Moraes (1986, p. 40-43), a consciência organizativa pode ser desenvolvida a partir de experiências práticas e teóricas, o qual denomina de Laboratório Organizacional do Campo (LOC), onde se busca introduzir em um grupo social a consciência organizativa que necessitam para atuar em forma de empresa organizada, tendo como

objetivos formar quadros organizadores de empresas e ao mesmo tempo técnicos que serão responsáveis pela montagem e desenvolvimento de laboratórios experimentais, os laboratoristas. Para o autor, os laboratoristas, devem transmitir conhecimento aos assentados sobre organização coletiva, gestão da produção, do trabalho, da constituição de agroindústria e os instrumentos para superação dos desvios de conduta provenientes da racionalidade camponesa.

Na interpretação de Borges (2010, p. 171), o objetivo final nesse processo de aprendizagem na teoria da organização do trabalho, em que pese a forte influência dos moldes capitalistas de produção, é o reforço dos valores da construção da nova representação de um sujeito integral, pautado no mais alto grau de consciência e na mais evoluída organização da produção coletiva, oferecendo ao produto final do trabalho uma apropriação eminentemente coletiva.

Para Thomaz (2009, p. 13) na linha teórica de Moraes não há lugar para o campesinato na sociedade capitalista, sendo uma classe em extinção e por isso precisa organizar o trabalho de modo a acumular e tornar-se capitalista, senão ele acabará perdendo a terra e terá de proletarizar-se.

Para Stedile (2012, p. 99,100), a proposta do laboratório organizacional mostra certas limitações, pois o método é muito ortodoxo e rígido na sua aplicação, e ainda, exige uma resposta muito rápida. Entretanto, para ele, o método de Moraes teve uma grande utilidade ao abrir para a questão da consciência do camponês, trazendo um conhecimento científico.

## 2.4 AS EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS DO COOPERATIVISMO NO MST

Para identificar o cooperativismo no MST e oferecer sustentação ao nosso estudo, realizamos a pesquisa bibliográfica, conforme sistematização apresentada nas seções anteriores, todavia, visando compreender a estrutura na prática, realizamos também a pesquisa de campo, entrevistando e coletando dados importantes para a solução da problemática.

Nesse sentido, visitamos um assentamento localizado no Estado de Mato Grosso e duas cooperativas em Santa Catarina, quais sejam Assentamento 28 de Outubro em Campo Verde no estado de Mato Grosso, Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste - Cooperoeste em São Miguel do Oeste e a Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste - Cooperunião em São José do Cedro, ambas em Santa Catarina. Soma-se ao nosso estudo de campo uma revisão bibliográfica sobre pesquisas desenvolvidas por outros autores.

Utilizamos a técnica da pesquisa direta intensiva com entrevistas e extensiva com

pesquisa de campo, sendo essa sistemática, não participante, individual e na vida real. Entrevistamos dois coordenadores, um ex-coordenador e um presidente e também conhecemos as estruturas tanto dos assentamentos como das cooperativas, onde buscamos identificar como foi o processo de ocupação, como se deu o desenvolvimento do assentamento, qual a estrutura de organização e quando foi a fundação do assentamento e da cooperativa. Posteriormente, procuramos compreender se as cooperativas fazem parte de um modelo nacional pensado pelo MST, como indica a proposta teórica, se havia uma articulação a nível nacional, e se a proposta se aproximava da perspectiva de Marx. Dessa forma, nosso estudo se limitou a uma pesquisa qualitativa.

A escolha do assentamento e das duas cooperativas é pautada pelos seguintes motivos:

1 - Assentamento 28 de outubro – Trata-se de um assentamento organizado pelo MST, porém na pesquisa constatamos que o mesmo se afastou do movimento, tornando-se independente. Nossas indagações foram no sentido de entender como ele foi formado, verificar se fez parte de uma política do movimento e quais são os motivos do desligamento.

2 - Cooperoeste – Trata-se da cooperativa mais bem sucedida do MST, formada por vários assentamentos da região do extremo oeste de Santa Catarina, sendo considerado o segundo maior empreendimento da cidade de São Miguel do Oeste, gerando emprego e renda para mais de 6.000 famílias e cerca de 8 milhões em impostos para o Estado e o município.

3 - Cooperunião – Esta cooperativa não estava em nossa amostra inicial para a pesquisa, entretanto, na visita à Cooperoeste, recebemos informações de que na região havia uma experiência diferenciada no assentamento Conquista na Fronteira, que ficava 80 quilômetros da Cooperoeste, e que deu origem à cooperativa, um modelo baseado no coletivo, onde toda terra e a produção é desenvolvida pelo trabalho associado, não havendo a forma individual verificada nos demais assentamentos. Assim esta cooperativa foi incluída em nosso estudo, tendo em vista, além da diferenciação com os demais assentamentos/cooperativas, apontar, na sua experiência, uma aproximação com os postulados de Marx.

#### **2.4.1 Resultado da pesquisa no Assentamento 28 de outubro em Campo Verde**

Visitamos o assentamento 28 de outubro localizado no Município de Campo Verde em Mato Grosso no dia 31 de maio de 2013 e entrevistamos o atual coordenador e um ex-coordenador do assentamento e também obtemos dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

De acordo com INCRA (2013, p. 165), o assentamento foi criado em 30 de dezembro de 1996, por desapropriação, onde foram assentadas 66 famílias, sendo 70 sua capacidade, a

área total é de 2.262.000 hectares, o que corresponde a uma média de 34.272 hectares por família.

Entrevistamos primeiramente o coordenador do assentamento, o qual nos informou que o assentamento tem em torno de 65 famílias, pois houve algumas famílias que abandonaram ou venderam a terra e que o assentamento foi fundado em março de 1997, fruto da compra de uma fazenda do grupo Bertoni.

Dessa forma, o assentamento não é oriundo de ocupação, pois a terra não era nem devoluta, nem improdutiva e sua posse ocorreu através da aquisição pelo Incra, havendo, por isso, há uma particularidade em relação aos demais assentamentos do MST, pois neste as famílias assentadas foram escolhidas pelo MST e sua maioria não eram participantes do movimento e sim de pessoas região de Campo Verde que se cadastraram para receber a terra.

De acordo com o coordenador, após a fundação do assentamento, a produção e a comercialização dos produtos era realizada de forma individual, onde cada qual cuidava de sua parte. No início todos receberam além da terra, um valor para construção de moradia, custeio da produção e para investimentos em lavoura ou gado, sendo que a maioria opta por gado leiteiro.

Indagamos sobre como era realizada, no início do assentamento, a escolha do produto a ser comercializado. O coordenador nos disse que cada assentado escolheu o que iria produzir, porém, havia um fornecedor já cadastrado pelo Banco e pelo INCRA que fornecia a todos, não podendo o assentado escolher ou negociar outro produto, sendo obrigado a se submeter ao que era definido. Para ele, isso gerou prejuízo ao assentado, citando exemplo de que é liberado determinado valor para compra de gado, porém, ao invés do assentado ir aos diversos fornecedores para escolher e negociar, com o mais adequado ao recurso disponível, teve que se submeter ao produto que o fornecedor determinado pelo INCRA entregasse.

Na maioria das vezes, de acordo com o coordenador, o produto (que no caso em questão é boi) foi superfaturado e geralmente, muito magro, com grande possibilidade de não sobreviver ou não oferecer o retorno esperado. E dessa forma, para ele, os assentados iniciaram com uma grande probabilidade de insucesso, pois pegaram crédito num determinado valor, mas o produto adquirido foi bem inferior ao recurso liberado.

Outro fator destacado pelo coordenador é que cada assentado produz individualmente e essa produção não consegue concorrer com o grande produtor, sendo vendida em feiras ou nos mercados locais abaixo do preço, e nesse sentido o rendimento acaba sendo para subsistência da família, mas para ele apesar de ser baixo é melhor do que não possuir como ocorria antes do assentamento.

Perguntado se há no assentamento uma cooperativa de produção, responde que no assentamento atualmente ainda há uma cooperativa, que foi criada em 1998, mas que atualmente não está desenvolvendo suas atividades e que formalmente tem 40 associados, mas que na prática apenas 25 fazem parte.

Insistimos em conhecer os motivos pelos quais um assentamento que possui em torno de 65 famílias tenha apenas 25 adeptos ao sistema cooperativo. Perguntamos também se em 1998, quando fundaram a cooperativa, todos os assentados eram associados. Ele informa que desde o início da cooperativa nunca houve a totalidade de assentados associados e que em determinado período havia no máximo 40. O motivo, na visão dele, das pessoas não aderirem é que acham que individualmente conseguem tirar maior rendimento comparativamente a coletividade através da cooperativa e também pela baixa instrução dos assentados.

Outro fator apontado pelo coordenador para a não adesão à cooperativa é que muitos se iludem com falsas promessas de algumas empresas que oferecem crédito individual para compra de maquinário e animais, mas que também são superfaturados. O coordenador entende que essa é uma relação permeada de ilusão; é uma via sem retorno, pois alguns assentados assinam contratos que variam de 10 a 15 anos, e já no primeiro ano percebem que foi uma grande roubada, tendo em vista, que só podem fornecer seus produtos aquela empresa, que depois de certo tempo, a empresa começa a pagar um preço bem abaixo do que o assentado poderia vender no mercado, principalmente através da cooperativa.

Sobre a questão de a cooperativa ter iniciado suas atividades com 40 famílias e atualmente estar com apenas 25, o coordenador entende que o motivo principal é que houve problemas em relação ao fornecimento e recebimento, explicando que a cooperativa é de produção de leite e que fornece apenas para um laticínio da cidade, que determina o preço a ser pago pelo leite. Mas o problema é que cada assentado fornece individualmente uma determinada quantidade de leite por dia à cooperativa, que é colocada num resfriador. Depois que todos colocam seus leites no resfriador é que o leite se torna coletiva e é vendido ao laticínio. Ocorre que muitos agem de má fé colocando água no leite para aumentar a quantidade fornecida e isso ocorre na medição para colocar no resfriador coletivo, antes de ser vendido. Entretanto, ao ser entregue ao laticínio, o mesmo coloca num maquinário que separa a água do leite e só paga efetivamente o valor referente ao leite puro, mas como neste momento a entrega é de forma coletiva o assentado que trabalha corretamente e não coloca água no leite é prejudicado no pagamento, pois não se identifica de que local veio o aguado, porém o desconto é dividido para todos, e esse fato cria nos produtores corretos descrença com a cooperativa e desavenças entre os cooperados, levando muitos a desassociar.

Outros fatores que levaram a inatividade da cooperativa foram identificados em entrevista com um ex-coordenador que atuou na gestão anterior à atual, que informou-nos que a inoperância da cooperativa se deve ao fato dos atuais coordenadores não terem capacidade administrativa para conduzi-las.

Perguntamos como é a assistência técnica aos assentados por parte do INCRA, o coordenador nos informa que no início do assentamento havia um assistente técnico rural orientando todos, mas que após uns 2 anos não houve mais orientações.

Outra pergunta é se o assentamento está ligado a algum movimento social, ele nos expôs que no início do assentamento eram ligados ao MST, mas que com passar dos anos se desvincularam.

Indagamos o motivo do assentamento ter se desvinculado do MST, porém o coordenador não soube responder precisamente, apenas informa que não viam mais vantagens em continuar vinculado, que não percebem mais força no movimento.

Quanto a infraestrutura do assentamento, referente a água e luz, constatamos que há uma boa estrutura de energia elétrica, porém, a rede de água ainda não havia sido implantada, contudo os assentados contornam a situação com postos artesanais.

Nossa percepção sobre o assentamento 28 de outubro é que está bem localizado, numa região com terra produtiva e valorizada, que os assentados possuem em sua maioria uma moradia com casa de alvenaria e um carro popular. Todavia, pela falta de consciência de classe e pela forma de escolha de famílias interessadas que não faziam parte das lutas do MST<sup>3</sup> leva-os a se desvincular e terem dificuldades na organização de um coletivo que pudesse estruturar uma cooperativa.

#### **2.4.2 Resultado da pesquisa na Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste – Cooperoeste**

A segunda pesquisa de campo foi realizada entre os dias 20 a 24 de janeiro de 2014 na Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste - Cooperoeste, onde entrevistamos o atual coordenador da cooperativa, que respondeu às perguntas da entrevista e nos forneceu um DVD com a história da cooperativa.

Em 25 maio de 1985, a partir da organização do MST, 550 famílias ocuparam áreas no extremo oeste de Santa Catarina, no município de São Miguel do Oeste. Até outubro de 1985,

---

<sup>3</sup> No assentamento 28 de outubro, de acordo com o coordenador, as famílias assentadas não faziam parte dos acampamentos organizados pelo MST. Ele é constituído por pessoas das cidades vizinhas que tiveram conhecimento de que naquela terra seria estruturado um assentamento. A partir disso o MST organizou apenas um cadastro dos interessados para posteriormente assentá-los. Dessa forma, não eram famílias ligadas diretamente ao movimento e suas lutas.

ficaram acampados em barracos de lona, e somente no início de 1986 é que começaram a ser assentados em diversos assentamentos, conforme tabela abaixo:

### 1. Distribuição das famílias do Extremo Oeste - SC

<b>Assentamento</b>	<b>Número de famílias assentadas</b>
<b>Três Passos</b>	73
<b>25 de Maio</b>	32
<b>26 de outubro</b>	30
<b>Sanga Azul</b>	12
<b>Aparecida</b>	18
<b>21 de Novembro</b>	32
<b>São Mateus</b>	60
<b>Imperatriz</b>	32
<b>São Luiz</b>	32
<b>Oito de Março</b>	32
<b>Rosário</b>	21
<b>Bandeirantes</b>	9
<b>21 de Novembro</b>	32
<b>Conquista da Fronteira</b>	60

Fonte: DVD Comemorações 15 anos da Cooperoeste, 2011.

A ocupação dessas 550 famílias dá origem a 14 assentamentos, sendo que 130 famílias são assentadas no dia 26 de outubro do mesmo ano e as demais permanecem acampadas por mais três anos até serem assentadas.

No início os assentados optam pela produção individual de leite, a qual é vendida a uma grande empresa da região. Esse fato leva-os à dependência total a esta empresa, ainda mais que o preço é estabelecido de acordo os interesses da mesma.

Em consequência dessa exploração, decidiram formar uma associação para absorver a produção do assentamento com objetivo de agregar valor à produção e promover o desenvolvimento econômico e social das famílias. A partir daí as atividades vão se desenvolvendo, e em abril de 1996 criam a primeira indústria de leite tipo C dos produtos dos assentamentos, que é nominada de TERRA VIVA, com a industrialização inicial de 300 litros por dia, com sede no assentamento Barra Bonita. Posteriormente transferem a sede para o município de São Miguel do Oeste para facilitar o escoamento da produção e em 2007 já produziam mais de dois milhões de litros de leite por ano, comercializando o leite e seus derivados para mais de 400 clientes da região. Além da produção de leite, ainda em 1997 criam uma nova indústria de conservas, com produção de mais de 100 mil vidros por ano.

O coordenador conta que de 1985 a 1989 enfrentaram diversas dificuldades, tendo em vista que conseguiram conquistar apenas a terra, sem nenhum outro recurso do governo para o desenvolvimento das atividades e, nesse período, diz ele, que perceberam que se não se

ajudassem mutuamente, não sobreviveriam, e dessa forma, é que surgem os primeiros grupos e mutirões.

De acordo com coordenador, até 1995 os assentados fazem grande esforço para não devolverem os lotes para o Incra, devido às dificuldades, todavia, muitas famílias não aguentam e acabam desistindo.

A Cooperativa surge a partir da união de três associações compostas por 8 assentamentos da região, quais sejam 25 de Maio, São Jose do Cedro e Anchieta, num total 182 associados fundadores. Na região, na época da fundação da cooperativa. Há nesse período 400 famílias, porém de acordo com o coordenador, nem todos quiseram participar, tendo em vista que uma boa parte não possuía o *espírito associativo*.

Em 20 de julho de 1996 é fundada a Cooperoeste, onde cada família contribui com cinco sacas de milho e sendo corresponsáveis por recursos do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera) e a partir daí constroem a indústria de leite em setembro de 1997, iniciando as atividades com uma máquina com capacidade de 30.000 litros de leite por dia, porém a comercialização só ocorre em janeiro de 1999.

*No inicio foi muito difícil, pois as concorrentes tentaram quebrar com a cooperativa, mas não conseguiram, pois a sociedade de São Miguel do Oeste comprou a ideia e nossos produtos e assim conseguimos nos desenvolver. (COORDENADOR COOPEROESTE)*

Um fato importante, apontado pelo coordenador é que nos assentamentos da região do extremo oeste de Santa Catarina, o tamanho médio da terra distribuída é de 12 hectares por família, mas que somente com a união de uma parte dos assentados é que conseguiram formar a Cooperoeste, destacando que o recurso do Procera no início foi liberado para os associados individualmente, mas que definiram aplicar coletivamente na cooperativa, sendo que o valor do recurso variou de 8 a 10 mil reais por associado, equivalendo a R\$ 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil reais) no total. Na avaliação dele se fosse aplicado individualmente não teriam alcançado os resultados da cooperativa atualmente.

A estrutura de organização da cooperativa segue o modelo do MST, tendo em vista que o órgão maior de deliberação é a Assembleia Geral, onde todos os componentes dos assentamentos podem participar, havendo uma coordenação para orientar as atividades e realizar o planejamento.

*Tem uma assembleia ordinária que acontece em março de cada ano, mas antes disso faz-se pré-assembleias nos assentamentos, apresentando os*

*resultados e debatendo o planejamento e todos têm direito de participar, opinar, dar sugestões. (COORDENADOR COOPEROESTE)*

Perguntamos ao coordenador, qual é o fator preponderante que leva a Cooperoeste a obter bons resultados, levando-se em consideração, que grande maioria das demais cooperativas nos assentamentos do MST no país, não possuem o mesmo sucesso em seu desenvolvimento, em que pese a proposta ser a mesma. Ele entende que nem todas as cooperativas estão estruturadas como a Cooperoeste, depende do ramo, da forma e do tipo de produto que industrializa e que, inclusive em Santa Catarina, existem várias cooperativas que passam por dificuldades. Em sua opinião, o grupo gestor da cooperativa também é muito importante, devendo ter pessoas responsáveis e que não se desvinculem da base, que é um dos princípios do MST.

Outro fator importante é o de que na Cooperoeste houve uma integração com os pequenos agricultores que não fazem parte dos assentamentos, destacando que atualmente um montante em torno de 90% do leite é fornecido por eles.

*Conseguimos construir uma unidade com os pequenos agricultores da região, o que foi muito importante e talvez nos outros estados não se conseguiu isso. Hoje são mais de 3000 famílias. No extremo oeste de Santa Catarina apenas em Campo Erê que predomina o latifúndio, mas na maioria da região são pequenos agricultores. (COORDENADOR COOPEROESTE)*

Outra pergunta apresentada ao entrevistado foi como é realizada a interligação entre as cooperativas e como é realizado o repasse das experiências bem sucedidas entre elas. De acordo com o coordenador, todas as cooperativas surgiram a partir do MST e em todas há a participação do movimento. Para ele, as cooperativas não existiriam sem o movimento e que sempre há pessoas da região que participam das discussões a nível nacional, mas que cada cooperativa tem sua administração e gestão. Relacionado aos repasses das experiências e das orientações quem dá o rumo para as cooperativas são as CCAs, que na região é responsável pela marca Terra Viva.

A Cooperoeste está localizada na maior bacia leiteira do Estado de Santa Catarina, produzindo um mix de produtos com a marca Terra Viva, sendo conhecida como a mais bem sucedida do MST e a segunda maior empresa do município de São Miguel do Oeste e a maior do ramo de leite da região, com geração de mais de 6.000 empregos e rendas e aproximadamente 8 milhões de impostos.

Atualmente a Cooperoeste possui 800 associados, que são diferenciados como sócio fundador (182) e apenas associado (os demais), podendo ser homem, mulher e os jovens maiores de 18 anos que moram com seus pais nos assentamentos. A direção da cooperativa apresenta a seguinte estrutura: Presidente ou coordenador, vice-presidente, secretário, tesoureiro e vice Tesoureiro, todos são escolhidos entre os associados. Porém, na cooperativa, apenas esses cinco cargos são de associados, os demais, a exemplo da gerência, coordenação de setores, e demais são funcionários contratados no regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), desses 30% são filhos dos associados e o restante moradores da região.

De acordo com o coordenador, as decisões começam com os debates nos assentamentos, depois é levado para a assembleia geral, porém o planejamento é realizado pela direção. Cada associado recebe pelo que fornece de leite à cooperativa. A sobra ou lucro líquido da cooperativa uma parte é utilizada em reinvestimento e outra parte dividida de forma igual para todos os associados. Os funcionários recebem salário e são atualmente 280 com média salarial de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais). Há cargos considerados de confiança como os coordenadores e gerentes que cuidam de cada setor da empresa, mas também são funcionários e não associados. O rendimento médio do associado é de R\$ 2.100,00 só com a cooperativa, mas há também renda retirada da venda de outros produtos comercializados por eles próprios. Entretanto, o coordenador informa que há assentado que não consegue atingir uma renda de subsistência devido a má qualidade de suas terras e necessitam buscar emprego na cidade para complementá-la.

Perguntamos qual a política de distribuição da renda ao longo da vida do assentado, visto que, quando jovem, tende a fornecer uma quantidade maior de leite e assim ter um rendimento maior, porém, com o envelhecimento essa produção tende a cair, ou mesmo, na questão relacionada a acidente de trabalho ou doença, onde assentado não conseguirá ter a mesma capacidade laborativa.

O coordenador explica que o incentivo da cooperativa é que até 3000 litros de leite o preço é igual, acima disso paga-se um valor maior para incentivar maior produção e que tem também programas de aprimoramento da pastagem para o associado elevar sua produção e há fornecimento de matéria prima para os associados desenvolverem sua atividade e obterem sua renda.

O presidente conta que mantém conversas para realizar investimentos em assentamentos de Mato Grosso do Sul (MS), que possui em torno de 17 mil famílias, explicando que há diferenças nas técnicas de produção, pois em Santa Catarina fazem duas

ordenhas por dia e já no MS isso ocorre apenas uma vez, o que para ele pode ocasionar prejuízo.

Diante, da técnica diferenciada na ordenha, perguntamos como funciona a assistência técnica aos assentados da Cooperoeste, onde exemplificamos o caso do Assentamento 28 de outubro em Mato Grosso que é realizada por técnicos do Incra ou da Empaer, mas de forma burocrática. O presidente nos informa que lá quem escolhe os técnicos são os assentados, e que estes apresentam boas referências para elevar a produção, mas a responsabilidade pelo pagamento também é do Incra, em que pese a cooperoeste arcar com uma parte.

Após essa constatação de que a técnica na ordenha das vacas dos assentados da Cooperoeste ser mais “eficiente” que em outros assentamentos, ao utilizar duas ordenhas por dia, indagamos se o MST não intervém nesses casos para homogeneizar o trabalho. Na região, ele informa que o movimento intervém, porém desconhece como isto funciona nos outros estados.

O entrevistado, explica que atualmente a média de rendimento é de R\$ 2.100 por associado, mas que no início da cooperativa esse valor era inferior a R\$ 300,00 por mês e que, antes, o rendimento era ainda menor.

Perguntamos se o MST ou a Cooperoeste possui algum acompanhamento de especialistas de mercado para escolher o que e como produzir. O presidente respondeu que as decisões de investimentos são a partir das opiniões dos vendedores que indicam à administração o que o mercado está necessitando, ainda de acordo com ele, há também contadores que cuidam das finanças.

Um detalhe importante de se destacar é que a direção da Cooperoeste é composta por trabalhadores do campo e é a mais bem sucedida cooperativa do MST, tendo iniciado em 1996 com pouco mais de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) oriundos do Procefa (programa do governo que incentiva através de recursos financeiros os assentamentos de reforma agrária) com produção de 900.000 litros de leite por mês e atualmente tem um patrimônio em torno de 50 milhões de reais, com produção de 15 milhões de litros por mês e faturamento bruto de 230 milhões de reais por ano, em produtos derivados do leite, conservas de pepino e mandioca.

#### **2.4.3 Resultado da pesquisa na Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste Cooperunião**

A Cooperunião está localizada no assentamento Conquista na Fronteira no município de Dionísio Cerqueira em Santa Catarina e foi criado em 1988, entretanto, surge da ocupação das 550 famílias em terras do extremo oeste de Santa Catarina em maio de 1985.

Visitamos a cooperativa no dia 24 de janeiro de 2014 e entrevistamos o seu coordenador. Este assentamento possui uma peculiaridade não verificada nos demais, tendo em vista, tratar-se de uma experiência totalmente coletiva do MST. Desde o acampamento um grupo composto de 52 famílias deliberam que, após serem assentadas, toda a atividade será desenvolvida coletivamente. De acordo com coordenador, essa decisão é fruto do período de dificuldades vividas no acampamento, quando perceberam que só através do coletivo é que conseguiriam obter melhores resultados e mesmo sobreviver.

*O coletivo é bom porque se as famílias são pobres então é dividida a pobreza. Tu começa a arrumar para melhorar de vida, tu ajudas o companheiro ele te ajuda e vai socializando as ideias e a mão de obra. No lugar de você ter no assentamento, no modelo individual, 52 junta de boi, 52 trator, 52 estábulos, 52 ordenhadeira, no coletivo você divide tudo e modifica a situação de trabalhar mais e dá mais para as empresas fornecedoras. (COORDENADOR COOPERUNIÃO)*

De acordo com o coordenador, no início do assentamento os assentados estavam totalmente descapitalizados e decidiram plantar o essencial para sobreviver, ou seja, a alimentação, arroz, feijão e outros produtos. O segundo passo foi produzir para comercializar, ter renda e no longo prazo enxergaram a industrialização.

*Depois das ocupações o movimento passou a lutar não só pela terra, mas também pelo crédito pela moradia, pois o povo chegou na extrema miséria, sem moradia sem estrada, foi plantando meio por conta e só depois de muito tempo assentados que foi criado o recurso do Procera (COORDENADOR COOPERUNIÃO).*

O assentamento Conquista na Fronteira possui 52 famílias dividindo coletivamente 1.198 hectares, sendo também, a mão de obra e o patrimônio coletivo. De acordo com o coordenador os assentados sabem que possuem 1.198 hectares, mas as famílias não sabem onde fica a parte de cada um, pois tudo é coletivo, inclusive a instalação das moradias foram construídas em locais do assentamento a partir dos grupos que se consideravam mais próximos uns dos outros.

Considerando que este assentamento é a única experiência de sucesso no MST, com modelo totalmente coletivo, indagamos ao coordenador quais os benefícios e como conseguiram manter-se até os dias atuais com essa estrutura. Ele informa que possuem um regimento interno que é aprovado e discutido em assembleia, sendo o principal instrumento

para evitar as divergências, desde uma discussão interna na família até uma briga no coletivo. Já em relação ao trabalho resolvem as possíveis divergências dividindo as tarefas do dia a dia respeitando a aptidão de cada um e mesmo que algum tenha produtividade maior que a do outro, isso é resolvido pela lógica do coletivo, da solidariedade. Ele lembra da socialização de tudo, o que permite, por exemplo, usufruírem de outro benefício que não existe na agricultura, que é a possibilidade dos cooperados planejarem suas férias. A seguir demonstramos uma das respostas do coordenador a qual exemplifica o seu sentimento em relação ao coletivo.

*Nós no coletivo conseguimos planejar, podemos visitar nossos parentes, conhecer outras regiões, pois enquanto uns cuidam do patrimônio e trabalham, outros vão fazer suas férias.  
Sempre há quem é bom em determinado setor, se você não é bom na ordenha, pode ser bom no trator, ou na plantação de erva-mate, na enxada, na horta, em cuidar dos peixes, e então todos trabalham no que é melhor. É claro que haverá aquele que a produtividade é menor, porém o coletivo é isso, é pra ser solidário com todos, tanto no trabalho quanto na ideologia.  
(COORDENADOR COOPERUNIÃO)*

De acordo com o coordenador, a cooperativa do assentamento foi fundada em 1994, sendo denominada Cooperunião e sua estrutura, tanto na propriedade como nas atividades desenvolvidas, funciona de forma coletiva.

O crédito para o desenvolvimento das atividades da cooperativa foi liberado de forma individualizada, sendo um montante em torno de 7 a 8 mil reais para cada assentado, entretanto, o recurso foi diretamente para a conta da cooperativa. Posteriormente, em assembleia, definiram onde investir, aplicando em gado de leite, recuperação do solo, criação de açude para peixes, plantação de erva mate. De acordo com o coordenador, no início possuíam apenas um arado e uma junta de boi que eram utilizados por todas as famílias e posteriormente adquiriram um trator.

A divisão de renda se dá através da quantidade de horas de mão-de-obra despendida, sendo que o valor da hora é o mesmo para todos. Assim, equalizam, pois quem trabalha mais horas ganha mais e na alimentação ocorre a mesma forma, ou seja, se alguém consome mais irá pagar mais, sendo para o coordenador a forma mais justa.

O coordenador destaca a estrutura organizativa do assentamento, que é através de direção coletiva, havendo uma coordenação política, onde se discute os problemas mais amplos do assentamento, outra direção da cooperativa, não havendo hierarquia, sendo composta por seis pessoas em cada uma. O rendimento médio, de acordo com o coordenador, é de R\$ 500,00 mensais por pessoa, sendo que o rendimento familiar pode chegar a R\$

2.000,00 e em termos de bem estar soma-se a este rendimento a qualidade da alimentação que é produzida por eles e, conseqüentemente, a qualidade de vida.

A média de pessoas no assentamento, de acordo com o coordenador, chegou a ser de 2,8 por família a oito anos atrás, porém os filhos foram crescendo e optaram por outras profissões, como advogado, administrador, contador, historiador e por isso, atualmente o número hoje é menor, pois quem permanece no assentamento são os mais velhos.

A linha de produção da Cooperunião é diversificada, sendo leite, peixe, erva mate e frigorífico de frango. O leite é enviado para a Cooperoeste, mas os demais são comercializadas com outros setores, sendo a maioria vendida para os mercados de Curitiba e Rio Grande do Sul. Em relação a concorrência das demais empresas, o coordenador considera que o maior diferencial deles é a qualidade.

Atualmente, conforme informado pelo coordenador, a Cooperunião possui 400 vacas e em média 215 vacas em lactação, 18 açudes produzindo cerca de 100 mil quilos de peixe por ano, uma fábrica de ração, três caminhões de transporte com câmara fria, um frigorífico de frango, uma colheitadeira, três tratores, dois carros, uma horta, uma fabrica de ração, um armazém, uma escola para crianças, uma creche, um posto de saúde e um campo de futebol.

#### **2.4.4 Pesquisas de outros autores sobre o cooperativismo no MST**

Dentre as diversas pesquisas sobre o cooperativismo no MST, visando amparar nossos resultados, confrontamos com duas que mais se aproximaram de nossos objetivos. A primeira é: “O Cooperativismo e assentamento rural na percepção do uso coletivo e individual da terra mediante metodologia q: o caso de charqueadas”, de autoria dos pesquisadores Mauricio Santalucia e Pedro de Hegedus, publicada em 2005 na revista Extensão Rural e a segunda intitulada: “O Desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades”, que é uma dissertação de Pedro Ivan Christoffoli defendida em 2000 na Universidade Federal do Paraná, mestrado em Administração.

Em síntese, Santalucia e Hegedus (2005), analisaram o cooperativismo no Assentamento 30 de Maio, situado na cidade de Charqueadas, no Rio Grande do Sul. A cooperativa do assentamento foi fundada em julho de 1991 com o nome de Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas LTDA (COPAC) e inicialmente possuía 65 associados e 45 famílias. De acordo com os autores a COPAC, já em 1993 registra desistências de alguns integrantes, sendo que na época em que a pesquisa foi realizada a cooperativa possuía apenas 18 componentes. A estrutura organizativa e a forma de decisão é

definida via assembleia e eleição, o cumprimento da jornada era convencionada entre os associados e a participação dos sócios nos rendimentos era estabelecida a partir da jornada de trabalho. Todos tem direito a férias com excursão a praia.

Os resultados da análise de Hegedus e Santalucia demonstra que a maioria dos assentados são favoráveis ao modo de produção coletivo, porém dois terços desses apresentam críticas construtivas. A análise dos autores é baseada nas opiniões dos assentados, sem grandes comparativos com outros parâmetros, exceto, ao concluírem que o assentamento se destaca, possuindo um ganho de qualidade no modelo individual e no cooperativo, porém nesse último modelo perceberam que os cooperados alcançaram considerável patrimônio que, individualmente, não conseguiriam juntar, indicando assim como proposta a expansão do modelo cooperativo com estudo e aperfeiçoamento, senão vejamos:

*Os que estão no coletivo, pelo fato de juntarem suas forças, angariaram ao longo dos anos um considerável patrimônio que individualmente não conseguiriam amealhar, podendo diversificar a produção e fazer um ciclo completo, desde a produção no campo até a comercialização de seus produtos com o estabelecimento de um supermercado de porte médio. É possível que o modelo da COPAC nos tenha demonstrado que o modelo adotado e fortalecido através do esforço coletivo, mesmo com todos problemas e defecções de indivíduos existentes, deva ser mais estudado e explorado não como um modelo único a ser seguido e mais difundido, mas que talvez possa ser mais bem aperfeiçoado e possa contribuir de alguma forma para uma reforma agrária eficaz no seio de nossa sociedade. (SANTALUCIA E HEGEDUS, 2005, p. 127)*

A outra pesquisa analisada é a de Chistoffoli (2000), que desenvolveu um estudo comparativo de casos, analisando o processo de constituição e desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O objetivo do autor foi identificar as contradições que estabelecem limites e possibilidades de desenvolvimento de quatro cooperativas situadas na Região Sul do Brasil, quais sejam, a Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata (COOPTAR), fundada em 08 de fevereiro de 1990, situada no assentamento Fazenda Annoni, no município de Pontão, Estado do Rio Grande do Sul, a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI), fundada em 01 julho de 1993, localizada no projeto de assentamento Santa Maria, que margeia o perímetro urbano do município de Paranacity, na região noroeste do Estado do Paraná, a Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Terra Livre (COOPCAL), localizada no município de Nova Laranjeiras na região central do estado do Paraná, às margens da BR 277, fundada em 1997 e a Cooperativa de Produção Agropecuária União do

Oeste (COOPERUNIÃO), localizada no município de Dionísio Cerqueira, no Estado de Santa Catarina, ela foi iniciada como um grupo de trabalho coletivo em Junho de 1988. A constituição legal da cooperativa se deu em 31 outubro de 1992.

O autor constata que as cooperativas coletivas apresentaram um desenvolvimento social significativo, tendo seus associados alcançado conquistas importantes como a melhoria das condições de moradia, saneamento básico, saúde, nível de escolarização, incremento gradativo na renda monetária, descanso anual, auxílio gestação e auxílio-doença.

Na análise dos dados, Christoffoli (2000) verifica que as cooperativas de produção coletiva utilizam-se de mecanismos democráticos de gestão, os quais asseguram ampla participação dos associados na definição das normas de funcionamento, das metas de desempenho e das suas políticas internas, configurando a forma de gestão adotada como autogestão ao nível da unidade de produção. Por outro lado, na análise econômica, ele verifica que essas organizações enfrentam sérias deficiências em termos de capacidade de geração de receitas, aproveitamento eficiente da força de trabalho disponível, remuneração dos fatores de produção, e geração de excedentes que possibilitem sua reprodução enquanto unidade produtiva capaz de competir com empreendimentos capitalistas.

Outro fator verificado por Christoffoli (2000) é a contradição entre os ideais autogestionários e socialistas, bem como a prática do assalariamento de trabalhadores não associados por parte de duas das cooperativas estudadas.

*Devido a fatores históricos e conjunturais essas organizações passaram a empregar o assalariamento como condição para sua reprodução. Também foram identificados certos paradoxos organizacionais que, no momento, não representariam riscos para o desenvolvimento dessas experiências autogestionárias, mas que futuramente poderão se converter em contradições principais. (CHRISTOFFOLI, 2000, p. 7)*

De acordo com Christoffoli (2000), a luta pela Reforma Agrária empreendida pelo MST resulta em conquistas específicas, materializadas nas centenas de assentamentos espalhados pelo interior do País, porém, os assentamentos enfrentam uma luta difícil contra a inevitável competição capitalista nos mercados, que tendem à ruína econômica dos pequenos produtores recriados pela luta social.

*Nesse processo de luta e resistência popular dá-se o surgimento de centenas de organizações associativas e grupos de trabalho coletivo. Essas experiências surgem das mãos calejadas que sabem manejar a enxada e a foice que, corajosas, enfrentam a polícia e a violência do latifúndio, mas que se espantam diante do gigantismo das dificuldades econômicas e administrativas que surgem como espectros a inviabilizar e ceifar um*

*número sempre crescente dessas organizações econômicas. (CHRISTOFFOLI, 2000, p. 17, 18)*

Na pesquisa Christoffoli (2000, p. 60) destaca que os assentados permanecem nos coletivos porque acreditam fortemente que ele tende a dar certo enquanto experiência social e econômica, todavia, pondera que parte significativa dos associados está descontente, representando um potencial de desistências do coletivo. Para o autor, a principal motivação observada foi de ordem econômica, especialmente a possibilidade de ganhos monetários e o potencial maior do coletivo para recebimento de recursos externos, geralmente subsidiados.

Christoffoli (2000) observa também que todas as CPA's passam por processos em que gradativamente vão melhorando seus indicadores sociais. E para ele, esse fato é altamente significativo frente aos dados médios do meio rural, onde o analfabetismo atinge percentuais elevados e o nível de miséria é superior ao verificado no meio urbano.

Em relação à organização e estrutura interna, Christoffoli (2000, p. 282) observa que a dinâmica democrática interna nas cooperativas situa-se dentro da esfera definida como autogestão ao nível das unidades produtivas. Sendo que em duas das cooperativas estudadas (COOPERUNIÃO e COOPTAR), verifica-se um mecanismo democrático baseado em formulação da CONCRAB que é denominada de democracia ascendente e descendente, já nas demais se adota outras variantes do modelo auto gestor. Para o autor, é verificado um sentimento de participação em uma organização que luta pela transformação social e econômica do país.

*Em relação à ideologia dos participantes dos coletivos, constatou-se um sentimento forte de pertença e identidade com o MST, aliado a uma sólida ideologia anti-capitalista. A simpatia pelo socialismo, embora majoritária, é mais nítida entre os membros da direção/coordenação e entre os que participaram em mais atividades de formação política. (CHRISTOFFOLI, 2000, p. 286)*

De acordo com Christoffoli (2000), a experiência das cooperativas ligadas ao MST demonstra que a desistência de parte dos seus membros leva várias CPAs a situações de gradual inviabilização, devido ao fracionamento ocasionado na área coletiva. O que leva o MST a partir de 1995 adotar a recomendação de que os coletivos deveriam ser implementados preferencialmente em áreas totalmente coletivas.

Christoffoli (2000, p. 151), faz referência ao trabalho coletivo capitalista, que é aquele realizado de forma coletiva, por um conjunto de produtores associados convertidos em capitalistas, *o capitalista coletivo, com a finalidade de obtenção de lucro, empregando para*

*tal fim, além de seu próprio trabalho, o trabalho assalariado sistemático de terceiros.* E em sua análise das quatro cooperativas pesquisadas, duas adotam relações de trabalho assalariado sistemático, a COOPTAR e a COPAVI, porém para ele não se enquadra no conceito de coletivo capitalista, tendo em vista, o fator intencionalidade. De outro norte, a COOPERUNIÃO e a COOPCAL não contratava trabalho assalariado, seja na forma permanente seja na eventual, sendo que as únicas formas de contratação de trabalho assalariado eventual nelas se deram por ocasião da necessidade de trabalhos qualificados para os quais não existia mão-de-obra especializada dentro do coletivo, a exemplo de veterinários, eletricitistas, contadores, etc..

Ao final de seu trabalho Christoffoli (2000), conclui que existe espaço para o desenvolvimento de iniciativas de produção coletiva de inspiração socialista e autogestionária, conquanto que se consiga equacionar e superar as contradições. Mas, que na atual conjuntura capitalista considera que o mais provável é que a maioria dessas organizações pereça.

Nas pesquisas analisadas percebemos a proximidade em relação ao nosso estudo referente a constatação de que, mesmo com todas as contradições, principalmente as relacionadas ao que Chistoffoli chama de coletivo capitalista, há melhores resultados nos assentamentos que optam pelo modelo coletivo e que o patrimônio alcançado pelas cooperativas dificilmente seria auferido de forma individual.

### **3 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O COOPERATIVISMO NA PERSPECTIVA DE MARX E A PROPOSTA DO MST**

Realizada a estruturação da pesquisa, através da sistematização por revisão bibliográfica e da pesquisa de campo, temos agora elementos para compararmos a proposta de cooperativismo do MST com a perspectiva de Marx.

Para o desenvolvimento da análise realizamos um debate sobre a concepção e a perspectiva de Marx sobre cooperativismo com vistas na comparação ponto a ponto com a proposta do MST a qual a seguir apresentamos.

#### **3.1 A PERSPECTIVA E CONCEPÇÃO DE COOPERATIVISMO EM MARX E COMPARATIVOS COM A PROPOSTA DO MST**

Para realizarmos a análise comparativa entre a proposta de cooperativismo do MST com a perspectiva teórica de Marx, apresentamos inicialmente a concepção do autor sobre cooperativismo.

Todavia, antes de entrarmos propriamente no assunto, é necessário dar nosso entendimento sobre o que vem a ser perspectiva e concepção, visto que, na língua portuguesa pátria, certamente haverá uma enorme variedade de significados. Então, resumidamente, a perspectiva é o modo como se concebe ou se analisa uma situação, ponto de vista, perspectiva histórica e é realizada a partir de um contexto ou referência de onde se parte uma definição, a categorização, a medição ou a codificação de uma experiência. Já a concepção surge a partir da perspectiva, onde se cria algo concreto, onde se pode descrever exatamente o modelo que o autor pensa. Nesse sentido, a perspectiva é a própria teoria de Marx, a análise do próprio materialismo histórico e dialético e suas implicações e a concepção é a definição, a partir da perspectiva, quanto a determinado assunto, que no caso concreto é o cooperativismo.

Dessa forma apresentamos a concepção de Marx sobre cooperativismo, entendendo que não se pode desvincular esta de sua perspectiva.

Marx (1953) aposta na vitória da economia política do operariado sobre a dos proprietários, através das fábricas cooperativas levantadas por operários audazes, a qual não deveria ser superestimada para não cair na questão do socialismo vulgar, que mais à frente será apresentada, mas que representava que a produção em larga escala poderia ser realizada sem uma classe de patrões e, dessa forma, eliminar o trabalho assalariado pelo associado, assim dizia:

*Mas o futuro nos reservava uma vitória ainda maior da economia política do operariado sobre a economia política dos proprietários. Referimo-nos ao movimento cooperativo, principalmente às fábricas cooperativas levantadas pelos esforços desajudados de alguns hands audazes. O valor dessas grandes experiências sociais não pode ser superestimado. Pela ação, ao invés de por palavras, demonstraram que a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utiliza o trabalho da classe dos assalariados; que, para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de dominação e de exploração contra o próprio operário; e que, assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, o trabalhado assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa com gosto, entusiasmo e alegria. Na Inglaterra, as sementes do sistema cooperativista foram lançadas por Robert Owen; as experiências operárias levadas a cabo no Continente foram, de fato, o resultado prático das teorias, não descobertas, mas proclamadas em altas vozes em 1848. (MARX, 1953, p. 319)*

Dessa forma, para Marx, o trabalho cooperativo é um importante instrumento a ser utilizado pelo proletariado contra o monopólio capitalista da produção, levando em consideração a perspectiva socialista, porém deixa claro que se for realizado de forma isolada não conseguirá deter o desenvolvimento desse monopólio, sendo incapaz de libertar a realidade das massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria. Nesse sentido, para que o cooperativismo seja favorável deve ser desenvolvido em dimensões nacionais, senão vejamos:

*Ao mesmo tempo, a experiência do período decorrido entre 1848 e 1864 provou acima de qualquer dúvida que, por melhor que seja em princípio, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria. É talvez por essa mesma razão que aristocratas bem-intencionados, porta-vozes filantrópicos da burguesia e até economistas penetrantes passaram de repente a elogiar ad nauseam o mesmo sistema cooperativista de trabalho que tinham tentado em vão cortar no nascedouro, cognominando-o de utopia de sonhadores, ou denunciando-o como sacrilégio de socialistas. Para salvar as massas laboriosas, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido em dimensões nacionais e, conseqüentemente, incrementado por meios nacionais. Não obstante, os senhores da terra e os senhores do capital usarão sempre seus privilégios políticos para a defesa e perpetuação de seus monopólios econômicos. Em vez de promoverem, continuarão a colocar todos os obstáculos possíveis no caminho da emancipação do operariado. [...] Conquistar o poder político tornou-se, portanto, a tarefa principal da classe operária. (MARX, 1953, p. 319, 320)*

A concepção de Marx sobre o cooperativismo é que a produção em larga escala pode ser realizada sem uma classe de patrões, ou seja, a inversão da ordem onde a maioria, a classe trabalhadora esteja no comando, e dessa forma, se abriria a possibilidade de substituir o trabalho assalariado pelo associado, mas para que seja suficiente para combater a produção capitalista é necessário ser realizada em dimensões nacionais. Mas há que se perceber que autor lembra que os capitalistas e os latifundiários sempre usarão seus privilégios políticos para defenderem e perpetuarem seus interesses de acumulação, colocando todos os bloqueios necessários para o insucesso do proletariado. Obviamente, para que esse cooperativismo seja instrumento favorável a transformação social deverá, necessariamente, seguir as perspectivas do socialismo em vista a emancipação humana.

Nesse sentido, Marx resume sua concepção de cooperativismo:

*Se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um ardil; se há de substituir o sistema capitalista; se as sociedades cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, conseqüências inevitáveis da produção capitalista – que será isso, cavalheiros, senão comunismo, comunismo ‘realizável’.* (MARX, 1953, p. 84)

Dessa forma, a concepção de cooperativismo de Marx é que este deve ser desenvolvido a nível nacional, com o controle do proletariado, substituindo a relação de produção e propriedade existentes (a individual e privada pelo trabalho associado e de forma coletiva) e que as cooperativas possam ser interligadas visando a regulação da produção do país, seguindo um plano comum, para controlar e por fim as constantes crises do sistema capitalista.

A estrutura do sistema cooperativo do MST é organizada em Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), que são as próprias cooperativas dos assentamentos, as Centrais Cooperativas dos Assentamentos, que tem como objetivo articular as experiências a nível de Estado, o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), responsável pela organização e criação das CPAs e para coordenar e planejar todo o sistema a nível nacional, fundaram a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB).

Essa estrutura visa contrapor ao modelo capitalista de cooperativas implantado no Brasil, que é coordenado pelo setor patronal através da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB).

Se observarmos apenas essa concepção afastada da perspectiva de Marx, podemos incorrer em erros na análise comparativa, tendo em vista, que com as CPA's, SCA's, CCA's e

a CONCRAB é verificado que o MST visa implantar um sistema cooperativo a nível nacional com vistas à transformação da sociedade, e a minimização da pobreza no campo através do controle da produção pela classe trabalhadora, entretanto, ao realizarmos uma análise mais profunda da proposta e prática do MST, verificaremos que a ênfase acaba sendo predominantemente econômica.

Nesse sentido, iniciamos a análise sobre a perspectiva de Marx sobre cooperativismo, visto que muitos podem dizer que o cooperativismo não faz parte do arcabouço de suas teorias, por tratar-se de um instrumento que reproduz em muitos aspectos o modelo capitalista de produção.

Numa simples análise poderíamos concordar com a afirmação, excluindo assim, o cooperativismo da perspectiva do autor, tendo em vista, além da exposição anterior do cooperativismo prático visto como precarização do trabalho, ainda que, o comunismo é justamente uma sociedade sem classes ou Estado e principalmente sem as imperfeições do sistema capitalista.

Todavia, ao percorrermos as diversas obras de Marx e unindo as ideias e princípios defendidos pelo autor, não se prendendo apenas em fórmulas, manuais e interpretações das mais diversas de autores marxistas, constataremos que o autor diz que entre a sociedade capitalista e a comunista medeia uma fase de transformação revolucionária, um período político de transição, onde o Estado deverá ser a ditadura revolucionária do proletariado, o socialismo e, dessa forma, o comunismo não se desenvolve a partir de sua própria base, mas a partir de uma base que acaba de sair da sociedade capitalista e assim apresenta todos os aspectos dessa sociedade.

*Aquilo com que temos aqui a ver é com uma sociedade comunista, não como ela se desenvolve a partir da sua própria base, mas, inversamente, tal como precisamente ela sai da sociedade capitalista; [uma sociedade comunista], portanto, que, sob todos os aspectos — económicos, de costumes, espirituais —, ainda está carregada das marcas da velha sociedade, de cujo seio proveio. (MARX, 1953, p. 213)*

Assim, na perspectiva de Marx, a primeira observação é que as cooperativas de trabalhadores, a exemplo do socialismo, é uma primeira ruptura, porém dentro do próprio sistema capitalista cuja organização naturalmente reproduz todos os seus defeitos, mas que nelas é suprimida a oposição entre capital e trabalho, conquanto que, necessariamente, o proletariado esteja consciente da necessidade de transformação social na perspectiva socialista, visando o objetivo final que é a emancipação humana, o comunismo. Nesse sentido escreve:

*Las fábricas cooperativas de los obreros mismos son, dentro de la forma tradicional, la primera brecha abierta en ella, a pesar de que, donde quiera que existen su organización efectiva presenta, naturalmente, y no puede por menos de presentar, todos los defectos del sistema existente. Pero dentro de estas fábricas aparece abolido el antagonismo entre el capital y el trabajo, aunque, por el momento, solamente bajo una forma en que los obreros asociados son sus propios capitalistas, es decir, emplean los medios de producción para valorizar su propio trabajo. (MARX, 1894, p. 520)*

O trecho acima transcrito do livro III do Capital de Marx demonstra claramente que as cooperativas de trabalhadores, no interior do regime capitalista, são a primeira ruptura com o sistema, pois se suprime a oposição entre capital e trabalho, porém, reproduz todos os defeitos do sistema capitalista.

Nesse ponto específico verificamos certa semelhança com a proposta do MST, tendo em vista, que o modelo pensado visa a transformação da sociedade e a minimização da pobreza no campo, através do controle da produção pela classe trabalhadora, mas que em diversos aspectos reproduz os defeitos do sistema capitalista.

Mas é necessário distinguir o cooperativismo vulgar da perspectiva de Marx, pois naquele, o socialismo é exposto como uma doutrina que gira principalmente em torno da distribuição, de questões puramente econômicas, onde as condições materiais de produção seria meramente substituir a propriedade privada capitalista pela coletiva dos operários e não uma fase transitória, ou um instrumento, onde o objetivo principal será alcançar a emancipação humana, o comunismo.

Nesse sentido, Marx (1953) exemplifica as fantasias do partido operário alemão que exigiam que fossem criadas cooperativas de produção pelo Estado para o surgimento de uma nova sociedade socialista e disse:

*O fato de que os operários desejem estabelecer as condições de produção coletiva em toda a sociedade e antes de tudo em sua própria casa, numa escala nacional, só quer dizer que obram por subverter as atuais condições de produção, e isso nada tem a ver com a fundação de sociedades cooperativas com a ajuda do Estado. E, no que se refere as sociedades cooperativas atuais, estas só têm valor na medida em que são criações independentes dos próprios operários, não protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses. (MARX, 1953, p. 220)*

Marx, dessa forma, demonstra que não é o cooperativismo em si o responsável por criar a sociedade socialista, mas que pode ser um instrumento favorável para essa transformação, exemplificando a diferença entre a sua perspectiva e a do partido operário alemão, onde colocava que a criação de cooperativas de trabalhadores pelo Estado significará a dependência e a submissão do proletariado aos ditames do governo que estiver no controle

do país e mais que isso, significará torna-los reféns e com grandes possibilidades de serem aniquilados a qualquer momento. E obviamente um modelo como esse, jamais modificará o sistema e muito menos levará a uma nova sociedade socialista.

Então, a segunda observação na perspectiva de Marx é que o cooperativismo não é o fim, mas pode ser um instrumento que auxilie na luta pela emancipação do operariado desde que haja a independência desses em relação aos governos e à ordem burguesa.

Neste ponto é preciso analisar o modelo de cooperativismo pensado pelo MST e verificar até que ponto se insere ou não no conceito do cooperativismo vulgar descrito por Marx.

Nesse sentido, vimos que é a partir da teoria da organização no campo que o cooperativismo no movimento toma forma mais concisa e este coloca que a implantação das cooperativas deve interagir com a luta pela transformação da sociedade através do avanço da cooperação no processo produtivo, com a utilização de recursos industrializados, a divisão do trabalho e a produção em larga escala, onde a base da organização é a abordagem conceitual e os postulados de Karl Kautsky.

De acordo com o dicionário político marxista, Kautsky é um dos principais teóricos da social democracia alemã e a princípio se tornou depois da morte de Engels, o mais fiel interprete da doutrina marxista. Entretanto, em que pese seus escritos terem atingido notoriedade no movimento operário, não demora muito para os mais diversos autores ligados a Marx, dentre os quais, Engels e Lenin perceberem que se tratava de um revisionista, um oportunista, desfigurador da teoria socialista.

Mattick (1939, p. 2) retrata de forma esclarecedora a maior contribuição de Kautsky para o movimento operário, enfatizando que este se pauta nas teorias não revolucionárias de Bernstein, em que pese ter sido crítico em épocas anteriores. Essa situação objetiva, de acordo com Mattick, transforma os sucessos do movimento operário na via da sua liquidação final, com a criação de uma ideologia não revolucionária melhor adaptada que a de Bernstein, a qual é posteriormente substituída pelo discurso do social-reformismo, do oportunismo, do social-patriotismo, o que caracteriza uma descarada traição.

Para Mattick (1939, p. 2) a maior relevância nas mudanças do movimento socialista promovidas por Kautsky, é o fato de esta ser aprovada pela maioria dos operários organizados, apesar de serem as principais vítimas.

Um fator observado por Mattick (1939, p. 3), que contribui para difusão das teorias de Kautsky, é que as massas e seus dirigentes são tão pouco revolucionários que ambos acabam por buscar a participação no progresso capitalista, passando a se organizar não só com vista a

obterem uma parte maior do produto social, mas também para melhor se fazerem ouvir no plano político, aprendendo a pensar em termos de democracia e a colocar-se na posição de consumidores exigindo o acesso aos benefícios da cultura e da civilização.

*A proliferação de historiadores do movimento operário, poetas, economistas, jornalistas, médicos, dentistas, todos ao serviço dos operários, assim como a multiplicação de deputados socialistas e de burocratas sindicais, era o índice mais evidente da triunfal socialização da sociedade, a qual se tornava simultaneamente, e cada vez mais, a sociedade dos operários. Tudo em que se pudesse participar de um modo crescente, não tardava a ser julgado digno de defesa. Para o antigo movimento operário, a expansão do capital significava bem-estar e consideração; esta era uma profunda convicção, ao mesmo tempo consciente e inconsciente. Limitando-se a actuar no contexto do capitalismo, as organizações operárias viriam pouco a pouco a fazer seus os problemas da rentabilidade do capital, contentando-se em opôr uma resistência puramente verbal às frenéticas rivalidades que a concorrência suscitava entre os países capitalistas. (Mattick, 1939, p. 4).*

A partir desta elucidação sobre Kautsky, não é difícil compreender como se pauta a teoria de organização no campo e, conseqüentemente, a proposta de cooperativismo do MST, senão relembremos que na seção 2 fica evidenciado que as cooperativas estavam destinadas a ser uma empresa econômica e as relações de trabalho no campo devem ser pautadas pelas mesmas condições do trabalho urbano, semelhantes à indústria, visando o aumento da produtividade e a sua inserção na economia capitalista. Chegando ao ponto de se estabelecer a consciência organizativa a ser alcançada pelos assentados com vista a transformação social.

Nesse contexto, percebe-se que a proposta do MST ao seguir o reformismo de Kautsky se afasta da perspectiva de cooperativismo em Marx.

Apesar de não se poder resumir a proposta de cooperativismo do MST, na teoria de organização no campo, tendo em vista esta, principalmente relacionado aos laboratórios experimentais, ter sido considerada por lideranças do próprio movimento, a exemplo de Stédille, como ortodoxa e limitada e, ainda que nos estudos realizados e nas experiências práticas, é aplicada em apenas uma das cooperativas.

Todavia, a crítica do movimento sobre a teoria da organização no campo é em cima dos laboratórios experimentais, e nossa pesquisa ao analisar os demais pressupostos, que se baseiam principalmente nas questões econômicas, percebe-se, que atinge todas, com exceção da Cooperunião que opta pelo modelo do trabalho associativo.

A opção pela teoria revisionista, também é verificada no caderno de nº 2 publicado pela CONCRAB, onde tratam do cooperativismo no pensamento marxista e acrescentam os postulados de Kautsky e o autor responsável pela apresentação é Rui Namorado que considera

que o cooperativismo harmoniza-se bem com o reformismo e é um elemento aproveitável por qualquer estratégia reformista.

Continuando na análise da perspectiva de Marx, este considera que a sociedade cooperativa deve ser fundada no patrimônio coletivo dos bens de produção, onde o trabalho individual é componente do trabalho total dos produtores e o trabalho despendido nos produtos não aparece mais como qualidade material, mas sim pertencente a um todo, conforme podemos observar a seguir:

*No interior da sociedade cooperativa, fundada no património comum dos bens de produção, os produtores não trocam os seus produtos; tão-pouco aparece aqui o trabalho empregue nos produtos como valor desses produtos, como uma qualidade material [sachlich] possuída por eles, uma vez que agora, em oposição à sociedade capitalista, os trabalhos individuais não existem mais enviesadamente, mas imediatamente, como partes componentes do trabalho total. As palavras provento do trabalho, rejeitáveis hoje em dia também por causa da sua ambiguidade, perdem, assim, todo o sentido. (MARX, 1953, p. 213)*

Assim, a terceira observação é que o cooperativismo jamais deve ser estruturado nem mesmo próximo da linha atual com relação de propriedade existente (a individual e privada) devendo, necessariamente, todos os bens de produção ser coletivos e o trabalho individual ser visto como componente do trabalho total.

Nesse contexto verificamos que a proposta do MST se afasta da perspectiva de Marx, tendo em vista, principalmente as experiências práticas analisadas, com exceção da Cooperunião, a propriedade e os frutos do trabalho são individuais e não um componente de um todo, em que pese os principais meios de produção (maquinário, tratores, instalações) ser do coletivo.

Mas na análise da perspectiva de Marx sobre cooperativismo, é preciso recordar que o materialismo histórico e dialético percorre necessariamente o processo de tese (relação de produção e propriedade existentes, que gerará o conflito, capitalismo), antítese (nova ordem instituída com proletariado assumindo o controle do Estado, o socialismo) e a síntese (sociedade sem classes através da emancipação humana, o comunismo).

Neste processo dialético, principalmente da tese para a antítese, Marx fala que o proletariado observará as perdas oriundas do sistema capitalista e tenderá a revolucionar implantando o socialismo, conquanto, deixa claro que para que a transformação social, nesse molde, seja possível é necessário que os trabalhadores estejam conscientes e sem utopias prontas e acabadas.

Isso induz-nos a dizer que se nessa observação das perdas, o proletariado não possuir a consciência de classe, as mudanças serão em vão e não implicarão em transformações sociais nos moldes socialistas.

Isso nos parece muito próximo da análise de Lukács (1960), ao referir-se sobre a falsa consciência de classe, a qual para ele não é capaz, em razão de sua própria natureza, de tomar uma forma plenamente clara e de influenciar conscientemente os acontecimentos históricos.

Dessa forma, o destaque e a observação necessária é que o processo dialético só terá seu percurso sequencial e lógico, quando a classe trabalhadora alcançar a consciência de classe na perspectiva de Marx, pois do contrário, pode nem ocorrer a passagem da tese para antítese, ou mesmo em ocorrendo, sempre haverá o retorno para uma nova tese.

Nesse contexto, a consciência de classe do proletariado é fator fundamental para que a concepção de cooperativismo seja instrumento favorável para operar uma transformação social e nesse sentido, é que abrimos a pergunta realizada por Lukacs em 1920, “*Que significa, pois, a consciência de classe?*”.

Vimos na primeira seção que no desenvolvimento das forças produtivas é atingido um estágio no qual se produzem forças de produção e meios de intercâmbio que, sob as relações de produção e de propriedade vigentes (propriedade privada), só causam desgraça, que já não são forças de produção, mas forças de destruição e por conta da desumanidade criada, que não é mais possível encobrir, o homem começa a observar e a criar a consciência de todas as perdas e verifica que a única saída é revolucionar. Consequentemente, o proletariado percebe que para se libertar e voltar a “ser humano” terá de suprimir suas próprias condições de vida e para isso, tem de abolir todas as condições de vida desumanas na sociedade.

Ocorre, que vimos também, que a totalidade das relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica, econômica e política, e à qual correspondem determinadas formas de consciência social.

Dessa forma, o modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual e mais que isso, as ideias da classe dominante em qualquer época, constituem as ideias predominantes na sociedade.

Então, podemos ter em determinado período uma consciência social ou “falsa consciência”, onde se perpetua os interesses de acumulação, ou seja, os interesses do capitalista, e acontece de, para atender os seus propósitos, as ideias assumirem cada vez mais uma forma universal, apresentando-se o interesse dessa classe como o interesse geral de toda

a sociedade, ou seja, em determinada época as ideias da burguesia se tornam a expressão ideal e aparecem e são apresentadas como as únicas racionais e universalmente válidas.

Obviamente não é dessa consciência de classe que Marx se refere, que pelo seu caráter contraditório, jamais será suficiente de operar transformações sociais. E como diz Lukacs (1960, p. 17), na medida em que esse princípio inconscientemente revolucionário da evolução capitalista se eleva à consciência social, a burguesia refugia-se ideologicamente na defensiva consciente. E dessa forma, a "falsa" consciência da burguesia adquire mais força, transformando-se na falsidade da consciência e por isso, se torna inelutavelmente necessário para eles (os capitalistas), adquirir, sobre cada questão particular, uma consciência tão clara quanto possível de seus interesses, intentando ao máximo que a consciência não se estenda às questões que leve à compreensão da totalidade. E nesse sentido, a condição inelutável da manutenção do regime capitalista é que as outras classes se iludam, permanecendo com uma consciência de classe confusa.

Percebe-se, então, que a compreensão da totalidade pelo proletariado é condição primordial para que sua consciência de classe não seja confusa e iludida como quer a burguesia. E o que é essa compreensão da totalidade?

A compreensão da totalidade não é nada mais que o proletariado entender que ele é o responsável por toda a produção e comercialização das mercadorias, que o valor desta é determinado a partir do tempo de seu trabalho despendido, que seu salário é pago por ele próprio e que só é de subsistência porque a maior parte do valor gerado na venda das mercadorias produzidas vai para o capitalista, que não participa sequer do processo de produção.

Entender, como disse Marx (1996, p. 203, 204), que o processo de produção capitalista transforma continuamente a riqueza material em capital, em meios de valorização e de satisfação para o capitalista e que de outro norte, o trabalhador sai desse processo sempre como nele entrou. Que a tecnologia é o meio mais poderoso de elevar a produtividade do trabalho, isto é, de encurtar o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, tornando-se a portadora do capital e o mais poderoso meio de prolongar a jornada de trabalho para além de qualquer limite natural. Que ela cria, por um lado, novas condições que capacitam o capital a dar livre vazão a essa sua tendência constante e, por outro lado, novos motivos para aguçar seu apetite voraz por trabalho alheio. E que essa tecnologia, que poderia ser utilizada para diminuição do trabalho despendido pelos trabalhadores, liberando-o para outras questões do dia a dia, como o lazer, a educação, etc., ocorre justamente o contrário, porque a lógica que estrutura o sistema capitalista de produção, está baseada na propriedade

privada e conseqüentemente os resultados do labor da maioria vai parar nas mãos de uma minoria.

Ao entender tais questões, compreenderá que o processo de produção é, ao mesmo tempo, um processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, mas também o produto do trabalhador transformado continuamente não só em mercadoria, mas em capital que explora a sua força criadora, ou seja, o próprio trabalhador. E que tudo isso, não é nada mais que um meio de fazer com que o próprio operário, produtor de toda a riqueza objetiva, do capital, se veja estranho ao que produz, sendo dominado e explorado pelo mesmo.

Compreender que a tecnologia, que é adquirida a partir do seu próprio trabalho, produz uma elevação da produtividade, ou seja, onde se produzia 10 mercadorias em determinado tempo de trabalho, agora se produz 30, mas que na verdade isso nada mais é do que elevação da apropriação do seu trabalho excedente. Não bastasse essa elevação da apropriação pelo capitalista, esse processo leva necessariamente a diminuição do número de trabalhadores no processo de produção, pois onde trabalham dez, com introdução da máquina, será necessário apenas um trabalhador. Assim, perceberá que mesmo sendo o responsável por gerar toda a riqueza do capitalista, ainda assim, será descartado como qualquer mercadoria.

Compreender a totalidade é também conseguir enxergar, como dizia Marx (1996, p. 255), que toda acumulação torna-se meio de nova acumulação, pois cria-se um processo cíclico onde o trabalho excedente, expropriado do trabalhador, irá entrar em novo ciclo e assim gerar ainda mais riquezas nas mãos do capitalista, e assim sucessivamente. Toda essa riqueza sempre multiplicada a cada ciclo amplia a concentração do capital nas mãos dos capitalistas individuais, surgindo assim a base de produção em larga escala e com isso, haverá ainda mais a concentração dos meios de produção nas mãos dos capitalistas.

Um detalhe na observação de Marx, é que essa concentração inicialmente está dispersa nas mãos de diversos capitalistas, porém, com o seu desenvolvimento começa a surgir a repulsão recíproca entre os próprios capitalistas, ou seja, o fenômeno da expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores.

Esse é um dos motivos que Marx no manifesto comunista diz que alguns capitalistas passam para o lado da luta do proletariado por entenderem que também se sucumbem, pois, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista cresce o tamanho mínimo do capital individual que é requerido para conduzir um negócio sob suas condições normais. E nesse sentido, os capitais menores disputam, por isso, esferas da produção das quais a grande indústria se apodera apenas de modo esporádico ou incompleto. A concorrência se

desencadeia aí com fúria diretamente proporcional ao número e em proporção inversa à grandeza dos capitais rivais. Termina sempre com a ruína de muitos capitalistas menores, cujos capitais em parte se transferem para a mão do vencedor.

Esse fator de expropriação de capitalista por capitalista, como diz Marx (1996), deve ser compreendido pelo proletariado como sendo a diminuição da demanda relativa por trabalho e com isso de um lado, o capital adicional constituído no decurso da acumulação atrai em proporção a seu tamanho, menos e menos trabalhadores e de outro, o velho capital, reproduzido periodicamente em nova composição, repele mais e mais trabalhadores anteriormente ocupados por ele.

Não obstante, o trabalhador na análise da totalidade perceberá que o efeito mais maléfico nesse processo é o envio de mais e mais trabalhadores à grande zona dos desempregados ou, como nomeado por Marx, ao Exército Industrial de reserva. E não é difícil perceber como esse exército de desempregados é funcional à elevação da acumulação do capitalista, pois se de um lado a parte empregada tem excesso de trabalho, de outro, a parte desempregada exerce maior pressão sobre a primeira, levando ambas a se digladiarem e manterem-se submissas aos ditames do capital.

Ao final os trabalhadores, nessa perspectiva, chegarão à mesma conclusão de Marx (1996, p. 270), ao dizer que os operários desvendam o segredo de como pode acontecer que, na mesma medida em que trabalham mais, produzem mais riqueza alheia e na medida em que a força produtiva de seu trabalho cresce, essa se torna cada vez mais precária a eles mesmos.

No caminho que leva à compreensão da totalidade, o trabalhador perceberá que não é só os que vivem na cidade que são atingidos pela ganância do capitalista, mas também, a massa dos camponeses ou pequenos proprietários rurais, pois, conforme dizia Marx (1996, p.272), a produção capitalista se apodera da agricultura, e conseqüentemente, a demanda por trabalhador rural decresce de modo absoluto e, dessa forma, tal população é obrigada a transferir-se para o proletariado urbano. Essas pessoas transferidas para a cidade se torna visível assim que os canais de escoamento se abrem de modo amplo e o trabalhador rural é rebaixado para o mínimo do salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo. A verificação desse fato ocorreu no Brasil, conforme demonstrado na primeira seção, o que levou a própria formação do movimento dos trabalhadores sem terra.

Há ainda, conforme descrito por Marx (1996), a categoria do exército de reserva relativa, a estagnada, que constitui parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular. Essa parcela proporciona ao capital um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível normal

médio da classe trabalhadora empregada, e exatamente isso faz dela uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. É caracterizada pelo máximo do tempo de serviço e mínimo de salário. Estamos falando na atualidade da grande massa dos trabalhadores informais ou autônomos.

Finalmente, a classe trabalhadora não pode deixar de compreender que o mais profundo sedimento da sociedade (os vagabundos, os delinquentes, as prostitutas, os órfãos, os aleijados, as viúvas, os doentes, etc, que vagam pelas metrópoles), também são gerados pelo sistema capitalista.

Essa camada social, conforme conclui Marx (1996), consiste nos aptos para o trabalho, onde sua massa se expande a cada crise e decresce a toda retomada dos negócios, nos órfãos e crianças indigentes, que são candidatos ao exército industrial de reserva e, em tempos de grande prosperidade são rápida e maciçamente incorporados ao exército ativo de trabalhadores e os últimos são os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho que são notadamente indivíduos que sucumbem devido a sua imobilidade, causadas pela divisão do trabalho, aqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador, as vítimas da indústria, cujo número cresce com a maquinaria perigosa, minas, fábricas químicas etc..

Assim, o trabalhador ao compreender a totalidade, entenderá que ele estará necessariamente, em uma das categorias anteriores e que poderá chegar ao asilo dos inválidos, o pauperismo, sendo o peso morto do exército industrial de reserva e que tudo isso, constitui uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza.

Nesse sentido, o trabalhador conseguirá compreender claramente a conclusão de Marx, a seguir exposta:

*Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva.*

*A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista. (MARX, 1996, p. 274)*

E compreendendo essa lei da acumulação capitalista, os trabalhadores perceberão que apenas a classe responsável por produzir toda a riqueza será também capaz de, conscientemente, reverter toda a situação desumana causada pelo sistema capitalista. E esse

processo se dá através da compreensão da totalidade, pois só assim, o proletariado alcançará a verdadeira consciência de classe necessária às transformações sociais nos moldes socialistas.

E voltando a análise comparativa, pode se perceber que com o revisionismo de Kautsky, adotado na proposta de cooperativismo do MST, o movimento, na maioria das cooperativas, até consegue uma maior participação no progresso capitalista, tendo muitas delas construído uma enorme propriedade e, ainda, se fazem ouvir no plano político. Porém, a partir da desvinculação entre uma cooperativa com as demais, pelas dificuldades em se manter o coletivo e até mesmo pelo afastamento de assentamentos do movimento, conduz-nos a dizer que é fruto justamente dessa opção pela reforma da teoria marxiana, o que leva a uma perda da identidade de lutas, do papel de vanguarda, ocorrendo de nos dias atuais, haver a sensação da falta de poder de reação que possuíam na década de 1980. E nesse aspecto, a análise de Mattick (1939) sobre os escritos de Kautsky, detalha perfeitamente os resultados do modelo implantado pelo MST.

Então, uma proposta que em seu arcabouço é pensada nas linhas do pensamento de Marx, devido ao seu revisionismo, acaba por contribuir com a difusão das ideologias da burguesia, auxiliando a força do desenvolvimento do sistema capitalista de produção, desviando-se dessa forma do projeto socialista que buscavam.

Atualmente, inclusive se estendêssemos a análise para outros os movimentos de inspiração marxista, perceberemos que essa situação se repete em todas as esferas do movimento operário, não só no MST.

E cabe neste momento lembrar a indicação de Marx (1953) sobre a tarefa da Associação Internacional, que era de generalizar e unificar os movimentos da classe operária, mas nunca lhes prescrever ou de lhes impor um sistema doutrinário, seja ele qual fosse, não devendo proclamar um sistema de cooperação, limitando-se a enunciar os princípios gerais, que a seguir expomos.

1 – O grande mérito do movimento cooperativo é o de demonstrar que o sistema capitalista é despótico, empobrecedor que subordina o trabalhador ao capital e que este pode ser substituído pela associação dos produtores livres e iguais;

2 – O sistema cooperativo restrito aos esforços individuais é impotente para transformar a sociedade capitalista;

3 – As sociedades cooperativas devem divulgar seus princípios para formação de novas cooperativas com o mesmo intuito;

4 – Para evitar que as cooperativas de trabalhadores se transformem em uma cooperativa capitalista é necessário que qualquer operário empregado receba o mesmo salário seja associado ou não.

Ao avaliarmos tais princípios e compararmos com a proposta teórica e prática do cooperativismo no MST, verificamos que com exceção da Cooperunião, todas fogem a tais princípios.

E por isso, a compreensão pelo trabalhador deve e precisa ir além do que foi exposto até aqui, pois, o capitalista, certamente, irá contrapor, com suas fábulas ideológicas, toda a realidade que compõe a totalidade das relações de produção e de propriedade existente.

Vejamos que, desde Adam Smith em 1776, uma gama de autores, inclusive, contemporâneos, induz que a distribuição injusta da riqueza, onde uma minoria fica com a maior parte, se dá pelo fato de eles (os capitalistas) é quem possui o capital inicial para o desenvolvimento de todo processo produtivo. Mas de onde surge esse capital primitivo? Vieram dos deuses? Na época em que imperava os reis, talvez essa resposta fosse aceitável, mas como, graças a Deus, essa falácia com o desenvolvimento da consciência de classe tende a ser superada, a classe trabalhadora compreenderá a desmistificação do assunto realizada por Marx, senão vejamos:

*Viu-se como o dinheiro é transformado em capital, como por meio do capital é produzida mais-valia e da mais-valia mais capital. A acumulação do capital, porém, pressupõe a mais-valia, a mais-valia a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos sair supondo uma acumulação “primitiva”, precedente à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida. (MARX, 1996, p. 339)*

E esse ponto de partida, diz Marx (1996, p. 338), que desempenha, na economia política burguesa, um papel análogo ao pecado original na teologia, onde Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado sobreveio à humanidade. Para os autores burgueses, inclusive os contemporâneos, em tempos muito remotos, havia uma elite trabalhadora, inteligente e sobretudo poupadora, e, de outro, vagabundos dissipando tudo o que tinham e por isso, se explica que os primeiros acumularam riquezas e os últimos nada tinham para vender senão sua própria pele. E desse pecado original data a pobreza da grande massa que até agora, apesar de todo seu trabalho, nada possui para vender senão a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham parado de trabalhar.

Esse pecado original, ironicamente dito por Marx, é um dos responsáveis pela grande maioria aceitar todos os desmandos, as explorações e expropriações realizadas pelos capitalistas. Mas quando o trabalhador, em sua busca pelo conhecimento da totalidade, avaliar os pormenores da acumulação primitiva, compreenderá, inclusive nos dias atuais, que esse capital inicial sempre é construído durante toda a história através das barbáries, onde grandes massas humanas foram arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários, conforme dizia Marx (1996), e ainda, a expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo, sendo que a história do capital inicial está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo.

Quando a classe trabalhadora começa a observar a história, perceberá que a origem de todo capital se deu sempre através da expropriação violenta do homem pelo homem, seja, na conquista da suméria, mais de 2500 anos antes de cristo, passando pelas guerras romanas, turcas ou persas, das cruzadas, *da descoberta das terras, do ouro e da prata, na América, da conquista das Índias Orientais, da transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras (MARX, 1996, p. 370)*, todas elas foram motivadas pela conquista territorial e econômica, ou seja, pelo capital, havendo nelas a característica do extermínio ou da escravização da população nativa. E não é diferente nos dias atuais, basta analisarmos se os motivos para a invasão do Iraque ou Afeganistão eram a busca por armas químicas e terroristas ou simplesmente petróleo.

A análise da realidade pela classe trabalhadora leva a mesma resposta quanto às motivações das guerras anteriores e das atuais, que levam sempre a dizimação de uma população de um país, que é a busca incessante pelo capital. Mas toda essa construção do capital primitivo não se resume às guerras internacionais, em que pese serem as que tornam determinados países em potências mundiais, pois, há também os diversos conflitos internos, a exemplo das invasões e expulsões ocorridas nas terras camponesas, realizadas pelos latifundiários e isso ficou evidenciado no Brasil, conforme exposto na primeira seção.

Mas como disse Marx (1996, p. 340, 341), o liberal burguês, em suas teorias ideológicas, dirá que a estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal e da decomposição desta que liberou os elementos daquela, onde o produtor direto, o trabalhador, somente pôde dispor de sua propriedade depois que deixa de estar vinculado à gleba e de ser servo ou dependente de outra pessoa para tornar-se livre vendedor de força de trabalho. Assim, o movimento histórico, que transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece, por um lado, como sua libertação da

servidão e da coação corporativa e esse aspecto é o único que existe para os escritores burgueses da história, mas, não mencionam que esses recém-libertados só se tornaram vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência foram saqueadas das velhas instituições feudais.

E não é só isso, pois, conforme analisa Marx (1996, p. 355), nos escritos burgueses não aparece que uma grande parte do proletariado livre, expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela intermitente e violenta expropriação da base fundiária, foram bruscamente arrancados de seu modo costumeiro de vida e, por isso, não conseguiram enquadrar-se de maneira igualmente súbita na disciplina da nova condição, convertendo-se em massas de esmoleiros, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição e na maioria dos casos por força das circunstâncias.

Então, o trabalhador, ao realizar a análise da realidade, enxergará a origem do capital que coloca todo o processo de acumulação em desenvolvimento e entenderá a conclusão de Marx (1996, p. 379): *Se o dinheiro vem ao mundo com manchas naturais de sangue sobre uma de suas faces, então o capital nasce escorrendo por todos os poros sangue e sujeira da cabeça aos pés.*

Dessa forma, compreender a totalidade é a classe trabalhadora perceber que se tornam alienados de sua própria atividade, que o produto de seu trabalho só é estranho a eles, porque, na relação de produção e propriedade existente, este pertence a outra pessoa, alguém que nem sequer participou da produção e a partir daí se desenvolve um sistema que extorque toda a sociedade.

Ao analisar a totalidade, o proletariado entenderá que uma minoria domina, expropria, humilha a maioria que é responsável por toda produção da riqueza do país, que essa pequena parte utiliza-se de instrumentos a exemplo da “grande mídia” para difundir suas ideologias e manter-se como classe dominante.

Mas, no desenvolvimento da consciência, através da compreensão da totalidade, é necessário também compreender a diferença entre ideologia e consciência de classe, pois a primeira é o conjunto de ideias prontas de um indivíduo ou grupo de indivíduos, os quais buscam persuadir e convencer as demais consciências humanas, com intenção, na maioria das vezes, de dominação. Já a segunda é formada a partir da compreensão da totalidade do processo material, histórico e dialético.

Marx sempre se refere a ideologia como vinda da burguesia, da classe dominante, porém cabe a indagação se ela parte apenas da classe dominante ou pode também surgir da própria classe trabalhadora?

Como visto, ela é um conjunto de ideias que surgem de um grupo de indivíduos e não a partir da análise e percepção concreta da realidade. Assim, qualquer consciência que não se pautar pela compreensão da totalidade, mesmo vinda de grupos da classe trabalhadora, tenderá a ser uma consciência ideológica ou falsa e de acordo com Lukacs (1960), pode inclusive ser mais maléfica que a própria ideologia burguesa.

Em ambos os casos, a consciência formada pela influência ideológica, tanto de grupos da classe dirigente, como da classe trabalhadora, não é uma consciência de classe e em nosso entendimento será bem mais prejudicial se for enviesada pela ideologia da burguesia, tendo em vista, os interesses serem antagônicos, mas será também prejudicial em se tratando de ideologias vindas da classe trabalhadora.

Nesse sentido, parece-nos muito próximo da interpretação de Buey (2004, p. 131) sobre o assunto, dizendo que a ideologia é um corpo de ideias que aspiram à universalidade e à verdade mais abstrata, mas só representam interesses parciais, particulares e que Marx não escreveu uma teoria das ideologias, mas uma crítica a essas, utilizando o termo de forma pejorativa para exemplificar a ideologia da classe dominante, que representam as ilusões hegemônicas que essa classe faz de si mesma e do seu papel no mundo.

Do mesmo modo dizia Lukacs (1960, p. 21) que *toda tática sem princípios rebaixa o materialismo histórico até fazê-lo uma mera "ideologia", força o proletariado a um método de luta burguesa (ou pequeno-burguesa), priva-o de suas melhores forças, destinando à sua consciência de classe o papel de uma consciência burguesa, mero papel de acompanhamento ou de freio dele próprio.*

É um exemplo atual de uma consciência pautada na influência ideológica, ou mesmo, de uma análise particionada da própria classe trabalhadora, é o próprio modelo de cooperativismo do MST, pois, em que pese buscar uma sociedade justa e igualitária, se estrutura apenas nas questões meramente econômicas, sendo que, as particularidades relacionadas ao projeto concreto de socialismo ficam em segundo plano e por isso deve-se lembrar da análise de Lukacs (1960, p. 29), onde a luta para o estabelecimento de uma sociedade igualitária, da qual a ditadura do proletariado é uma simples fase, não é apenas uma luta contra o inimigo exterior, a burguesia, mas simultaneamente uma luta do proletariado contra si mesmo, contra os efeitos devastadores e degradantes do sistema capitalista na formação de sua consciência de classe.

Então qualquer instrumento, a exemplo do cooperativismo, para ser favorável a operar transformações sociais, deve ser pautado na análise da realidade, na compreensão da

totalidade, longe da influência de qualquer ideologia, ou seja, deve ter a classe trabalhadora consciente de seu papel transformador e nesse sentido, dizia Lukacs:

*[...] somente intensificando seu caráter consciente, agindo conscientemente e exercendo uma autocrítica consciente, é que o proletariado transformará a intenção dirigida axialmente para a verdade, despojando-a de suas falsas máscaras, em uma consciência verdadeiramente correta e de porte histórico, que subverterá a sociedade: ela seria evidentemente impossível, se não tivesse em seu fundamento essa intenção objetiva, e aqui é que se verifica a afirmação de Marx segundo a qual "a humanidade não se propõe tarefa que não possa resolver" O que é dado aqui é somente a possibilidade. A solução, ela mesma, não pode ser mais do que o fruto da ação consciente do proletariado. (LUKACS, 1960, p. 23)*

Em resumo, pode-se dizer que a consciência de classe não é algo dado ou uma fórmula matemática a ser seguida, ela na verdade é construída em meio a todo um processo dialético que se desenvolve na realidade material e a partir dos movimentos históricos da humanidade. Conquanto, muitas vezes, essa consciência em seu desenvolvimento, em diversas fases é influenciada pelas ideologias, seja da burguesia ou até mesmo da própria classe trabalhadora, levando-se, muitas vezes, a impressão que haverá sempre um eterno retorno ao ponto inicial.

E, nesse sentido, verificamos similaridade com o que disse Lukacs (1960, p. 25), onde o caminho infinitamente penoso, pontilhado de numerosas recaídas, que a revolução proletária segue seu eterno retorno ao ponto de partida encontram sua explicação na realidade da falsa consciência. E segundo o autor, somente a consciência de classe pode mostrar como sair da crise do capitalismo e enquanto essa consciência não existir, a crise se manterá permanente, retornando ao seu ponto de partida e repetindo a situação.

Ou mesmo, da conclusão de Behring (2008, p. 109), que ao analisar a evolução histórica dos movimentos sociais no Brasil, demonstra que sempre acontece no país uma modernização conservadora e esta é sempre uma espécie de eterno retorno, enquanto os trabalhadores não constituírem um movimento contra hegemônico radicalmente democrático, socialista e fundado numa vontade nacional popular para que haja transformações sociais.

Então vejamos, que os intelectuais do MST, ao pensar numa proposta de cooperativismo, além de seguir o revisionismo de Kautsky, ainda, tentou, através da teoria da organização no campo, implantar um tipo de consciência a qual denominaram de organizativa que nem de perto se aproximava à consciência de classe. E, pelas pesquisas, tanto empírica como bibliográfica, realizadas, podemos constatar que uma das principais dificuldades enfrentadas para o movimento implantar sua proposta é justamente a falta de compreensão da totalidade, tanto pelos assentados, como pelos seus desenvolvedores.

E, nesse sentido, dizia Lukacs (1960, p. 20), *que só a vontade consciente do proletariado pode preservar a humanidade de uma catástrofe. Por outras palavras: quando a crise econômica final do capitalismo começou, o destino da revolução (e com ela o da humanidade) passou a depender da maturidade ideológica do proletariado, de sua consciência de classe.*

É por isso, que a classe operária ao atingir a consciência de classe plena, num primeiro momento para encerrar com a dominação capitalista, implantará a ditadura do proletariado, visando justamente inverter a lógica capitalista, mas que de início será uma sociedade com diversos defeitos, pois não surge de sua própria base, mas do próprio capitalismo. Todavia, se a consciência de classe dos trabalhadores estiver formada perceberão, ao compreender a totalidade, que não se deve utilizar a revolução para seus próprios fins, mas para a transformação da sociedade em igualitária, e para isso, não se justificaria qualquer tipo de dominação, mesmo a própria ditadura proletária, e isso significaria necessariamente, o retorno do homem a si mesmo na sua relação com a natureza, ou seja, a emancipação humana.

Nesse contexto, concordamos com Leni (2009), quando disse que a convicção do socialismo é que ele tomará a forma do comunismo, desaparecendo toda necessidade de recorrer à violência contra os homens, à submissão de um contra outro. Os homens, com efeito, habituar-se-ão a observar as condições elementares da vida social, sem constrangimento nem subordinação e assim, para emancipação humana completa, será necessário uma nova geração educada em uma nova sociedade de homens livres e iguais.

E no mesmo sentido, conclui Marx (1996, p. 26) que o comunismo não é um *estado de coisas* que deva ser estabelecido ou um ideal pelo qual a realidade deve se regular. O comunismo é o movimento real que supera o atual estado de coisas, sendo que as condições deste movimento resultarão de premissas já existentes.

E para superar esse estado de coisas, necessariamente o homem precisa emancipar-se e para Marx (1843, p. 30) toda a emancipação é uma restituição do mundo humano e das relações humanas ao próprio homem e só será plena quando o homem genuíno e individual tiver em si o cidadão abstrato, quando como homem individual, na sua vida prática, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser universal e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças como forças sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pretensão na presente dissertação, a partir dos objetivos estabelecidos, foi inicialmente analisar o método de Marx, e a partir daí, entender como o sistema capitalista de produção através da classe dominante age para manter sua saga por acumulação em detrimento da grande maioria que compõem a classe operária.

Assim, na revisão bibliográfica, contextualizamos a formação do MST a partir do método marxiano, onde pudemos constatar que, no desenvolvimento das forças produtivas com o modelo de propriedade privada, é ampliada a opressão entre as classes, onde os capitalistas, que são a minoria, domina e acumula a maior parte da riqueza gerada pela classe trabalhadora e este aviltamento, tende a levar os trabalhadores a desenvolver uma consciência de que só com a revolução conseguirão modificar a realidade desumana que se desenvolve na sociedade a partir do modo de produção capitalista.

Nesse contexto, buscamos estabelecer um paralelo do método com as lutas pela terra no Brasil que culmina na formação do MST, onde constatamos a importância da consciência de classe para que qualquer projeto socialista seja alcançado.

Em todo processo histórico analisado, constatamos que a consciência da classe trabalhadora brasileira se desenvolve inicialmente a partir de líderes messiânicos e só a partir de 1930 que começa a ganhar escopo de classe, sendo que a partir daí, o movimento camponês e operário se desenvolve e se torna maduro alcançando um nível elevado de organização, conseguindo influenciar na década de 1960 em projetos para a implantação de reformas de base que favoreceriam o proletariado. De outro norte, verificamos como a classe dominante se alinha quando percebem que seus interesses de acumulação e dominação possam ser prejudicados.

E nesse contexto, na década de 1960, a disputa antagônica entre a classe dominante e a trabalhadora é resolvida em 1964 com a tomada de poder pelos militares que se aliam aos interesses do capital nacional e internacional. Com a implantação da ditadura militar no país, vê-se a elevação da acumulação capitalista e da opressão sobre o proletariado e isso leva a uma nova reação da classe trabalhadora, sendo que o MST surge nesse cenário em 1979.

A partir de seu surgimento, o MST se organiza seguindo pressupostos de autores marxistas, lançando seus princípios com objetivos de transformação da sociedade em justa e igualitária. Todavia, ao longo da década de 1980 e 1990, em que pese ter se estruturado e se expandido por todo país, verificamos os obstáculos enfrentados pelo movimento em meio às ambiguidades dos governos civis brasileiros, característicos do sistema capitalista de

produção. E esses obstáculos levam estudiosos do movimento a desenvolver uma proposta de cooperativismo a ser aplicada em todos os assentamentos.

Na pesquisa sobre o cooperativismo verificamos que este instrumento, pode ser visto e utilizado através de inúmeros enfoques paradoxais, pois se de um norte, surge como uma esperança à transformação social, de outro, em seu desenvolvimento, pode ser utilizado como meio para precarizar ainda mais o trabalho, elevando assim, a exploração e a alienação da classe trabalhadora.

No estudo da proposta teórica de cooperativismo do MST, verificamos que suas bases são sustentadas em pressupostos de autores marxistas e surge a partir da percepção de que apenas a conquista da terra não é suficiente para atingirem seus objetivos.

Na análise comparativa entre a perspectiva de Marx sobre o cooperativismo e a proposta do MST pudemos identificar como o revisionismo no intuito de se resolver os problemas oriundos do sistema capitalista de produção acaba por apresentar resultados puramente econômicos ocasionando o fortalecimento do próprio capitalismo. Ao alterar as análises e conclusões de Marx, não percebem que nem a consciência de classe, necessária a qualquer instrumento que vise a transformação social, muito menos a emancipação humana, que é o fim, são modelos prontos e acabados, mas que fazem parte de um movimento real da humanidade.

A tentativa de reformar os postulados socialistas está claramente levando, o MST e também a classe trabalhadora brasileira, a perder sua identidade e se distanciar da verdadeira consciência de classe, tendo em vista que, as ideologias pregadas atualmente, não são mais da burguesia, em que pese às utilizarem a seu favor, mas vindas do próprio proletariado.

Compreendemos que o objetivo principal do MST foi de alterar a realidade econômica e social de seus componentes e a partir daí auxiliar no desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária. E por isso, em nosso estudo não tivemos como intuito criticar ou dizer que foram oportunistas, pelo contrário, nosso objetivo é o de analisar se há a aproximação da proposta com a teoria marxiana, porém, os resultados demonstram equívocos que necessitam da reflexão do movimento, visando a reconstrução dessa grande organização social para marcharem juntamente com o restante da classe trabalhadora, através de uma consciência de classe plena, para um projeto socialista e conseqüentemente alcançarem a emancipação humana.

É necessário destacar que a Cooperunião, em nosso entendimento, se aproxima dos postulados de Marx, em que pese ser a única cooperativa do MST que temos conhecimento em todo país de ter adotado o modelo centrado no trabalho associativo, onde desde a

propriedade até a alimentação compõem o todo dos trabalhos individuais de seus assentados. Indicando para nós, duas considerações; a primeira que há no movimento um modelo cooperativo que não repete o ocorrido nas demais cooperativas e assim mantem-se próximo da perspectiva marxiana e a segunda que não foi suficiente para servir de exemplo às demais cooperativas, e dessa forma, é uma proposta isolada e seus resultados de acordo a concepção de Marx, não é e nem será suficiente para retirar a massa da miséria ou contrapor ao modo de produção capitalista.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?*. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n 107, p. 405-419, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n107/02.pdf>. Acesso em 13 mai. 2013. p. 411.
- BAER, Werner. *A Economia Brasileira*, São Paulo- SP: Editora Nobel S.A, 1996.
- BEHRING, Eliane Rossetti e Boschetti, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 9 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011(Biblioteca básica de Serviço Social: v2). p. 106-110.
- BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos* 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Cortez, 2008. p. 109.
- BRUM, Argemiro J. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.
- BORGES, Juliano Luis. Bases históricas do cooperativismo no MST. Revista Fatos e Versões. n. 3. v. 2. p. 157-173, 2010. Disponível em: <http://200.233.146.122:81/revistadigital/index.php/fatoeversoes/article/viewFile/136/143>. Acesso em: 29 mar 2014. p. 157, 159, 160, 161 164, 165, 166, 167, 171.
- BUEY, Francisco Fernández. *Marx (Sem Ismos)*. HENRIQUES, Luiz Sérgio (trad.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004. p. 131.
- CARVALHO, Keila Lúcio. *Economia solidária como estratégia de desenvolvimento: Uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile*. Anais do Circuito de Debates Acadêmicos IPEA. 2011. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo21.pdf>. Acesso em 02 jan. 2014. p. 13, 14, 15,16.
- CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. *O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades*. Universidade Federal do Paraná – UFPR, Dissertação de Mestrado, Curitiba. 2000. p. 7, 15, 17, 18, 60, 151, 282, 286.
- CONCRAB. *O Cooperativismo no pensamento de Marx*. Cadernos das experiências históricas da cooperação nº 2. São Paulo: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, 2000. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/146563023/CONCRAB-2000-Caderno-das-experiencias-historicas-N-2-O-cooperativismo-no-pensamento-marxista>. Acesso em 05 jan. 2014.
- COLETTI, Claudinei. *O MST e os limites da luta pela terra no Brasil*. II Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina GEPAL/UEL Mesa-redonda: “Avanços e limites da luta pela terra no Brasil”. 2005. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/claudinei.pdf>. Acesso em 20 fev. 2014. p. 2, 3, 5, 6, 7, 12, 13.
- DATALUTA, *Banco de dados da luta pela terra*. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária – UNESP, 2010. Disponível em:

[http://www.editoraunesp.com.br/catedra/publicacoes\\_relatorios.asp?tpl\\_id=5](http://www.editoraunesp.com.br/catedra/publicacoes_relatorios.asp?tpl_id=5). p. 9. Acesso em 10 jan. 2014.

DICIONÁRIO POLÍTICO, *Karl Kautsky*. Marxists Internet Archive. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/k/kautsky.htm> com acesso em 29 jan. 2014.

ENGELS, Friedrich. *Princípios Básicos do Comunismo*. Editora Avante: 1914. Disponível em <http://marxists.org/portugues/marx/1847/11/principios.htm>. Acesso em 10 mai. 2014. p. 1.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. Coletânea 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. p. 191-206. Org. Emir Sader. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. Disponível em: [http://www.flacso.org.br/dez\\_anos\\_governos\\_pos\\_neoliberais/livro1.php](http://www.flacso.org.br/dez_anos_governos_pos_neoliberais/livro1.php). Acesso em 12 mar. 2014. p. 193, 195.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.19,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,41,49,50,51,75,76,77,78,79,83,85,86,95,96,170, 184,185,198,195,196,199,200.

GERMER, Claus. *A ECONOMIA SOLIDÁRIA: Uma Crítica Marxista*. p. 51-74. Estudos de direito cooperativo e cidadania. Org. José Antônio Peres Gediél. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, 2007. Disponível em [http://www.itcp.coppe.ufrj.br/hotsite/Revista\\_Direito\\_Cooperativo\\_2.pdf](http://www.itcp.coppe.ufrj.br/hotsite/Revista_Direito_Cooperativo_2.pdf). Acesso em 20 nov. 2013. p. 52, 57, 58

INCRA, *Projetos de Reforma Agrária conforme fases de implementação*, 2014. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria/file/1115-relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>. Acesso em 03 mai. 2014. p. 165.

LENIN, Valdimir Ilitch. *O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. tradução revista por Aristides Lobo. 2. reimp. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

LENIN, Valdimir Ilitch. *Que Fazer?* 1979. São Paulo: Editora Hucitec, 1979. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/index.htm>. Acesso em: 05 mar. 2013. p. 46

LUKACS, Georg. *A Consciência de Classe*. Cultura Brasileira, Ed. PCUS, 1960. Disponível em <http://www.culturabrasil.org/conscienciadeclasse.htm>. Acesso em 13 dez. 2012. p. 17, 21, 29, 20, 23, 25.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Evolução do cooperativismo no Brasil: DENACOOP em ação*. Brasília, 2006. Disponível em [http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/Cooperativismo%20e%20Associativismo/Publica%20C3%A7%C3%B5es%20e%20M%C3%ADdias/Evolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20Cooperativismo%20no%20Brasil%20Denacoop%20em.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Cooperativismo%20e%20Associativismo/Publica%20C3%A7%C3%B5es%20e%20M%C3%ADdias/Evolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20Cooperativismo%20no%20Brasil%20Denacoop%20em.pdf). Acesso em 25 ago. 2013. p. 7, 16, 22, 23.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica a Economia Política – O processo de produção do Capital*. Vol. 1, livro primeiro Cap. I a XII, revisão Paul Singer, tradução Regis Barbosa e Flávio R Klothe. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996. p. 26, 203, 204, 255, 270, 272, 274, 339, 338, 370, 355, 379.

MARX, Karl. *El Capital – Crítica de la Economía Política – El proceso de producción capitalista, en su conjunto*. Tomo III, Volume I, Libro III, versión del alemán por Wenceslao Roces, México: Fondo de Cultura Económica, 1894. p. 520.

MARX, Karl. *A Questão Judaica*. Tradutor Artur Morão. Lusosofia: 1843. Disponível em [http://www.lusosofia.net/textos/marx\\_questao\\_judaica.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/marx_questao_judaica.pdf). Acesso em 05 fev. 2013. p. 30.

MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. Edição eletrônica RidendoCastigat Mores, 1999. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>. Acesso em 28 jan. 2013. p. 20, 21, 22, 23.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. p. 40, 60, 80, 81, 80.

MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã: 1º capítulo seguido das “Teses sobre Feuerbach”*. Tradução dos originais alemães e nota para português: Alvaro Pina, Lisboa: Avante, 1981. p. 22, 23, 29, 30, 46, 36, 39, 40, 41, 45, 49,50, 61, 59, 60, 79.

MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas, Manifesto do partido comunista, A burguesia e a contra-revolução, Trabalho assalariado e capital, Mensagem do comitê central à liga dos comunistas, As lutas de Classes na França de 1848 a 1850, O dezoito Brumário de Luís Bonaparte, O domínio britânico na Índia, Futuros resultados do domínio britânico na Índia, Discurso pronunciado na festa de aniversário do “People’s Paper”, Prefácio à Contribuição à crítica da economia política, A Contribuição à crítica da economia política, Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores, Estatutos da Associação Internacional do Trabalhadores, Sobre Proudhon (Carta a J.B. Schweizer), Salário, preço e lucro*. Volume I, São Paulo: Editora Alfa-Omega Ltda, baseada na edição soviética do Instituto de Marxismo-leninismo, Moscou: Ediciones en lenguas Extranjeras, 1953. p. 84, 213, 220, 319, 320.

MATTICK, Paul. *Karl Kautsky: De Marx a Hitler*. 1939. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/mattick/1939/mes/kautsky.htm>. Acesso em 29 jan. 2014. p. 2, 3, 4.

MORAIS, Clodomir S. *Elementos sobre a teoria da organização no campo. Caderno de Formação, nº 11*. São Paulo: MST, 1986. p. 25, 40, 41, 42, 43,

MORISSAWA, Mitsue. *A História da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001. p. 86, 92, 93, 123, 141, 142, 143, 144.

NAMORADO, Rui. *Cooperativismo: História e Horizontes*. Estudos de direito cooperativo e cidadania. Org. José Antônio Peres Gediél. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, 2007. p. 9-36. Disponível em

[http://www.itcp.coppe.ufrj.br/hotsite/Revista\\_Direito\\_Cooperativo\\_2.pdf](http://www.itcp.coppe.ufrj.br/hotsite/Revista_Direito_Cooperativo_2.pdf). Acesso em 20 nov. 2013. p. 15 , 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29.31.

PEREIRA, Potyara A. P. *Política social: temas e questões*. 3 ed. Biblioteca básica de serviço social, Vol. 5, São Paulo, Cortez Editora, 2011. p. 125.

PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades Humanas – Subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez Editora, 2000. p. 136, 137, 144.

PONTES, Daniele Regina. *Configurações Contemporâneas do Cooperativismo Brasileiro*. Estudos de direito cooperativo e cidadania. Org. José Antônio Peres Gediel. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, 2007. p. 89-112. Disponível em [http://www.itcp.coppe.ufrj.br/hotsite/Revista\\_Direito\\_Cooperativo\\_2.pdf](http://www.itcp.coppe.ufrj.br/hotsite/Revista_Direito_Cooperativo_2.pdf). Acesso em 20 nov. 2013. p. 92

SANTALUCIA, Maurício. e HEGEDUS, Pedro de. *Cooperativismo E Assentamento Rural Na Percepção Do Uso Coletivo E Individual Da Terra Mediante Metodologia Q: O Caso De Charqueadas*. Revista Extensão Rural, DEAR/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XII, 2005. Disponível em <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/extensaorural/article/view/5618>. Acesso em 08 jun. 2013. p. 127.

SINGER, Paul. *A Economia Solidária no Governo Federal*. Informativo mercado de trabalho IPEA, 2004. Disponível em: [http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BBFBB292256E7/conf\\_textopaul\\_singer.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BBFBB292256E7/conf_textopaul_singer.pdf). Acesso em 10 jan. 2014. p. 2

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002. Disponível em [http://www.4shared.com/office/x4JdKoFw/introduo\\_\\_economia\\_solidria\\_pa.html](http://www.4shared.com/office/x4JdKoFw/introduo__economia_solidria_pa.html). Acesso em 05 nov. 2013. p. 1, 2, 4.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. *Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais*. 19. ed. Psicologia & Sociedade. p. 84-94, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe/v19nspea12.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2014. p. 89

STEDILE, João Pedro. e FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. p. 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 33, 36, 37, 38, 72, 112, 97, 98, 99, 100, 101, 102.

TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais: afinal do que se trata*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

THOMAZ, Fernanda. *A organização do trabalho camponês na visão de Clodomir Santos de Moraes*. São Paulo: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2009. Disponível em: [http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%2520XIXENG/artigos/Thomaz\\_F.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%2520XIXENG/artigos/Thomaz_F.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br). Acesso em: 10 dez. 2013. p. 12, 13.

**BIBLIOGRAFIA**

ANDRADE, Maria Margarida de. *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação*. 6 ed. São Paulo. Atlas, 2004.

CANUTO, Otaviano. *Doses de microcrédito contra a Pobreza*. Jornal Valor, 2001.

GOMES, Oziel. *Lenin e a Revolução Russa*. 2. ed. 2 reimpr. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GORENDER, Jacob. *Apresentação de O Capital: Crítica a Economia Política – O processo de produção do Capital*. SINGER, Paul (ver.), BARBOSA, Regis e KLOTHE, Flávio R. (org.) São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

HADADD, Fernando et al. *Sindicatos, cooperativas e socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 7. ed. – 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

LAMERA, Janice Alves. FIGUEIREDO, Adriano Marcos Rodrigues. *Os Assentamentos Rurais em Mato Grosso*. SOBER. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/147.pdf>, LUKÁCS, George. *A Consciência de Classe*. Cultura Brasileira. Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/zip/conscienciadeclasse.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2012.

LESSA, Sérgio. , TONET, Ivo. *Proletariado e Sujeito Revolucionário*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MARX, Karl. *Miséria da Filosofia – Resposta à filosofia da miséria, do sr. Proudhon*. Tradução de José Paulo Neto, São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas, Volume II*, São Paulo: Editora Alfa-Omega Ltda, baseada na edição soviética do Instituto de Marxismo-leninismo, Moscou: Ediciones em lenguas Extranjeras, 1953.

MIGLIOLI, Jorge. *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva*. São Paulo: T. A. QUEIROZ, 1993.

MONTANO, Carlos e DURIGUETTO, Maria lúcia. *Estado, Classe e Movimento Social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIMENTEL, Edlene. *Uma Nova questão social? Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje*. 2. ed. rev. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação. As origens da nossa época*. 3. ed. Tradução Fanny Wrobel, do original *The Great Transformation*, 1944. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

POCHMANN, Marcio. *Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

RODRIGUES, Fabiana C. et all. *Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SADER, Emir (org). *Gramsci: poder, política e partido*. Tradução Eliane Aguiar, 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SINGER, Paul. *Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas*. 4. Ed. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. *Economia Política do Trabalho*. 2. ed. São Paulo: Hugitec, 1979.